

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA**

Ana Paula Martins de Melo

**INSTRUÇÃO PÚBLICA FEMININA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NA**  
**SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Belo Horizonte  
2020

Ana Paula Martins de Melo

**INSTRUÇÃO PÚBLICA FEMININA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NA  
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lúcia Nogueira

Belo Horizonte

2020

Ana Paula Martins de Melo

Instrução pública feminina na província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em: 31 de julho de 2020

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Lúcia Nogueira (Orientadora)  
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Yumi Jinzenji  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Aline Choucair Vaz  
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

---

Melo, Ana Paula Martins de.  
M528i Instrução pública feminina na província de Minas Gerais na  
segunda metade do século XIX [manuscrito] / Ana Paula Martins  
de Melo. – 2020.  
99 f., enc. : il.

Orientadora: Vera Lúcia Nogueira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Minas  
Gerais, Faculdade de Educação.

Referências: f. 83-89.

Apêndices: f. 90-97.

Anexos: f. 98-99.

1. Educação – Teses. 2. Educação feminina – séc. XIX – Teses.  
3. Educação – Mulher mineira – Teses. 4. Minas Gerais – Educação  
– História – séc. XIX – Teses. I. Título. II. Nogueira, Vera Lúcia. III.  
Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Educação.

CDU: 376

---

*Para Theo.*

## AGRADECIMENTOS

Sempre me perguntei por que a maioria das dissertações e teses que eu lia estavam em 1ª pessoa do plural, sendo que era o trabalho de uma só pessoa. Hoje entendo que uma dissertação é feita por várias pessoas, desde aquelas que te incentivaram a fazer a prova de seleção àquelas que dão o parecer final.

Foram dois anos de grandes transformações e uma delas foi aprender a aceitar com humildade a ajuda de onde quer que ela viesse. Minha trajetória não seria possível sem a ajuda de cada um que cruzou o meu caminho nesses últimos anos.

Em especial, agradeço a todos e todas da Universidade Estadual de Minas Gerais, UEMG, que com espírito muito humano, entenderam o meu tempo. Professores, professoras, Juliana, Vanessa, Lucas, minha orientadora, Professora Vera, os meninos da portaria, meus colegas das turmas X e XI. Vocês fizeram dessa jornada acadêmica, dias melhores.

À Banca Examinadora, pelas contribuições acrescentadas.

À minha família, especialmente minhas irmãs, Ana Cristina, Ana Cláudia e minha mãe, Sônia, mulheres fantásticas em que me apoiei e me deram forças quando achei que não ia conseguir.

Às amigas e amigos, que me deram palavras de incentivo, especialmente Leia Andrade.

Em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, cosinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lher ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da língua nacional perfeitamente, e depois economia e medicina domestica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e portugueza), a phylosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa, que essas meninas assim educadas não dirão quando moças essas tristes palavras: “Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem, o que será de mim ! !” (A EDUCAÇÃO, 1873)

## RESUMO

Sob o olhar da História Cultural, esta dissertação buscou analisar as representações femininas acerca da instrução pública em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, data de intensos debates para a organização da Instrução brasileira. A mulher, que vem, desde o século XVIII, estigmatizada pela ciência médica como um ser intelectualmente incapaz, devido à sua condição de gerar filhos, onde os fluidos corporais deveriam se dividir entre o útero e o cérebro, enquanto no homem apenas para o cérebro, termina o XIX como um sujeito fundamental na educação. As camadas mais populares podem aprender a ler, as questões pedagógicas para a mulher se tornam pautas de discussões sociais, oficial e jornalísticas que resultam na criação ascendente de escolas e cadeiras femininas. A mulher passa a ser vista não somente como aquela que ficaria em casa, cuidado dos filhos, sagrada missão mariana, mas passa a frequentar cada vez mais os bancos escolares e pode ser, agora, aquela que educa os homens da nação brasileira e, ao fim do século, a mulher é a personagem principal de um sistema escolar, ainda longe do ideal, mas em expansão. Para tanto, recorreu-se ao uso das teorias de Práticas e Representações de Chartier (1990), dado que as representações ganham sentido de acordo com o espaço histórico e temporal de acordo com seus sujeitos criadores de práticas. Diante da perspectiva de práticas e representações, delimitou-se a base metodológica em pesquisa histórico-documental, como Relatórios de Presidente de Província e de jornais produzidos pela imprensa mineira entre os anos de 1880 e 1889. No Império, a educação era considerada uma forma de civilização da população e as mulheres participavam do processo escolar a partir do momento em que estavam presentes nas escolas e se discutia o a escolarização para elas nos jornais mineiros que formavam a sociedade mineira do período. Ao compreender a Minas Gerais do século XIX, como um território marcado por muitas dificuldades de comunicação e fiscalização devido ao grande espaço que ocupa, num contexto político social e cultural marcadamente religioso, foi necessário compreender as diversas representações e práticas ligadas a esse contexto, por isso, foi necessária uma compreensão dessa sociedade tão peculiar e complexa, composta de um movimento constante de permanências e mudanças. Diante desse desafio, considerou-se, portanto, que as mulheres tiveram papel fundamental na construção de uma perspectiva, não só escolar, mas própria da mulher, em todo o século XIX.

**Palavras-chave:** Mulheres. Representação. Educação. Práticas.



## ABSTRACT

From the perspective of cultural History, this dissertation sought to analyze the female representations about public education in Minas Gerais in the second half of the 19th century the date of intense debates for the organization of Brazilian Education. The woman, who comes, since the 18th century, stigmatized by medical science as an intellectually incapable being, due to her condition to generate children, where the body fluids should be divided between the uterus and the brain, while in the man only for the brain, ends XIX as a fundamental subject in education. The most popular classes can learn to read, pedagogical issues for women become agendas for social, official and journalistic discussions that result in the rising creation of schools and women's chairs. The woman is seen not only as the one who would stay at home, take care of the children, a sacred Marian mission, but starts to attend more and more school benches and can now be the one who educates the men of the Brazilian and, at the same time, At the end of the century, women are the main character of a school system, still far from ideal, but expanding. For that, Chartier's (1990) theories of Practices and Representations were used, given that the representations gain meaning according to the historical and temporal space according to their subjects who create practices. Given the perspective of practices and representations, the methodological basis for historical and documentary research was delimited, such as Reports by the President of the Province and newspapers produced by the Minas Gerais press between the years 1880 and 1889. In the Empire, education was considered a form of civilization of the population and women participated in the school process from the moment they were present in schools and schooling for them was discussed in the Minas Gerais newspapers that formed the mining society of the period. When understanding 19th century Minas Gerais, as a territory marked by many communication and inspection difficulties due to the large space it occupies, in a markedly religious social and cultural political context, it was necessary to understand the various representations and practices linked to this context, for that, it was necessary an understanding of this so peculiar and complex society, composed of a constant movement of permanences and changes. Faced with this challenge, it was considered, therefore, that women played a fundamental role in the construction of a perspective, not only of school, but of women, throughout the 19th century.

**Keywords:** Women. Representation. Education. Practices.

## **LISTA DE QUADRO E TABELA**

QUADRO 1 –	Principais atos administrativos sobre instrução pública - Segunda metade do século XIX em Minas Gerais	50
TABELA 1 –	Estatística sobre de cadeiras femininas na última década do século XIX	59

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1–	Organograma administrativo de 1854	48
FIGURA 2 –	Comparativo entre os Regulamentos n. 84, de 1879 e n. 100, de 1883 no que se refere às matérias ofertadas	53
FIGURA 3 –	Número de alunas matriculadas nas escolas da província de Minas Gerais (1837-1849)	59

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER EM FINS DO IMPÉRIO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Circulação de ideias e representações sobre as mulheres na sociedade imperial .</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>A educação feminina na sociedade mineira do século XIX.....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA MINEIRA .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>A construção do Estado Imperial e instrução pública .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>A província de Minas Gerais: características gerais .....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>A organização do ensino público na província mineira .....</b>	<b>44</b>
<b>3.4</b>	<b>Estrutura administrativa do ensino mineiro na segunda metade do XIX.....</b>	<b>47</b>
<b>3.5</b>	<b>Expedientes legais para administrar e organizar o ensino na Província.....</b>	<b>50</b>
<b>3.6</b>	<b>Os Regulamentos em vigência em fins do século XIX: desdobramentos para a instrução feminina .....</b>	<b>52</b>
<b>3.7</b>	<b>Os discursos dos Presidentes de Província acerca da instrução pública primária feminina .....</b>	<b>56</b>
<b>3.8</b>	<b>A presença feminina nas escolas mineiras.....</b>	<b>58</b>
<b>3.9</b>	<b>As condições do ensino público mineiro .....</b>	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>REPRESENTAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DA MULHER NOS JORNAIS MINEIROS.....</b>	<b>65</b>
<b>4.1</b>	<b>A imprensa mineira .....</b>	<b>65</b>
<b>4.2</b>	<b>Educação e instrução como instrumento de mudanças.....</b>	<b>68</b>
<b>4.3</b>	<b>A mulher e os futuros cidadãos da pátria.....</b>	<b>71</b>
<b>4.4</b>	<b>O comportamento da mulher .....</b>	<b>73</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>93</b>
	<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>95</b>
	<b>ANEXO A .....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela instrução pública feminina e, bem assim, pelas representações sobre a mulher em Minas Gerais, no século XIX, guarda estreitas relações com as indagações e reflexões que venho construindo ao longo da minha trajetória acadêmica e como professora de História, desde que me graduei, em 2006<sup>1</sup>.

Comecei ministrando aulas particulares em domicílio e isso me instigava a buscar conhecer mais acerca do modelo de educação em casa, atualmente chamado *homeschooling*, pelo fato de que esse fenômeno estava crescendo muito em Minas Gerais, desde os anos 1990, e era alvo de acalorados debates. Porém, esse interesse específico foi se dissipando durante as leituras e debates realizados ao cursar disciplinas isoladas do Mestrado<sup>2</sup>. A partir dessas disciplinas, conheci mais sobre a Educação e percebi que eu poderia compreender melhor esse fenômeno, bem como outros objetos, numa perspectiva histórica. Foi o conhecimento e as crescentes dúvidas a diversos questionamentos no campo da História da Educação que direcionaram os meus interesses para os primórdios do estabelecimento da organização escolar em Minas Gerais, no século XIX.

Em 2016, decidi fazer o Mestrado em História na Universidade do Minho, Campus Braga, em Portugal, onde permaneci por um semestre até retornar ao Brasil<sup>3</sup>. Após o retorno, com intuito de prosseguir com a minha formação acadêmica, participei do processo seletivo e fui aprovada no Mestrado em Educação e Formação Humana da UEMG com uma proposta de investigar sobre os aspectos relativos à gênese da educação escolar e de sua obrigatoriedade em Minas Gerais. No entanto, tão logo iniciei o primeiro semestre, me descobri grávida e com muitas dificuldades para participar das atividades acadêmicas e dos estudos presenciais, dificuldades agravadas pelos problemas enfrentados no pós-parto. Essa nova condição proporcionada pela maternidade, associada às leituras e aos debates realizados no curso<sup>4</sup>, contribuíram com o processo de reformulação do projeto de pesquisa, realizado no primeiro ano, em 2018. Desse modo, voltei o meu interesse para a busca de compreensão dos aspectos relacionados à condição da mulher no âmbito da educação, o que me levou a sistematizar uma proposta orientada pelo

---

<sup>1</sup> Graduação cursada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

<sup>2</sup> Em especial, me refiro à disciplina interinstitucional “História da Educação: temas e problemas” que tive a oportunidade de cursar no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2014 e, novamente, em 2015, pelo Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

<sup>3</sup> O retorno foi motivado por questões de ordem familiar me levando a não concluir o Curso naquele país.

<sup>4</sup> Destaco, especialmente, a disciplina “Gênero e Educação”, ofertada pela UEMG em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

tema da instrução pública e da condição feminina<sup>5</sup> na segunda metade do século XIX, em Minas Gerais.

Com vistas a conhecer a produção científica sobre este tema, realizei um levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior<sup>6</sup> – CAPES. A primeira leitura, feita de forma mais genérica, foi mais extensiva e pude constatar que grande parte dos trabalhos fazia referência aos seguintes temas: legislação educacional da Província, cultura material, organização escolar, docentes, raça, política infância, entre outros. Posteriormente, foram selecionados os trabalhos que mais se aproximavam do tema proposto nesta pesquisa. Dessa forma, organizei-os em dois agrupamentos, a seguir:

A educação feminina em Minas Gerais no século XIX, destacando-se os trabalhos de Nascimento (2004), que usou como fonte e objeto o jornal “O sexo feminino”, da cidade de Campanha, Província de Minas Gerais e que circulou no período de 1873 a 1874. Ainda tendo a imprensa como fonte principal, localizei os estudos de Calsavara (2007) e Jinzenji (2008), que analisaram o jornal “O mentor das brasileiras”, que circulou na Vila de São João del-Rei, Província de Minas Gerais, entre os anos de 1829 e 1832.

Ordenamento legal sobre a instrução pública em Minas no século XIX, destacando-se a investigação de Andrade (2007), que analisa como a legislação da província foi fundamental e norteadora para a organização e criação das escolas. A autora faz um trabalho minucioso sobre as leis, decretos e regulamentos que estruturaram a instrução pública na província mineira na segunda metade do século XIX

Por meio dessas leituras, procurei conhecer os debates sobre a organização da educação sob a égide do Estado Imperial, iniciados a partir da Assembleia Constituinte de 1823, instalada logo após a Independência brasileira, ocorrida em 1822. Esse período sociopolítico da história brasileira é marcado pela ideia de que, por meio da lei e da instrução, se solucionariam os vários

---

<sup>5</sup> Se faz necessário destacar que a palavra “feminino” nesse trabalho foi pensada no sentido de se referir à mulher, pessoa do sexo feminino, independentemente de sua idade ou qualquer outra característica. Essa escolha se deve ao fato de se transitar em diversas faixas etárias, como meninas que ingressavam nas escolas aos seis ou sete anos e normalistas, não havendo discussão de gênero, lutas feministas, entre outros.

<sup>6</sup> Nesse levantamento foram utilizados os descritores “Instrução feminina”, Instrução Primária” e “Século XIX”, com delimitação de área do conhecimento em Educação. Foram encontrados cerca de 919 trabalhos, que ao refinar próximo da minha busca, que seria a Instrução Primária Feminina e a Minas Gerais oitocentista, o resultado para leitura ficou de acordo com a Lista de Teses e Dissertações da CAPES selecionadas para estudo primário (APÊNDICE A, p. 89).

empecilhos que dificultavam o processo civilizatório e o desenvolvimento da nação. É preciso entender que, nesse momento, havia uma necessidade de construção de um novo pensamento, de um novo sujeito, de uma nova política e, portanto, a escola teria um papel fundamental nesse processo de transição da população, considerada ameaçadora e portadora de maus costumes<sup>7</sup>, para o que chamariam de uma forma civilizada de relação social. Não é inoportuno dizer que a maioria das pessoas de maus costumes, seria constituída por aquelas que ocupavam as camadas mais pobres da sociedade marcada por negros escravizados, pois seriam esses os sujeitos que ocupariam os bancos escolares no Brasil. Essa afirmação se baseia em Gouvêa e Jinzenji (2006), no trecho seguinte:

No Brasil, o processo de institucionalização da escola elementar foi marcado pela precariedade. A instrução assumia centralidade nas discussões políticas e na formulação de estratégias de formação da população, aos moldes europeus. Momento de intensos debates acerca da necessidade de difundir as luzes às **camadas inferiores da sociedade**, nas décadas iniciais do governo imperial registram-se esforços em organizar a instrução pública, voltada principalmente para essas camadas da população. **O grande contingente populacional marcado pela pobreza era considerado uma ameaça à tranquilidade pública**, sendo-lhe atribuída responsabilidade sobre a criminalidade e a instabilidade dos governos. Em consonância com os ideais iluministas, acreditava-se na instrução como meio de civilizar essa população, possibilitando a sua submissão às leis e à almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado imperial (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p.116, grifos nossos).

Logo, se estamos discutindo acerca da instrução pública no Brasil imperial, falamos principalmente das camadas mais pobres, que “precisavam” ser transformadas em pessoas ditas civilizadas e submissas às leis imperiais, e em Minas Gerais, esse processo não se deu diferentemente do restante do país.

Nesse sentido, ao lançarmos o nosso olhar para o passado das Minas oitocentistas, interessamos conhecer um pouco mais sobre a educação e instrução pública voltada para o sexo feminino no contexto sócio-político de fins do XIX. De acordo com Andrade (2007), a partir da segunda metade do século XIX<sup>8</sup>, percebe-se um maior investimento na organização educacional mineira, com uma abundância de leis e regulamentos voltados para a melhoria da estrutura administrativa e fiscal de todo o aparato da instrução pública, privada e do magistério, período

<sup>7</sup> Termo usado por Tobias Barreto em seu “Um discurso em mangas de camisa”, de 1879, no qual ele afirma que o Brasil não era uma nação e que seu povo era amorfo e dissolvido, sem força intelectual e moral e que só teriam em comum a língua, os maus costumes e o servilismo (BARRETO, 2013, p. 7).

<sup>8</sup> Os tempos que se inauguram no Brasil a partir de 1850 demarcam o apogeu e, também, o fim do Império. Após um período de inúmeras rebeliões e de grande turbulência política, iniciam-se as grandes reformas sociais, econômicas e de política externa. Pode-se destacar, por exemplo, o fim do tráfico negreiro, a regulamentação da questão fundiária, reforma da Guarda Nacional. (CARVALHO, 2012).

esse acompanhado pela difusão das ideias científicas por todo o país e pela progressiva perda de legitimidade da Monarquia, findando com a proclamação da República.

Esse momento da história mineira mostra uma nova inserção da mulher na sociedade, que, mesmo timidamente, aparece como um grupo que deseja se inserir nas letras, levando-se em conta todas as dificuldades relacionadas à exclusão político-social, ao analfabetismo, às ideias de que a mulher seria inferior ao homem em meios intelectuais e por não possuir, ainda, voz no cenário político mineiro (VEIGA, 2008).

A constatação, portanto, da ausência de estudos dedicados à investigação sobre a educação feminina na província de Minas Gerais, nesse contexto, nos levou às seguintes indagações: quais as políticas de instrução pública elementar para as meninas, em fins do século XIX? Como as escolas se organizavam para acolhê-las? Quais as representações acerca da mulher estariam em circulação na imprensa periódica desse período? Essas representações poderiam influenciar de alguma forma a organização da instrução pública feminina?

Desse modo, esta pesquisa investigou as representações sobre as mulheres, que circulavam na província de Minas Gerais, entre os anos de 1880 e 1889, com vistas a compreender o contexto sócio-político no qual se desenvolveram as políticas voltadas para a instrução pública feminina. Ainda, analisou as medidas implementadas pela Secretaria de Instrução e pelo Legislativo para organização da instrução pública mineira, nesse período, com atenção às relativas ao sexo feminino.

A opção por esse recorte parte da hipótese de que nesse período, a educação escolar teria sua forma mais estável de organização. (ANDRADE, 2007; ANDRADE; CARVALHO, 2012). Segundo Andrade e Carvalho (2012, p. 278-279), após o estabelecimento das competências provinciais para estruturar a instrução primária e secundária, a partir de 1835, observa-se

na realidade, um fortalecimento do papel das províncias e de sua ação sobre a educação e da escola. Esta passa a ser vista como uma das instituições portadoras valores morais e cívicos, capazes de garantir coesão social e o sentimento de pertencimento. [...] É neste quadro que se observa, na segunda metade do século XIX em Minas Gerais, uma intensa produção legislativa, pois diversos regulamentos, leis, portarias e resoluções procuram criar um marco legal para estruturar o processo de escolarização na Província.

No curso desse período, regiam as escolas mineiras os Regulamentos de n. 84, de 1879 (MINAS GERAIS, 1879), e o n. 100, de 1883 (MINAS GERAIS, 1883). Ambos discorrem sobre toda a estrutura da educação, desde os seus componentes administrativos às regras que devem ser seguidas nos ensinos público e privado. Além disso, o número de meninas presentes nas escolas de instrução pública era, notadamente, crescente, em relação à presença de meninos, se



compararmos com os dados das décadas iniciais do período Imperial, como veremos nesta pesquisa.

A respeito da presença feminina nas escolas, o período experimenta ainda, calorosos debates sobre a convivência entre os sexos numa mesma sala de aula, especialmente, no âmbito do magistério, o que coloca em destaque a mobilização, tanto da imprensa quanto das conferências pedagógicas<sup>9</sup> na promoção de discussões sobre o tema fazendo circular diferentes representações acerca da mulher e de seu lugar na sociedade. Sobre esse assunto, Castanha (2017, p. 200) afirma que a defesa das escolas mistas ou da coeducação,

ganhou força, na medida em que as escolas femininas foram sendo criadas nas vilas e cidades de forma mais constante a partir de 1850. Influenciados pelo sucesso do modelo norte-americano e de vários países da Europa, muitos intelectuais, professores e autoridades passaram a defender a introdução da experiência nas escolas públicas brasileiras, pois nas escolas particulares já havia uma prática mais efetiva (CASTANHA, 2017, p. 200).

A metodologia adotada foi a análise documental, tendo como fontes principais a legislação educacional e os Relatórios dos Presidentes de Província, do período de 1880 a 1889<sup>10</sup>, o que correspondeu a um total de 19 documentos, além de jornais mineiros, em número de 17 artigos, que circularam no mesmo período.

Segundo Faria Filho (1997a), os Relatórios dos presidentes de Província trazem uma diversidade de assuntos, como a saúde pública, a força policial, cadeias, obras públicas e, entre eles a instrução pública, sendo por isso, fontes preciosas para a História da Educação. Eles são documentos oficiais elaborados com a finalidade de informar para o próximo Presidente, que assume o Governo da província, sobre a situação da administração pública na sessão Anual de abertura da Assembleia Provincial. Nesses documentos, a linguagem é bem retórica e sempre se utilizava recursos que exaltassem os feitos do presidente ou do próximo que iria receber o cargo. Segundo Faria Filho (2001, p. 83), as palavras eram aparentemente bem escolhidas para influenciar e persuadir o leitor, que provavelmente seriam os deputados, outros políticos e até membros da Corte.

Pela leitura dos Relatórios, foi possível observar que a educação era um assunto importante que aparece sob o título “Instrucção Publica”<sup>11</sup>, podendo ou não ser seguido de subtítulos, como

---

<sup>9</sup> Conferências pedagógicas, segundo Maria Helena Câmara Bastos, seriam uma estratégia de disseminação do conhecimento. Nelas, professores e outros intelectuais se reúnem para discutir temas da atualidade, especialmente no campo educativo. Ver mais em Bastos (2003).

<sup>10</sup> A documentação foi pesquisada a partir do site: Center for Research Libraries (CRL). Disponível em: [www-apps.crl.edu/brazil/provincial](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial). Acesso em: 15 jul. 2020. Ver Relatórios dos presidentes de Província analisados (APÊNDICE B, p. 93).

<sup>11</sup> É preciso esclarecer que nas citações mantivemos a escrita como no original.

“Instrucção primaria”, “Escolas Normaes”, entre outras. Algumas vezes, ainda há, ao final do Relatório, anexos com mais textos ou Mapas contendo dados estatísticos sobre a educação.

Corroborando a importância do tema, destaco a fala de D’Aquino e Castro, no Relatório de 1885, no qual ele comenta sobre a instrução pública:

Este importante ramo do serviço publico, objecto constante das lucubrações e estudo de todos quanto vivamente se interessão pelo desenvolvimento moral e intellectual do nosso paiz, não corresponde ainda, e especialmente no que se respeita à instrucção primaria, às vantajosas condições em que se acha a província, em mais de um ponto, nem guarda as tradições gloriosas que enobrecem a pátria de tantos homens notáveis pela sua illustração e saber.

Não ha quem desconheça a directa influencia que exerce a instrucção publica sobre os destinos da nação.

Temos dado ao povo, diz um notável escriptor de França, a emancipação, a liberdade, a gloria; pois bem, tudo isso se resume n’uma so palavra: - a instrucção -. Soberano pelo direito, escravo pela ignorancia, o unico instrumento da salvação de um povo é a idea, é o livro; Queres que os costumes estejam de accordo com as leis, que a civilização progrida e o direito seja uma realidade? Eis todo o segredo: - Povo, instrue-te! (MINAS GERAIS [D’AQUINO E CASTRO], 1885, p. 17).

Nesse trecho, observa-se a escolha adequada das palavras para descrever a exaltação da Educação. Usa-se palavras importantes, como direitos e liberdade, em consonância com as novas ideias do final do século XIX, para que se tome consciência de que a instrução é um dos pilares na construção de uma sociedade moderna e civilizada.

O procedimento metodológico foi identificar e coletar os dados que se referiam à instrução pública primária, com atenção especial às informações referentes à instrução feminina, e organizá-los em categorias de análise. Destaco dos Relatórios, os dados sobre a criação de cadeiras, a obrigação escolar, a importância da instrução pública, os problemas enfrentados pela instrução pública, termos como progresso e civilização citados nos Regulamentos vigentes.

Como outra fonte desta pesquisa, foram analisados os jornais mineiros, disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>12</sup>. A imprensa é uma das instâncias que também têm papel educativo na sociedade. O jornal poderia ser, além de informativo, um veiculador de valores e ideias, influenciador dos costumes e da moral (JINZENJI, 2018). Como destacou Leite,

a imprensa não apenas interfere nas questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo (LEITE, 2015, p. 5).

<sup>12</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Sendo assim, os jornais foram uma fonte importante para se compreender, principalmente, as ideias e representações acerca da mulher e da educação que perpassavam as relações sociais, à época, visto que era um meio de comunicação bastante utilizado pela população letrada e, também acessível, muitas vezes à camada da população que não sabia ler, que podia participar de leituras coletivas<sup>13</sup>. Logo, a partir da leitura dos jornais foi possível adentrar no contexto social da época, nas relações sociais e tensões que se constituíam na sociedade à época.

No Brasil, a imprensa é trazida pela Família Real, em 1808, com o objetivo de publicar os atos oficiais do governo e noticiar sobre a Coroa. Mas, também, foi a partir desse momento que diversos impressos surgiram nos centros urbanos, divulgando acontecimentos sociais e políticos, principalmente os eventos pré e pós-independência e durante o século XIX, os jornais foram ganhando destaque como um dos principais meios de comunicação no Brasil.

Em Minas Gerais, o processo de crescimento da imprensa não foi diferente. A província teve o seu primeiro jornal impresso em 1823: *O Compilador Mineiro*, de Ouro Preto e a partir de então, diversos outros jornais surgem em todas as fases da imprensa brasileira no século XIX.<sup>14</sup> De acordo com Sodré (1999), em 1880, período correspondente à Fase Informativa e Literária, já havia diversos periódicos que relatavam desde acontecimentos gerais de cada região, como *O Patriota*, de Itapeverica, que se declarava “[...] recreativo e noticioso, dedicado aos interesses dos habitantes d’este município” (*O PATRIOTA*, 1887, p. 1), até *O Liberal Mineiro*, de Ouro Preto, que tratava das sessões parlamentares, como se pode ver no trecho abaixo, que noticiava a convocação para a Corte:

O novo ministério perante a câmara dos deputados – Sessão do dia 24 de janeiro de 1882” – o Sr. Martinho Campos – (presidente do Conselho e ministro da fazenda, profundo silencio): - Senhor presidente, na sexta-feira, 20 do corrente mez, recebi por intermédio do senhor Visconde de Paranaguá ordem de ir a São Christovão, a chamado do Imperador (*O LIBERAL MINEIRO*, 1882).

<sup>13</sup> As práticas de leitura coletiva eram mais comuns nas camadas mais populares. “Nesse setor social, a leitura em voz alta geralmente era feita pelos poucos que sabiam ler, para ouvintes que não sabiam ou não liam com fluência.” (SILVA, 2002, p. 20). Essa prática foi perdendo espaço a partir da era moderna, o privado e a leitura silenciosa começam a tomar espaço e a população mais pobre começa a frequentar as escolas. Ler mais em Silva (2002).

<sup>14</sup> De acordo com a classificação proposta por Sodré (MENDES, 2016, p. 2): Fase Colonial: 1808/1822, imprensa que tinha ligação direta com o poder. Minas não viveu essa fase; Fase publicista: 1822/1840, onde atuavam como instrumentos políticos, com uma linguagem mais agressiva, onde a capital, Ouro Preto era a cidade que mais produzia jornais com forte cunho publicista. Além disso, inicia-se a interiorização da imprensa; Imprensa Informativa e Literária: 1840/1889, onde o publicismo perde força; Em Juiz de Fora surge uma imprensa informativa consistente. Na década de 1880 há um intenso publicismo republicano; Grande Imprensa: a partir de 1889, onde os jornais passam a ser publicados pelas grandes empresas. Surge em Belo Horizonte o Diário da Manhã, o primeiro jornal pertencente a uma grande empresa jornalística.

A partir de 1885 a imprensa se faz mais informativa, trazendo importantes diários, como *O Pharol*, de Juiz de Fora, localidade de destaque por sua produção de café e *O Baependyano*, no sudoeste de Minas.

Na primeira metade do século XIX, raramente se viam artigos assinados por mulheres. Segundo Jinzenji (2012), nessa fase, a escrita feminina se restringia à correspondência familiar, privada. Mas a partir de 1850, os periódicos brasileiros mostram as primeiras produções femininas, de âmbito público. A autora ainda chama a atenção para um aumento das publicações femininas após 1870, e esse crescimento nos leva a pensar que a imprensa poderia ser um meio de comunicação eficaz na influência do costumes, comportamentos e discussões de vários assuntos, visto que, em jornais dirigidos ou não por mulheres, por exemplo *O Sexo Feminino*, e o *Baependyano*, discutia-se todo tipo de assunto, inclusive, a respeito da educação feminina, como podemos ver:

**O Sexo Feminino – Emancipação da mulher** - Já circula por ahi o primeiro numero do Sexo Feminino periódico, que se dedica à defesa dos direitos da mulher; á esta hora tem elle transposto montes e serras para penetrar nessas cidades ruidosas, nesses centros de luzes, onde não faltão talentos para fazerem irradiar por todos os lados os fructos de uma civilisação apurada—de uma educação esmerada—o de uma instrucção variegada (O SEXO FEMININO, [1873-], p.1).

**Pedagogia - A educação e a instrucção** - Pois então evitemos aos educandos das leituras perigozas, ímpias, más; e lhe inculquemos as boas, pias e salutareas, segundo aquillo de Descartes: Disse eu no meu discurso à respeito do Methodo – que a leitura dos bons livros, é como a conversação com as pessoas mais doctas e honestas dos séculos passados, os quaes escreveram esses livros, e mesmo uma conversação meditada e illustrada, em que nos não descobrem elles, senão a flor de seus pensamentos e a fragrância dos seus sentimentos. Pela razão dos contrários, poder-se-hia dizer que a leitura dos livros maus é quazi tão pernicioza como a frequentação das más sociedades (O BAEPENDYANO, 1887, p. 1).

Os jornais são, portanto, uma materialidade importante na dinâmica do cultural e instrumento para disseminação da ciência, pois segundo Carvalho, “o jornalismo se convertia num eficaz instrumento de difusão das "luzes da razão", assumindo uma dimensão pedagógica que tem sido explorada, em várias vertentes, pela historiografia brasileira” (CARVALHO, 2012) e agrega muito valor quando se trata do entendimento das representações sociais, inclusive das sobre mulheres. Segundo Carvalho (*apud* LUSTOSA, 2012), “temos aí um veio fértil para os estudos de história da educação, quando ‘o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos”.

Nesta pesquisa, foram encontrados e analisados 17 artigos de jornais<sup>15</sup>, a partir da palavra-chave “educação da mulher”, publicados entre 1880 e 1889. Cabe destacar que, nenhum desses jornais era voltado diretamente para os interesses da mulher, mas devemos lembrar que é um período em que as mulheres já publicavam seus artigos<sup>16</sup> e eram leitoras ou tomavam conhecimento indireto do que se veiculava. A análise dos jornais foi importante para a compreensão acerca da condição feminina naquele momento, visto que, como advertem Nascimento e Oliveira (2007),

A materialidade do jornal propicia uma análise das simbologias de gênero, entendendo a condição de ser mulher como uma das formas de se estar no mundo, evitando o sujeito essencializado no feminino (assim como no masculino), mas em constante relação, sendo construído e, portanto, instável (SOIHET, 1997). Nesse processo, o feminino é compreendido como sujeito e sujeitado, entre alianças e desavenças, em nome da mudança, mas também da manutenção (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2007, p. 432).

Desde a primeira metade do XIX, alguns jornais denunciavam e criticavam o estado de submissão e repressão que vivia a mulher e acabaram se tornando preciosos instrumentos para tirá-las do lugar de “traste da casa”, para o pedestal de rainha do lar e peça importante na educação dos homens que seriam o futuro da nação (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p.433)

Esse novo pensamento pode ser visto em alguns dos artigos jornalísticos da segunda metade do XIX, alguns dos quais analisamos nesse estudo, onde a mulher seria a responsável pela criação moral, social e cristã do homem, considerados cidadãos futuros da nação e por isso deveria ser mais bem tratada.

Após a análise de cada um dos artigos, assim como os Relatórios de Presidentes, eles foram agrupados em categorias de acordo com os assuntos mais destacados, como o comportamento da mulher, a mulher-mãe, entre outros.

A abordagem teórica adotada nesta pesquisa ancora-se nas orientações da História Cultural, muito utilizada no Brasil desde os anos 1980, cuja principal referência é Roger Chartier e suas as noções de práticas e representações (BARROS, 2003) com olhar voltado para a importância do documento histórico.

---

<sup>15</sup> Ver: Artigos dos jornais analisados (APÊNDICE C, p. 95).

<sup>16</sup> Tomemos como exemplo o periódico *O Sexo Feminino* (1873-1874), que circulou na cidade de Campanha e teve quarenta e quatro edições. O Jornal não terminou, foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro devido à mudança de D. Francisca Senhorinha, a fundadora do jornal, se muda para lá com suas filhas. Segundo Nascimento e Oliveira (2007, p. 431) o jornal chegou a atingir uma tiragem de 4 mil exemplares, numa cidade em que apenas 7% das mulheres sabia ler (cerca de 1.458).

Segundo Barros (2003), a imprensa e os meios de comunicação se enquadram como agências de produção da cultura e, dessa forma, na perspectiva da História Cultural,

para além dos sujeitos e agências que produzem cultura, estudam-se os meios através dos quais essa se produz e se transmite: as práticas e os processos. Por fim, a ‘matéria-prima cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as ‘visões do mundo’, o sistema de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os modos de vida relacionados a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. (BARROS, 2003, p. 4).

Por isso, os periódicos são de grande importância nesse trabalho, pois eles fazem circular visões de mundo e padrões socioculturais de acordo com seu tempo e espaço.

Para a análise dos documentos, toma-se a noção de “representação”, entendida como “esquemas intelectuais que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17), criando, dessa forma, práticas culturais que, para Barros (2003, p. 13), “podem ser pensadas com relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada”. No caso desta pesquisa, a sociedade mineira do século XIX. Para esse autor, também são práticas os “modos como, em uma sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se [...]” (BARROS, 2003, p.13), sendo práticas e representações, complementares, ou seja, as representações gerariam práticas e vice-versa, num processo múltiplo e complexo.

Algumas categorias se organizam e constroem a representação como uma prática social, ou seja, a percepção do real é produzida a partir de categorias compartilhadas por um determinado grupo social. Uma representação sempre está relacionada à posição que os indivíduos ocupam num determinado momento histórico e em constante luta com outras representações sociais, visto que cada classe elabora o real a seu modo. E a educação inscreve-se numa prática cultural. Segundo Barros (2003), ela “inculca naqueles que a eles se submetem determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório linguístico e comunicativo que será vital para a vida social” (BARROS, 2003, p. 14).

Por isso, compreender as representações sobre as mulheres foi importante para a análise acerca da instrução pública, pois, entendeu-se que as representações podem gerar práticas sociais que, por sua vez, podem influir na construção de novas representações veiculadas por meio da imprensa e da escola, o que implicaria na construção social da mulher. Assim, essas

representações quando espelhando de múltiplas formas uma mesma realidade, se tornam inseparáveis da prática, se tornando uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social, visto que as representações geram práticas sociais.

Outro ponto importante visto em Chartier (1995), é a materialidade, que mostra a importância que se dá ao suporte, nesse caso o jornal e os relatórios, pois ele também seria construtor do sentido. As formas de ler ou ouvir os textos participam da construção de significados. Para ele, a significação do texto não pode ser dissociada da matéria que organiza a forma da sua percepção nas apropriações e, dessa forma, compreendemos que tanto os jornais quanto os relatórios são a materialidade da sociedade analisada.

Mediante tais considerações, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos: o primeiro, a introdução, tem como objetivo explicitar um pouco da trajetória da autora desta dissertação. O segundo capítulo, que tem como título “As representações sobre a mulher em fins do Império”, apresenta um panorama da Província, muito extensa e pouco povoada no interior, onde Para um melhor entendimento da região e da sociedade local e foi organizado em duas seções, a primeira, a circulação de ideias e representações sobre as mulheres na sociedade imperial a Minas Gerais do século XIX, e a educação feminina na sociedade mineira do século XIX.

A terceira parte, intitulada A Instrução Pública na Província Mineira, tem como objetivo analisar como se deu o processo de organização legal do ensino em Minas Gerais, destacando os dispositivos que regulam a instrução pública na segunda metade do XIX, principalmente através dos Regulamentos n.84 de 1879 e o Regulamento n.100 de 1883. Para isso, foi dividido em seis seções. A primeira destaca aspectos gerais da construção do Estado Imperial e da instrução pública; a segunda discutindo a organização do Ensino Público na Província Mineira com ênfase na Instrução feminina; a terceira a estrutura administrativa do ensino mineiro em fins do século XIX; a quarta onde apresenta-se as Leis que organizam o ensino na Província; a quinta traz Regulamentos que estavam em vigência no período analisado; na seção seis, o as condições do ensino público; em seguida os discursos dos Presidentes da Província mineira acerca da instrução pública primária feminina e, por fim, A presença feminina nas escolas mineiras, onde apontou-se a quantidade de cadeiras ocupadas por mulheres.

O quarto e último capítulo, denominado Representações acerca da educação da mulher nos jornais mineiros, tem como objetivo trazer as análises das fontes jornalísticas mineiras. Na primeira divisão apresentou-se um panorama da imprensa mineira e dividiu-se os artigos em

três categorias: Educação e instrução como instrumentos de mudanças, a mulher e os futuros cidadãos da pátria e o comportamento da mulher, onde os artigos são analisados de forma mais aprofundada.

Nas citações, manteve-se a ortografia original das fontes analisadas.



## 2 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER EM FINS DO IMPÉRIO

Neste capítulo, apresentamos uma reflexão acerca de algumas ideias que circularam no Brasil imperial e que contribuíram para a construção de representações acerca sobre as mulheres, e, também, sobre os homens naquele período. Estruturamos o capítulo em duas seções: na primeira abordamos o contexto mais amplo do, Brasil e na segunda, o contexto da província mineira.

### 2.1 Circulação de ideias e representações sobre as mulheres na sociedade imperial

Segundo Perrot (2007), antes do século XIX, na maioria das sociedades, a invisibilidade feminina era algo “natural” que elas não existiam senão pelo seu representante masculino, como o pai e o marido. Estariam confinadas à casa e trariam a “desordem” às cidades caso falassem. Até mesmo o seu corpo amedrontava e ela deveria estar completamente coberta caso saísse do ambiente doméstico. De forma geral nas sociedades ocidentais, o pensamento do fim do século XVIII, perpassa o XIX, no qual a medicina separa biologicamente homens e mulheres. A análise de teses de médicos cientistas do século XIX, entre eles Fausto<sup>17</sup> (1846), Mello<sup>18</sup> (1841) e Roussel (1775)<sup>19</sup>, feita por Rohden (2003), nos mostra que essa diferenciação sexual muda as práticas sociais dos homens sobre as mulheres, na qual o corpo é essencial para o entendimento da sociedade civil em que haveria dois sexos e os papéis de cada um deles se baseiam nessa diferenciação biológica. Os homens, por não gerarem filhos, teriam uma superioridade intelectual sobre as mulheres, as quais, com um útero, teriam que dividir os fluxos corporais entre o útero e o cérebro, tornando-a menos capaz e apontando para um papel social de mãe que gera filhos e os educa primeiramente. Segundo a autora,

Analisando o trabalho de Roussel, é possível perceber a partir do final do século XVIII uma transformação na concepção médica sobre o ser humano que não focalizou apenas o sexo, mas principalmente um novo sistema de sensibilidade (ROHDEN, 2003, p.206).

[...] A noção de sensibilidade monista e vitalista produzida no Iluminismo previa que todo corpo humano estaria situado em uma cadeia hierárquica. Mais do que o sexo, a

<sup>17</sup> João de Oliveira Fausto (1846), para o médico, de acordo com sua tese, as mulheres não deviam se dedicar à trabalhos intelectuais durante a menstruação, para que o sangue não vá para o cérebro. Além disso, para não se perderem, as meninas em idade púbere, não deveriam frequentar colégios e deveriam frequentar o mínimo possível os bailes e teatros, deveriam sempre estar sempre sob olhos vigilantes. Ver mais em Rohden (2003).

<sup>18</sup> José Tavares de Mello, Médico mineiro (Queluz), defendia que o desenvolvimento intelectual da mulher poderia deteriorar sua saúde. A elas cabia apenas o estudo moderado das artes. Ler mais em Conceição (2013).

<sup>19</sup> Pierre Roussel, Médico-filósofo iluminista francês que em 1775, pai da Antropologia Moral, escreveu *Du Système Physique et Moral de la Femme*, um tratado, reeditado inúmeras vezes, que sintetizou as ideias do período e serviu de principal referência para a medicina durante boa parte do século XIX, inclusive no Brasil.

sensibilidade era usada para organizar os seres humanos em superiores/inferiores, vigorosos/frágeis, refinados/grosseiros, racionais/irracionais e, também, suscetíveis ao Iluminismo ou não (ROHDEN, 2003, p. 207).

Inicialmente, tanto meninos quanto meninas, teriam as mesmas sensibilidades, mas quando se chegava à puberdade, os sexos se diferenciavam tanto no corpo quanto na mente. A menina canalizaria seus ‘fluidos’ para o útero, mas ela continua frágil e sensível como na infância, enquanto os meninos, seus ‘fluidos’ iriam para o cérebro e ele se tornava mais forte e mais viril, assim como seu caráter, e ele seria o sexo que iria proteger o outro, ou seja, a mulher. Sendo assim, a ela não cabia o ambiente público, que seria muito agressivo para um ser sensível e vulnerável. Muito menos a política, que demandaria muito gasto intelectual, ou cerebral, e ela deveria guardar os seus fluidos para a maternidade.

Ainda de acordo com Rohden,

O cérebro era descrito como a parte mais masculina do sistema nervoso. Nesse esquema, a inteligência, a mais nobre manifestação da sensibilidade e expressão do direito de dominação da humanidade sobre a natureza, estaria associada ao masculino. [...] No caso das mulheres, outros centros de sensibilidade atraíam as energias, como seria o caso do útero. Concluía-se então, que homens e mulheres seriam distintos e complementares tanto na sua conformação física quanto no seu funcionamento intelectual e moral. As mulheres, mais sensitivas, sedentárias e dotadas de um cérebro mais fraco desenvolveriam algumas características próprias e teriam até algumas vantagens em relação aos homens (ROHDEN, 2003, p. 207).

Essas teses científicas, absorvidas pelas sociedades brasileiras, inclusive a mineira, subsidiando uma compreensão e entendimento acerca da diferença biológica entre homem e mulher, no final do século XVIII, são fundamentais para se entender a ordem social e cultural do século XIX. Segundo Rohden,

É percebendo a importância das pressões da cultura sobre o que é tido como natural que podemos entender porque as perturbações diagnósticas na época da puberdade feminina ganham tal relevância. Em especial, têm destaque aquelas vinculadas a influências como a educação, a leitura de romances, a vida nas cidades – todas de alguma forma relacionadas a um contexto de maiores possibilidades de autonomia (ROHDEN, 2003, p. 210).

A mulher seria incapaz de assumir responsabilidades cívicas que exigissem grandes esforços intelectuais e vida em sociedade fora do ambiente doméstico, como a instrução escolar. A escola poderia ser um ambiente perturbador para a mulher, “prejudicando todos os esforços que a natureza fazia no sentido de garantir o bom desenvolvimento da capacidade reprodutiva feminina” (ROHDEN, 2003, p. 210).

O trecho seguinte, do jornal O Echo do Povo, mostra na materialidade as ideias de José Tavares de Mello, para quem à mulher, caberia apreender intelectualidades mais sensíveis e menos perturbadoras, como a Arte:

E só nisto consistirá a educação da mulher? Certamente que não.

Restam as formas literárias a examinar e a relação da arte com a inteligência e a inclinação femininas. Ahi convem dirigir todos os esforços intelectuais da mulher para as manifestações estheticas do espirito humano (O ECHO DO POVO, 1882, p.1).

Devemos nos lembrar também do ambiente cristão católico e da dicotomia Maria/Eva, que fundamentava, também, a sociedade mineira. Segundo Louro (2017, p. 447):

Através do símbolo mariano, se apelava tanto para a *sagrada missão* da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a educadora dos filhos e filhas.

Associado a esse contexto, a mulher era vista em uma dicotomia entre Eva, a pecadora do Paraíso, e Maria, a mãe de Cristo. Elas não tinham muita escolha, se esperava que todas seguissem os ideais marianos, de entrega à missão e pudor. As mulheres, ao menos as das classes sociais mais elevadas, então, se recolhiam aos seus afazeres – caso contrário seriam comparadas às Evas – por causa do poder masculino sobre a mulher. Segundo Barros (2003), quando se trata de poder e dominação, há verdadeiras lutas de representações:

E estas geram inúmeras ‘apropriações’ possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano (BARROS, 2003, p. 21).

E, segundo o autor, o modelo cultural de representação é claramente atravessado pela noção de poder. Por isso, é importante também prestar atenção ao silenciamento das mulheres, pois, a partir dele, elas estão pouco preservadas na História, mas não banidas. Ainda por intermédio dessa relação de poder, o pouco que produziam, elas mesmas destruíam por não achar a sua produção relevante, dado o imaginário de que a mulher seria intelectualmente inferior ao homem e carregaria estereótipos coletivos, como mães, anciãs, histéricas ou vadias.

Segundo Perrot (2007), “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (2007, p. 17) na primeira metade do XIX. No entanto, na segunda metade do século, mesmo que muitas dessas ideias de inferioridade intelectual ainda estivessem presentes, também podemos ver outras práticas, como mulheres donas de jornais e escritoras, como o

artigo<sup>20</sup> assinado por uma mulher, Maria Amália Vaz de Carvalho (1885), escritora portuguesa, ativista feminina que escreveu para diversos jornais, muitas vezes com temáticas voltadas para elas, principalmente ética e educação. Além de escritora, foi a primeira mulher a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa (1912). Em seu artigo, ela descreve que a mulher deveria ser educada para melhor cuidar de sua família, mas é possível enxergar traços de exaltação da educação para a mudança em sua vida e uma mudança que se daria sem conforto, com tensões e desafios: “Educar a mulher é arrancar-a na infância ao seu berço fofo e tépido de beijos, e levar-a por caminhos de uma majestade austera que ella nunca trilhou” (CARVALHO, 1885, p. 2).

Num contexto brasileiro do XIX, Louro (2017), nos apresenta uma mulher cujo aprendizado dos afazeres domésticos ainda era prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada. Era preciso que elas fossem, antes de tudo, preparadas para o casamento, o que parte do pressuposto que elas fossem preservadas, desde cedo, dos vícios do mundo, o que se dava sob o olhar da família.

Por outro lado, a autora também nos fala sobre uma onda civilizatória que imperava desde a independência do Brasil em que a mulher se insere no espaço educativo, mesmo que de forma mais tímida. A autora menciona, por exemplo, a escritora e educadora potiguar Nísia Floresta Brasileira<sup>21</sup>, “uma voz feminina (que) denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava a sua emancipação, elegendo a educação como instrumento através do qual essa meta seria alcançada” (LOURO, 2017, p. 443). O que permite entender que não haveria uma única representação, mas múltiplas representações da mulher nesse tempo e espaço. Muitas vezes, até marcada por dicotomias, avanços e retrocessos. Louro nos indica que, mesmo a passos lentos, com toda a falta de representação, aqui no sentido de estar presente fisicamente, na política, com suas vozes silenciadas, a mulher tem lugar na sociedade e na educação brasileira desde 1827, quando elas puderam frequentar as escolas, e, por isso, se faz importante destacar que “seria uma simplificação grosseira compreender a educação das

---

<sup>20</sup> Publicado na edição n. 218 de 26 de setembro de 1885, do Jornal O Pharol, na coluna Litteratura, com apresenta o título “Educação da mulher”.

<sup>21</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta é o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Nascida na Paraíba em 1810, morreu em França em 1885 e é considerada a primeira mulher a defender uma educação feminista brasileira e atuava na área das letras, do jornalismo e movimentos sociais. Escreveu em diversos jornais e obras em defesa dos direitos das mulheres, indígenas e escravos. Ver mais em Castro (2010).

meninas e meninos como processos únicos, de algum modo, universais dentro daquela sociedade (LOURO, 2017, p. 444).

Além disso é preciso levar em conta as classes econômicas das meninas, que, se privilegiadas, aprendiam em casa, com professoras particulares, ou escolas religiosas as matérias de primeiras letras e a moral religiosa, o francês, o piano, os ofícios de agulha, economia doméstica e culinária, pois o objetivo era o casamento e a maternidade, e serem mais agradáveis aos seus maridos, à sociedade e à função de educar os filhos. Enfim, “as mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas” (LOURO, 2017, p. 446).

Por outro lado, as mulheres das camadas mais populares, que não tinham acesso a qualquer instrução particular, que, na maioria, eram analfabetas, que não estavam confinadas ao ambiente privado do lar, a essas, era preciso, em fins do XIX, civilizar. Elas deveriam ser ordeiras, honestas, asseadas e “a elas caberia controlar seus homens e formar novos trabalhadores e trabalhadoras do país [...] a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior” (LOURO, 2017, p. 447). Para tanto, uma sólida formação cristã é essencial e ela deveria também seguir o exemplo da sagrada maternidade da Virgem Maria e manutenção da pureza. Assim, pode-se supor que a mulher do século XIX, independentemente de sua classe social, deveria ser a perfeição moral, educadora dos filhos e filhas, obediente, boa esposa, geradora de bons frutos para a nação e para isso, deveria ser instruída e educação escolar, seria a única forma de tornar a sociedade civilizada.

Mesmo frequentando as escolas, que é um dos poucos lugares onde a as mulheres passam a ambientar fora de casa, era preciso manter o corpo domesticado. Entre as mais ricas, era preciso que ela tivesse refinamento familiar adquirido e, posteriormente, se completava na escola, geralmente cristã. Esse processo também foi uma forma de determinar as condutas femininas na sociedade, a fim de modelarem seus corpos e comportamentos por meio de regras que as distinguiu das pessoas mais rudes e dos homens, reforçando a ideia de diferenciação, não só entre as camadas da população, mas também entre os dois sexos. Nesse sentido,

tornar os corpos das alunas em “corpos dóceis” e femininos exigia, assim, um cotidiano preenchido, metodicamente, com orações, estudos, trabalhos, lazer e penitências, em que a vida transcorria de forma rotineira e previsível, regulada por um tempo fracionado em horas, minutos e segundos, rigorosamente controlados, por alguns espaços liberados e outros interditados, por comportamentos em que gestos e atitudes tinham de ser pensados, medidos e contidos, como convinha a uma jovem educada e civilizada (MUNIZ, 2002, p. 5).

Aqui, é possível perceber o controle sobre o comportamento e o corpo da mulher e que a biologização diferencia homens e mulheres dentro da sociedade. Muitas meninas chegavam a seguir manuais de comportamento para reforço da docilidade e disciplina para ser uma mulher bem quista na sociedade e, por outro lado, tornava as forças de poder masculino ainda mais presentes reforçando o caráter patriarcal, na província marcada pela intensa religiosidade.

Essa sociedade patriarcal, como destacam Zafalon e Zolin (2013), se caracteriza como aquela em que a mulher se encontra numa condição de submissão em relação aos homens. Geralmente uma mulher sem voz, que vive à luz do seu marido, pai ou outra figura masculina. Enquanto o homem, viril, que frequenta os ambientes públicos, está cercado de mulheres confinadas à vida privada, desenvolvendo atividades domésticas, que seriam classificadas como de menor importância, repetitivas. Segundo as autoras,

O trabalho doméstico é visto como algo intrinsicamente ligado à mulher na sociedade patriarcal, sendo difícil conceber um sem o outro. [...] Do mesmo modo, cabe ao homem a realização de ações espetaculares, que marcam rupturas com o curso ordinário da vida [...]. Nesse sentido, se à mulher as prendas domésticas e a passividade são valores imprescindíveis, do homem, cobram-se proporcionalmente a virilidade e a violência (ZAFALON; ZOLIN, 2013, p. 190).

E nesse sentido, essa sociedade, ao mesmo tempo que a torna submissa, contida, domesticada, exalta a condição masculina. Ao contrário do homem, a mulher não poderia seguir seus desejos, sua natureza, ela deveria ser capaz de controlá-los. Na veiculação dessas representações, circulam os modos aceitáveis de se ser mulher e, também, homem, que vão sendo incorporados às práticas cotidianas e naturalizados pela sociedade patriarcal mineira. Dessa forma, a política – e dentro dela decisões sobre os direitos da mulher na educação – é algo que não compete a elas, que seria emocional, frágil, ingênua e passiva. Nem era permitido falar de política em presença das mulheres. Já os homens, eram políticos devido à sua capacidade de decisão, firmeza, bom senso, controle, equilíbrio.

Na perspectiva da Criminologia<sup>22</sup>, segundo Santos (2009),

O modelo elaborado forja uma representação simbólica da mulher: esposa, mãe, dona-de-casa afetiva, mas a sexualidade encontrava-se condicionada ao instinto maternal.

<sup>22</sup> A criminologia, baseada na psicologia e na sociologia, estava começando a se firmar como ciência no século XIX. Segundo Alvarez (2002), ela é “um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade voltado para a compreensão da natureza do crime e do criminoso” e de forma mais geral, tentava entender a vida social. É usada aqui como um dos respaldos científicos da época para explicar dois tipos de representação feminina, a mãe e prostituta (a Maria e a Eva). Essa última uma degenerada da condição maternal.

Temos, assim, duas representações do feminino: a mulher passiva sexualmente destinada à satisfação do marido e a prostituta considerada por Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo<sup>23</sup> como uma degenerada nata, pois perverteu o estatuto da natureza frágil e delicada da mulher. Sua transcendência somente é possível pela maternidade (SANTOS, 2009, p. 4).

Assim, a partir da segunda metade do XIX, período em que há uma preocupação maior com a compreensão da infância e o pensamento iluminista de que elas seriam mais carinhosas, zelosas, capazes de criar bons filhos para a pátria, começa-se a se discutir a importância das mulheres<sup>24</sup> para o ensino primário com mais afinco. Não por acaso, na prática, as mulheres passam a dominar, os cursos normais em fins do século XIX e o perfil das normalistas era o ideal de moças dedicadas, sensíveis, frágeis, religiosas, disciplinadas, que poderiam ter sob sua tutela, crianças, que seriam a representação a pureza e da fragilidade. Segundo Louro (2017, p. 454), “as escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois, muitas; por fim, os cursos normais tornam-se escolas de mulheres”.

As mulheres, principalmente as normalistas – que antes são estudantes de primeiras letras –, Louro (2017) chamam a atenção pela dicotomia de suas liberdades, onde ao mesmo tempo em que elas seriam formadas dentro de um retrato da moral, da pureza, da boa esposa e mãe (o ideal mariano), também teriam na escola a liberdade de não estar sob os olhares da família, com certa autonomia para aquelas que frequentavam os cursos normais. Por isso, é interessante diferenciar a realidade e a percepção da sociedade masculina sobre elas em qualquer sociedade patriarcal. Para essa autora,

Observar como um grupo social é representado pode nos indicar o quanto esse grupo exercita o poder; pode nos apontar quem mais frequentemente é “objeto” ou “sujeito de representação”. Esse é um processo em que certamente estão envolvidas questões de poder, ou seja, as representações são construídas na dependência do poder e “têm efeitos de poder”. Vale notar quem utiliza o poder para representar o outro e quem apenas é representado. Isso se torna particularmente importante se pensarmos que, na maior parte das vezes, que as mulheres e as mulheres professoras são definidas e, portanto, representadas, mais do que se definem. Homens – parlamentares, clérigos, pais, legisladores, médicos – autoarrogando-se a função de porta-vozes da sociedade, *dizem sobre elas* (LOURO, 2017, p. 464).

A mulher pode ser entendida então, no fim do século XIX, também como aquela que luta pelo ideal de preparação dos filhos, logo cidadãos civilizados conforme ideário da recente nação

<sup>23</sup> Cesare Lombroso psiquiatra italiano, é um dos grandes autores da criminologia moderna no século XIX. Influenciado por teorias positivistas e evolucionistas, defendia a teoria do Criminoso nato, onde os comportamentos seriam biologicamente determinados. Guglielmo, era um sociólogo italiano que corroborava os estudos de Lombroso.

<sup>24</sup> Mas não qualquer mulher. Apenas as educadas, que seguissem os comportamentos sociais da moral cristã e das regras sociais para a domesticação dos corpos.

brasileira e se ela tem essa sagrada missão, também poderia educar os que não fossem seus filhos.

Além do reforço da medicina positivista<sup>25</sup> e evolucionista<sup>26</sup>, que faz a diferenciação biológica resultante na diferencial social, como já citado anteriormente, em que a mulher seria mais frágil por causa do seu aparelho reprodutor, há também as influências filosóficas iluministas, como ideias que circulavam pelo país contribuindo com a construção de representações e de práticas adequadas a um ou a outro sexo.

Nesse sentido, uma visão muito difundida por Rousseau<sup>27</sup> no século anterior e muito presente no XIX no mundo e no Brasil, nos ajuda a conhecer o seu pensamento no que tange a educação da mulher. Para o filósofo, a família moderna é fundada no amor materno e à mulher caberia agradar e obedecer ao homem, o que serviu para ainda mais para aprofundar a representação inferiorizada da mulher na sociedade patriarcal, que via respaldo na ciência para se manter e reforçando a dicotomia Maria/Eva.

Complementando o pensamento rousseauiano com relação à importância da mulher como mãe, Silva e Costa (2017), descrevem que

da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos; do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os costumes destes, suas paixões, seus gostos, seus prazeres, e até sua felicidade [...]. Assim, a mulher representa a base do equilíbrio moral e social que vai do privado ao público por meio de sua especificidade (SILVA; COSTA, 2017, p. 229)

No entanto, apesar de parecer misógino ou machista o discurso do pensador iluminista, há de levar em conta que, mesmo colocando a mulher no lugar de geradora de filhos para a nação, ela ascende a um lugar de destaque, importante, com uma função fundamental para a sociedade,

---

<sup>25</sup> Positivismo é uma corrente filosófica francesa criada por August Comte no século XIX, na qual a experimentação científica é o modelo para se chegar ao conhecimento humano e o progresso, através da ordem, era o caminho para se alcançar o conhecimento altamente desenvolvido. Seu criador, Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, Considerava a mulher responsável pela manutenção moral da família e pela educação da sua prole. Educadora por natureza, poderia exercer a profissão de professora, ensinando as crianças como se fossem seus filhos, profissão, aliás, que redimia as solteiras, pois resgatava o papel de mãe-educadora. Ver Ismério (2007) e Oliveira e Martiniak (2018).

<sup>26</sup> Evolucionismo é uma teoria desenvolvida por Charles Darwin na Inglaterra no século XIX, onde o homem é o resultado de um lento processo de alterações. Ela se choca com o criacionismo, que seria a teoria religiosa para a criação do mundo, onde tudo seria criado por um ser superior. No Brasil, ganha notoriedade a partir de 1870, quando estava “tentando se transformar, se modernizar” (GUALTIERI, 2009, p.13).

<sup>27</sup> Jean-Jacques Rousseau foi um filósofo iluminista nascido em Genebra que se destacou dos demais por certa aproximação com as camadas mais populares. Ficou conhecido por sua obra “Do contrato social” (1762), onde os homens são regidos por regras sociais que os privaria de sua liberdade natural. Mas necessárias para se viver em sociedade (SOUZA, 2002).



diferentemente da mulher excluída, silenciada e reclusa do século anterior. Ou seja, as representações vão se transformando na sociedade moderna.

Há toda uma crítica ao Rousseau referente à forma como a mulher é retratada por ele, [...] muitas destas críticas o consideram machista, pelo fato de compreenderem a mulher como submissa e relegada a segundo plano frente às decisões do homem. Por outro lado, levando-se em consideração o período de suas publicações, é possível pensar a mulher como ocupante de um espaço e sim, muito representativo dentro da literatura filosófica de Jean-Jacques Rousseau. De modo que a mulher representa o fio condutor por meio do qual o filósofo tece questões fundamentais de seu pensamento filosófico e tem na figura da feminina um ser, ora sentimental, ora forte e virtuoso a estandarte de suas ideias e pensamentos (SILVA; COSTA, 2017, p. 231).

Logo, essa seria a mulher do século XIX numa sociedade complexa e rica, cheia de intensas transformações. E é na educação que ela encontra subsídios para estruturar uma nova relação e poder entre os sexos, apesar de se encontrar numa sociedade estritamente patriarcal.

## **2.2 A educação feminina na sociedade mineira do século XIX**

Segundo Muniz (2002), a sociedade mineira do século XIX é ainda mais complicada, que as demais províncias no que tange à sua cultura principalmente por causa de suas construções sociais histórico-religiosas, uma sociedade moderna, mas em que permanece o velho. Ainda assim, a regra de conduta familiar tradicional mineira, era de resguardar as moças o máximo possível, em especial quando se tratava das mulheres das camadas mais elitizadas. As mulheres mais ricas praticavam a caridade e a filantropia, as mais pobres, sempre estiveram no espaço público ocupando os mais variados espaços através dos seus ofícios como costureiras, fiandeiras, criadas, amas, comerciantes.

Nessa sociedade, os universos masculinos e feminino a princípio são muito diferentes, principalmente no que se refere aos comportamentos e condutas cotidianas. Não muito diferente do pensamento da época, o homem seria ativo e social e a mulher emocional e passiva, que dá ao homem a ideia de superioridade e, como já vimos, a escola deveria ser a instituição que tiraria o país do atraso e da incivilidade, e ela também carrega essa diferenciação entre os dois sexos mantendo essa hierarquia do homem sobre a mulher.

Corroborando a representação sobre as mulheres como um seres vulneráveis e, que na prática deveriam ser ‘guardadas’ no ambiente doméstico, os trechos dos artigos destacados na sequência, representam a mulher como bela, delicada, sensível, dotada e em busca de amor,

porto seguro dos homens em seus lares, o complemento do sexo masculino e responsável pela sua educação e sucesso:

Que **symbolisa a mulher no lar domestico**? A palmeira que verdeja no deserto, oferecendo ás cançadas caravanas a sua sombra e o seu fructo. Eu, humilíssimo escriptor, sem mais patrimonio que a minha pena, sem mais executoria que a minha honradez, prestei sempre o culto a **essa bela e delicada** metade do genero humano.

[...] **Que pede a mulher durante a sua peregrinação na terra? Amor.** Qual é o seu mais vivo, mais ardente e mais constante anhelos? **Amar e ser amada.** [...] A mulher pode ser calumniada, mas ella foi e sempre será o anjo benefico do lar (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1885, p.2)

Dr. Antero de Magalhães tratou de dividir a sua these geral em proposições, estudou em primeiro lugar a educação intellectual da mulher, mostrou as vantagens do desenvolvimento das faculdades activas no sexo feminino e terminou citando as palavras de Blase de Burg. ‘Qualquer que seja o recanto e o paiz, desde que me encontro com um grande homem, estou certo que o precede uma grande mulher, pois é uma verdade incontestavel que no valor intellectual dos homens eminentes melhores vem de suas mães’ (O BAEPENDYANO, 1887, p. 1)

Mas, mesmo ela ainda não participando da política, como em Minas Gerais, Gati e Monteiro (2017) acrescentam que o ambiente doméstico não é exclusivamente feminino, nem o público exclusivamente masculino:

Na família, o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato, mas a mulher e mãe foi progredindo rapidamente, pois conseguiu ordenar o poder privado, familiar e materno e ter importante papel na primeira educação dos filhos, inclusive ensinando-lhes as primeiras letras (GATI; MONTEIRO, 2016, p. 1150).

Pode-se apreender, então, que a segunda metade do XIX dava abertura a uma transformação nas representações sobre a mulher, pois é possível observar certa comparação ao homem como cidadão e responsável pela educação e pelo bem estar da sua família e, posteriormente, na prática ela tem um papel de educar os cidadãos e cidadãs e essa instrução também poderia modificar o seu espaço, como mostra o artigo do jornal A Província, de Ouro Preto (1885):

O maior elogio que os antigos romanos podião fazer de uma nobre matrona era ‘*Domum mansil, lanam fecil.*’ Em nossos tempos dizem uma mulher, sabendo de chimica quanto baste para pôr uma panela ao fogo, e de geografia apenas a necessaria para saber onde ficão os differentes quartos de sua casa, esta sufficientemente instruída; e Byron, cujos, sentimentos pela mulher erão muito imperfeitos, dizia que a livraria da mulher devia resumir-se á Biblia e à arte da cozinha. Porém estas opiniões relativamente ao character e a instrucção da mulher, são tão absurdas e apoucadas, quanto é extravagante e contra o natural a outra, de que a educação da mulher deve igualar o quanto fôr possivel a do homem, que ella so differe deste pelo sexo, que ambos têm os mesmos direitos politicos, e igual competencia para esforçarem-se por adquirir fortuna e poder (A PROVINCIA DE MINAS, 1885 p.3)

O texto mostra essa mudança, numa comparação em que a mulher se contentava em ser uma boa matrona, mas agora, ela deveria ter acesso a outros saberes, pois a Química e a Geografia

não seriam mais suficientes, nesse momento, para apenas cuidar das panelas e da localização dos quartos da casa. Era preciso igualar a mulher ao homem, pois ambos teriam os mesmos direitos políticos e mesmas competências.

Pode-se perceber que as meninas estavam nas escolas, sejam elas públicas ou particulares. Segundo Veiga (2008, p. 11), às meninas, “desde os tempos iniciais do Império havia estímulo por parte do governo para que elas frequentassem a escola”. Não só pelo governo, que criava as cadeiras, mas também pelas famílias e não só no Império. Destaca-se que:

Desde meados do século XIX podem ser encontrados vários abaixo assinados de pais de meninas solicitando abertura de cadeiras do sexo feminino. Curioso notar que os registros do número de aulas do sexo feminino existente em Minas Gerais integram os censos escolares desde 1815 (CARVALHO, 1993, *apud* VEIGA, 2008, p. 12).

Isso leva a entender que a instrução feminina era estimada pelo menos por uma parte população, mesmo que não se saiba claramente os motivos, num cenário social tão excludente para elas.

No artigo seguinte o autor faz menção ao fato de que a instrução teria o objetivo de educar mulheres para serem educadoras dos seus filhos, futuros cidadãos, mas que não se pode ser ingênuo em acreditar que a instrução não seria utilizada em benefício próprio, como sua emancipação:

Educa-se a mulher para um fim, mas a esse fim tem nos meios porque é obtido a sua satisfação particular.  
A mulher que se prepara a missão sublime de mãe. Prepara-se para o benefício da humanidade.  
Na tarefa que se dá essencialmente altruísta, há também uma base de egoísmo que não é conveniente desconhecer.  
Aquella que sabe o preciso para ser mãe possui a fortiori o necessário para a sua satisfação plena e para a ostentação de sua vaidade na sociedade estulta dos mentecaptos, dos ignorantes, ridículos (O ECHO DO POVO, 1882, p.1).

Textos sobre as mulheres estão muito presentes nos jornais mineiros e elas também escrevem na imprensa desde o início da atividade jornalística no Brasil, como podemos ver no *Mentor das Brasileiras* (JINZENZI, 2008) do início do século e, mesmo que mantendo a figura chamada de “belo sexo”, ela também ganharia certa autonomia e seria vista como uma pessoa a ser instruída para instruir os futuros cidadãos brasileiros e manter a ordem da família, ou seja, aquela representada como incapaz de aprender, se torna um sujeito não só capaz de aprender, mas capaz de formar.

Para se entender as bases legais da instrução pública mineira, no capítulo seguinte, apresenta-se leis e regulamentos que estavam vigentes na Província nos últimos anos do Império para se

compreender a estruturação, a administração e a regulamentação da estrutura escolar. Além disso, apresenta-se também uma análise dos Relatórios de Presidentes da Província no que tange a instrução pública feminina.

### **3 INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA MINEIRA**

Este capítulo tem como objetivo analisar como se deu o processo de organização do ensino em Minas destacando os dispositivos que regularam o ensino feminino. Para isso, foi organizado em duas seções. Na primeira, discutimos sobre a instrução pública na construção do Estado Imperial. Na segunda, o foco é a organização do ensino público na província mineira, com ênfase na instrução feminina.

#### **3.1 A construção do Estado Imperial e instrução pública**

A consolidação do Estado Nacional Brasileiro estava profundamente ligada ao processo de escolarização, conforme destaca Nogueira (2019, p. 251) ao afirmar que “a preocupação com a difusão do ensino esteve no bojo dos debates que alicerçaram as bases de construção do Estado Imperial”, e esses debates seriam “evidências do lugar que instrução pública ocuparia no projeto da nação”.

A sociedade contava com uma elite burocrática e outra escravocrata e detentora de terras, escravos e pobres livres, mas que buscava adaptar o modelo liberal da Europa à realidade brasileira, principalmente o ideal de que a lei deveria servir igualmente para todos os cidadãos, pois seria um direito natural. Segundo Andrade (2007, p. 29), “no período imperial as elites atribuíam à lei, uma conotação pedagógica capaz de construir a nação”, o que levou à proposição de um volume considerável de normativas legais voltadas para a construção do Estado Imperial, a sociedade e de suas instituições, entre as quais se encontrava a escola

Para Faria Filho (1998, p. 95), as leis não serviam apenas para a organização da documentação, mas também para a ordenação das relações socioculturais, elas são resultado de uma expressão material de um campo de lutas e confrontos, debatidas nas Assembleias Provinciais.

A escola elementar em sua gênese, foi um dos locais sociais onde se construiu a representação da identidade brasileira, mas é importante destacar que não tinha como objetivo a transformação da sociedade, “mas sim fazer com que cada indivíduo reconhecesse e assumisse o seu papel social” (ANDRADE, 2007, p. 34).

Os primeiros anos do pós-independência do Brasil foram conturbados política e administrativamente. D. Pedro I, devido ao seu autoritarismo, causava muitos descontentamentos às elites, levando à agitação as camadas mais populares e desencadeando

conflitos por todo o país, como a Confederação do Equador, duramente reprimida pelo Imperador, aumentando o descontentamento. Outros pontos conflitantes, se deve à situação da crise açucareira por causa da concorrência dos holandeses e a Guerra da Cisplatina que desvalorizaram a moeda. No entanto, foi no Primeiro reinado que surgem as primeiras leis para a organização escolar brasileira, como a Constituição Federal de 1824.

As primeiras discussões, datam da Assembleia Nacional Constituinte de 1823 e elas também se referem à escolarização feminina. Segundo Andrade (2007, p.35), a Lei de 22 de março de 1823, que D. Pedro I cita em seu discurso inaugural, a fundação de um estabelecimento para moças, no Rio de Janeiro. No entanto, é do saber de todos que a Assembleia de 1823 fora dissolvida pelo Imperador e nova Constituição viria ser outorgada no ano seguinte.

Na Constituição de 1824, a educação é concebida como sendo direito de todos os cidadãos – nascidos no Brasil e livres –, assumindo, assim, a responsabilidade do Estado em oferecer escolas, sendo “A instrução primaria, e gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). Em 1827, foi sancionada a Lei das Escolas de primeiras Letras, em 15 de outubro, que mantinha a gratuidade do ensino prevista na Constituição de 1824, que garantiria a criação de escolas primárias em locais mais populosos e critérios para a criação escolas para as meninas.

Nessa Lei, podemos observar que para ambos os gêneros, a educação de moral cristã era fundamental, mas que as prendas domésticas cabiam apenas às meninas. De acordo com o Artigo 6º,

Art. 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1824).

Importante notar que a moral cristã está sempre ligada às matérias e que, de acordo com o Artigo 12º, às mulheres que vão se tornar professoras, é necessário, além das matérias escolares, o reconhecimento da honestidade. Esta serão nomeadas pelos presidentes de Conselho, ou seja, homens é quem dariam esse reconhecimento a elas, eles é quem determinavam as alunas que se destacariam. Isso determinando o lugar delas na sociedade, a menina casadoira ou normalista, religiosa, ordeira.

Art. 12º As mestras, além do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações,

ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7º (BRASIL, 1824).

No artigo 11 é possível verificar que, desde o início do Império, as escolas para moças já poderiam existir e quem determina essa necessidade são os presidentes de conselho: “Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento” (BRASIL, 1827).

Pode ser notada uma condição diferenciada às mulheres, às quais se atribuíam aprendizados domésticos e o aprendizado das quatro operações básicas de matemática. Reforçando a o pensamento naturalista<sup>28</sup>, que visava a condição genética e biológica, de diferenciação entre os dois sexos, onde a ela caberia aprender as prendas domésticas e aos homens matérias mais complexas, dada a sua ‘maior intelectualidade’. Essa é uma escola voltada para a formação básica de alfabetização e das quatro operações fundamentais para que passem à condição de civilizados. As escolas mostram uma ação moralizadora da sociedade, organizando e ordenando os alunos para a vivência nessa nação que estava sendo construída.

Segundo Andrade (2007, p. 47),

a escola elementar deseja ser um agente de educação moral e, para isso, sobrecarrega de valores sociais o processo de alfabetização e, concomitantemente, busca desqualificar a ação familiar na educação político-religiosa. A escola de primeiras letras não limita sua ação apenas à transmissão de uma educação elementar, mas, sobretudo, acrescenta conteúdos religiosos que, associados a temas relacionados à pátria, visavam criar bons hábitos quanto à aprendizagem da leitura e escrita.

Provavelmente, o estabelecimento de uma Lei determinando a criação de escolas para as meninas pode ter motivado os pais a demandarem o seu cumprimento, como pode ser observado em ofício enviado pela Câmara de São João Del Rei para o Presidente da Província, em 1828. No documento havia a solicitação da criação de uma escola pública de primeiras letras para as meninas, como constatou Jinzenji (2010): “Segundo o ofício, a educação da ‘bela parte da sociedade’ não poderia continuar a ser inteiramente desprezada” (JINZENJI, 2010, p. 174). Em Ouro Preto, a primeira escola para meninas foi criada em 1829 e todas eram anunciadas pela imprensa. Até 1830, só haveria duas escolas para meninas em toda a Província de Minas Gerais (JINZENJI, 2010, p. 176). A partir de 1832 outras escolas femininas são criadas como a de

---

<sup>28</sup> Segundo Schwarcz, o naturalismo baseia-se na ciência e nas noções de progresso e evolução e foi muito difundido nos últimos anos do século XIX em oposição à monarquia, que seria sinônimo de atraso. Dialoga com a biologia e com antropologia na desconstrução do ideário romântico. Ver mais em Schwarcz (1992).

Mariana (1832), Sabará (1836), Villa de Tamanduá (1834), Serro (1837), Barbacena (1834), Campanha (1832), Pitangui (1839) (JINZENJI, 2010, p. 177).

Pode-se dizer que as significativas mudanças nesse momento, estão principalmente na resolução que abrangeria todas as províncias, em 1831, onde são criadas as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês em todas as províncias. Outro destaque é o Ato Adicional de 1834 que passa para as províncias a responsabilidade da educação primária e secundária. O Ato Adicional, traz maior autonomia às províncias, pois foram a partir dele que são criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que nomeariam seus funcionários e controlariam seus gastos, inclusive sobre a Instrução, no entanto traz o problema de que poucas tinham condições para a manutenção das escolas, que se perdura por todo o período imperial, e isso pode ser constatado em alguns relatórios de Presidente de Província, quando solicitam a criação de um novo imposto ou reorganização das finanças para conseguir dar o suporte escolar com a devida qualidade. Como podemos ver no relatório de 1880,

E' tempo de estabelecer um meio mais efficaz para desenvolver-se o ensino. A falta de edificios apropriados para escolas é, como bem pondera o inspector geral, um outro obstaculo para o progresso do ensino publico, e mesmo o credito destinado a alugueis de casa para ellas funcionarem fui supprimido pela vigente lei de orçamento: pelo que fui obrigado a mandar suspender todas as despezas nesse sentido. Julgo de necessidade que se retabeleça esse credito na futura lei de orçamento. (MINAS GERAIS [CÔNEGO JOAQUIM JOSÉ DE SANT'ANNA] 1880, p. 10)

Alguns autores como, André Paulo Castanha (2017) defendem que, apesar de fragmentar mais ainda os poucos recursos de que dispunha a província em relação ao governo central, houve certos benefícios nessa mudança, como menor burocratização na criação de novas escolas.

A segunda metade do XIX, foi um período menos conturbado do ponto de vista político (CARVALHO, 2012), o que deu abertura a discussões referentes ao processo de escolarização. No âmbito da Corte, em 1854, a Reforma Couto Ferraz, com bases mais pedagógicas, regulamenta e controla a instrução pública, no entanto, ela serve de referência para todas as Províncias, visto que a Corte era considerada uma síntese do Império. Esse controle se faz com regras de funcionamento desde questões de gênero aos saberes e leituras. É com a Reforma que



os castigos físicos são abolidos, o método mútuo<sup>29</sup> é substituído pelo simultâneo<sup>30</sup>, entre outras mudanças que serão absorvidas por várias províncias.

Outra ação estruturante da segunda metade do século XIX, foi a Reforma Leôncio de Carvalho, promulgada em 1879, que reformulou o ensino primário e secundário na Corte, e o superior em todo o Império. Mesmo que não seja diretamente voltada para a Instrução Primária de todas as províncias brasileiras, a Reforma, com um viés liberal, que prezava o pensamento científico e tinha fundamentos pedagógicos até então nunca adotados, fora um exemplo para todo o país. Segundo Andrade (2007, p. 73),

A instrução moral tem outra conotação, é vista, a partir de então, como um sistema de regras construído socialmente, e todo aquele que ultrapassa essa limitação é irregular ou imoral. Cabe à escola ensinar essas regras e limitações aos estudantes, para que, assim, a sociedade brasileira percorra, sem anormalidades o caminho do progresso. Os rudimentos de desenho e a ginástica são colocados como forma de aprimorar a coordenação motora e disciplinar os alunos para o trabalho na indústria. [...] O cidadão, agora, trabalha para a grandeza da pátria. A nação e o cidadão forjam a escola, os princípios religiosos cedem lugar aos princípios de nacionalidade.

Ainda em Andrade (2007), a Reforma Leôncio de Carvalho buscava ampliar a instrução provincial através de incentivos do Governo Central. Um ponto importante é a previsão de fundação de jardins de infância para meninos e meninas entre 3 e 7 anos.

### **3.2 A província de Minas Gerais: características gerais**

Ainda quando Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821, as Capitânicas Hereditárias se transformam em Províncias. Assim, “A palavra Província passa então a ser usada de maneira clara no vocabulário político como cada uma das grandes divisões administrativas governada por um presidente” (LOPES; CHAMON, 2019, p. 5). Segundo Lopes e Chamon (2019), a Província de Minas Gerais era a mais peculiar e mais complexa no que se referia à população e à administração, devido à sua importância mineradora no século XVIII.

Na segunda metade do século XIX, ela era a província mais populosa da recém-criada nação brasileira, com cerca de dois milhões de habitantes. Além disso, a região era, cotidianamente,

---

<sup>29</sup> O método Mútuo (ou Lancasteriano) consiste na instrução dos alunos com o auxílio de outro aluno do mesmo nível de conhecimento, teoricamente, seria possível ensinar muitos alunos ao mesmo tempo. O professor desempenha o papel central de observador, enquanto os alunos “ensinam e aprendem”. Ler mais em Ferreira (2015).

<sup>30</sup> O método simultâneo é também conhecido como o método das escolas cristãs e foi usado após o método mútuo, com o crescimento do número das escolas na segunda metade do XIX. Consistia em instruir ao mesmo tempo todos os alunos de uma só classe, que eram bem menores do que no método simultâneo e com alunos com o mesmo nível. Apresentou grandes vantagens em relação ao anterior. Ver mais em Castanha (2015).

ocupada por novos forasteiros, inclusive estrangeiros, em busca de enriquecimento, e possuía uma população cativa local que correspondia a  $\frac{1}{4}$  da população cativa brasileira. Segundo o Censo de 1872<sup>31</sup>, a Província possuía 62 municípios, cada qual com suas freguesias, sendo Ouro Preto a capital. Dessa população, a minoria, no topo da pirâmide social mineira, fazia parte da elite portuguesa, principalmente como funcionários da Coroa e donos de terras e escravizados, que teriam estudos superiores na Europa. Na segunda camada, a população era composta por pequenos comerciantes, artesãos, produtores agrícolas e, na base, grande parte da população era pobre e analfabeta, entre eles, os escravizados.

Minas Gerais, além de um território muito extenso, teve um processo inverso de ocupação com relação às demais províncias, ocorrendo primeiramente nas áreas mais urbanas por causa da atividade mineradora e, só depois, houve um processo de ruralização, num interior pouco ocupado. Como podemos ver, nos trechos dos relatórios dos Presidentes Antônio Gonçalves Chaves, em agosto de 1884, e d'Aquino e Castro, em 13 de abril de 1885, as dificuldades eram muitas para os alunos frequentarem a escola por causa da extensão do território da Província:

[...] São grandes os embaraços que surgem para a efectiva applicação da reforma; basta attender-se a **enorme extensão de uma província, que mede uma area de 20 mil legoas** quadradas, com uma população esparsa; á impossibilidade de por a escola ao fácil alcance de todos quantos a têm de procurar; á falta de recursos de que se ressentem em grande parte a população do interior (MINAS GERAIS [D'AQUINO E CASTRO], 1885, p. 18).

Entre nos, felizmente, a liberdade do ensino, isto é, o direito de ensinar e aprender, como a cada um aprouver, é uma garantia indisputável e um facto constatado em os nossos regulamentos de instrucção publica, e em perfeito accordo com as exigencias do ensino obrigatorio.

Mas como realisal-o, ampla e eficazmente, na provincia com escassa população, disseminada em parochias de **extensos territorios?**

E' certo que desde já não conseguirão os Poderes provinciaes organizar o ensino, multiplicando escolas por todo o perimetro de cada parochia (MINAS GERAIS [ANTÔNIO GONÇALVES CHAVES], 1884, p. 16).

Além disso, a população era muito pobre, com boa parte de escravizados, com uma população livre pouco ou nada instruída, pois a escola pública era destinada apenas à população livre. Segundo Veiga (2008, p. 5),

[...] a partir de meados do século XIX, pelo censo de 1872<sup>32</sup>, 18,2% da população mineira era escrava. No mesmo censo registra-se maioria da população negra e parda (57,6%) e, entre a população livre, 13,5% diziam saber ler e escrever.

<sup>31</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 10 out. 2019.

<sup>32</sup> Segundo o censo de 1872, a Província mineira tinha 2.039.735 habitantes. Ver mais em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>.

O presidente Antônio Gonçalves Chaves, em seu Relatório de 1883, ou seja, quase 10 anos depois da realização do Censo, diz que na Província haviam cerca de dois milhões e quinhentos mil habitantes. Também falava sobre essa pequena quantidade de letrados na Província, dando importância à necessidade de uma instrução pública urgente para a população:

Seguramente com dous milhões e quinhentos mil habitantes, Minas não pode ter população escolar inferior a 337:142 e, entretanto, a estatística das escolas oferece apenas a matrícula de 39:755, a frequência de 24:700 alumnos, de ambos os sexos. Nesta proporção, creio que não temos mais de 3/8 da nossa população que sabe ler e escrever (MINAS GERAIS [ANTÔNIO GONÇALVES CHAVES], 1883, p. 10)

Também em Gouvêa e Jinzenji (2006, p. 117), podemos observar que a maior parte da população mineira era pobre, com uma minoria branca e uma parcela significativa de escravizados: “[...] havia uma grande massa de homens livres e pobres, sendo a maioria constituída de mestiços e negros forros e fugidos”. Após o auge do período minerador, a província se deparou com grande número de desocupados que não foram absorvidos pela atividade agropecuária que dá continuidade à economia nos oitocentos. Assim,

[...] tais atividades não conseguiam absorver a mão de obra livre, levando à construção de uma imagem da população mineira do período associada à vagabundagem ou ao latrocínio, que se faziam presentes nas perigosas estradas da região. (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p. 117).

Viana (2006) também cita essa inversão ocupacional de Minas Gerais, primeiro urbana e depois rural. Na segunda metade do século XIX, a agricultura crescia constantemente na região e, como nas minas, quando os solos se esgotavam, novas terras eram buscadas para fixação dos habitantes, ao contrário do que acontecia nas demais províncias. Logo, na contramão das demais, temos uma província muito urbanizada e, num segundo momento, um movimento de ida para o campo. Segundo Viana (2006, p. 44), “esta mobilidade geográfica tornava-se possível na medida em que havia grande disponibilidade de terras não ocupadas, cujos direitos não se podia reivindicar de modo definitivo e com alguma garantia.”

Esse nomadismo, segundo a autora, preocupava as elites políticas que, naquele momento, buscavam mecanismos de controle e de ordenação da população e das políticas para a modernização e o progresso, além da repressão à vadiagem (VIANA, 2006) por meio da instrução escolar da população. Sendo assim, a mudança constante de lugar da população em busca de melhores terras cultiváveis ou em busca de minerais preciosos trazia mais dificuldades à essa ordenação, à abertura de escolas e à organização política. Dificultava, até mesmo, a

contagem da população por meio de censos, que, logo se tornava defasada, sendo que o censo era um documento fundamental para a implantação de novas cadeiras, visto que elas eram permitidas em locais com maior concentração de pessoas. É por isso que, no início do XIX, Minas Gerais possuía poucas escolas, ainda herdadas do período Colonial. Segundo Inácio (2003, p. 39),

Minas Gerais possuía, no início do período imperial, uma rede de instrução elementar muito pequena, composta de poucas escolas, herdadas do período colonial. A instrução era oferecida em escolas isoladas, onde um único professor ministrava as aulas. Não havia instalações próprias, específicas para o ensino. Seu espaço confundia-se, muitas vezes, com o doméstico. Nas cidades, funcionavam, normalmente, na casa do professor ou em salas por ele alugadas. No campo, os proprietários das fazendas ofereciam o espaço físico para as aulas. Elas aconteciam em ambientes próprios para outros usos.

Confirmando a fala de Inácio, segundo Veiga (2008, p. 5), no começo do Império, até 1837, Minas Gerais tinha em torno de 1.300.000 habitantes e 143 escolas. No entanto, às vésperas da República, em 1888, quando parte da população cativa tinha conseguido a liberdade e as políticas nacionais e provinciais estavam mais estáveis, esse número subiu para 1.649 escolas. Esses dados evidenciam um crescimento significativo de cadeiras ao longo de todo o período imperial, devido à certa estabilidade e aos esforços na atuação política na criação das leis para acabar com que chamavam de a ignorância da população.

Com relação à administração, Minas, desde o século XVIII, tinha uma ampla e complexa rede fiscalizadora, para evitar o tráfico de ouro e, durante o Império, teve uma alta rotatividade no governo. De acordo com Veiga (2008), “durante o período imperial, Minas Gerais contou com 122 períodos administrativos, sendo 59 presidentes e 63 vice-presidentes em exercício” (VEIGA, 2008, p. 5), fato que causava grandes inconstâncias políticas à Província e que trazia prejuízos, como a falta de confiança entre funcionários públicos, políticos e população, além da ineficácia da implementação das leis.

Culturalmente, a influência portuguesa, advinda principalmente da região do Minho, no norte de Portugal, se fez muito presente nas maiores cidades mineiras. Pode-se observar isso na arquitetura de algumas cidades, como Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Sabará, que preservam os casarios e as igrejas dos anos da mineração. A música do século XIX também recebeu influências lusitanas, principalmente do estilo clássico europeu, novidade no Brasil durante o século XVIII. Segundo Lopes e Chamon (2019), o Órgão foi um instrumento musical muito utilizado nas festividades religiosas tanto portuguesas quanto brasileiras. O órgão de Ouro Preto, de origem alemã, foi um presente de D. Maria I de Portugal, e seus tubos e

mecanismos vieram da cidade do Porto. O de Mariana, também alemão, saiu de Portugal em 1752. No Colégio do Caraça, a música era tão importante que fazia parte da formação educacional dos alunos do colégio. A música era parte da sociedade mineira que assistiu a diversos concertos desde o século XVIII.

Além disso, a província foi o local onde mais se compôs música além da Europa, conforme as autoras apontam:

João de Deus foi o autor de cerca de 40 obras conhecidas, entre elas, a abertura em Ré Maior para a orquestra e os responsórios fúnebres de 1831, obra que ficou incompleta. Seu tratamento grandioso da música religiosa refletiu a máxima utilização da música de igreja como espetáculo público, repleta de elementos operísticos e do virtuosismo vocal que entusiasmou o público mineiro e carioca nas primeiras décadas do século XIX (LOPES; CHAMON, 2019, p. 20).

Outro aspecto fundamental na construção histórica de Minas Gerais foi a religiosidade. Desde as primeiras povoações portuguesas, em Minas Gerais, o catolicismo esteve muito presente, resultado do Concílio de Trento da Igreja Católica, no século XVI, que definiu que, para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica em oposição ao protestantismo, um dos seus objetivos era levar a doutrina católica a novos povos conquistados. Assim, desde a época da Colônia, os primeiros portugueses tomaram a fé como um fator indispensável à sociedade e, relacionada à religiosidade, surgiram as primeiras formas de escolarização, como os seminários para a formação de meninos padres. As cidades, principalmente as da região mineradora, como Ouro Preto, Mariana, Caeté, Sabará e Diamantina, assistiam a grandes espetáculos de devoção religiosa e social promovidos pelas irmandades de leigos, como as festas dos padroeiros e as comemorações da Semana Santa. Segundo Niero (2014, p. 128),

O catolicismo devocional brasileiro era o próprio reflexo da organização social vigente, uma vez que explicitava uma série de divisões, tanto racial como social, contrariando um dos princípios básicos do cristianismo, segundo o qual todos deveriam ser irmãos, independentemente de sua cor, gênero e da sua condição social.

As irmandades foram responsáveis por uma nova ordem social na Colônia e precederam o Estado e a Igreja, pois já estavam fundadas quando a administração chegou às Minas Gerais. Assim,

Nas Minas Gerais foram os leigos os responsáveis pela implantação do catolicismo e não os religiosos, por meio das irmandades, [...] era praticamente impossível viver e morrer fora de seus quadros: pertencer a uma Irmandade era condição necessária para ser reconhecido perante a comunidade (DICIONÁRIO, 2003, p. 180-184).

Com o declínio da mineração, as Irmandades e Ordens Terceiras mais fracas começaram a mostrar sinais de decadência. Pode-se, então, perceber que Minas Gerais, mesmo em plena

economia mineradora teve, sobretudo, uma população local pobre, com problemas sociais acentuados. Por isso, se fez importante a influência das Irmandades leigas, que foram as maiores contribuintes no campo da assistência aos seus membros, já praticada na região. Ainda no século XVIII, Mariana se tornou sede do primeiro bispado mineiro, com importantes construções, como o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte para a instrução de meninos, instituição de ensino, para meninos que queriam se tornar padres, mais antiga de Minas Gerais, criada em 1750<sup>33</sup>.

Essa religiosidade acentuada certamente influenciava na construção de representações e, bem assim, nos comportamentos femininos, especialmente, na dicotomia Maria/Eva, a mulher que, mãe, moralmente constituída, sublime, e Eva, a mulher pecadora, que discutiremos mais adiante. Mesmo com o pensamento modernizante às vésperas da República - que já se apresentava na sociedade mineira durante o fim do Império - e com as novas ideias sobre normas de higiene, o combate à vadiagem, a ordenação social, o gosto pelo cientificismo e pela razão iluminista, naquele momento, a moral e a religião eram primordiais dentro da instrução pública. O que não exclui o Governo provincial, por meio do seu novo modelo burocrático, se voltar para as questões sociais, que se estendiam por todos os municípios da província mineira.

A importância do ensino, pode ser vista em diversos discursos, como a seguir:

Em todos os paizes o ensino é hoje o alvo principal da atenção dos poderes públicos.

De effeito prompto e duradouro, a propagação dos conhecimentos humanos transforma a sociedade, abrindo-lhe de par em par as portas do engrandecimento moral e intellectual. A' esse respeito, como à muitos outros, a provincia de Minas nunca foi retardataria, nem pertenceu á ultima fila (MINAS GERAIS [THEOPHILO OTTONI], 1882, p. 25).

Constantemente, se fazem presentes nos Relatórios analisados discursos que defendem a importância da instrução escolar para a população e, mesmo que não se fale, especificamente, na defesa para o sexo feminino, as meninas também são parte dessa sociedade e estão presentes nas escolas, como veremos mais adiante.

### **3.3 A organização do ensino público na província mineira**

Com a descentralização do ensino público primário e secundário, em 1835, Minas Gerais publica a primeira Lei de Instrução Pública, a Lei n. 13, que organiza o ensino público na

---

<sup>33</sup> Sobre o Seminário, ver: Selingardi e Tagliavini (2014).

província, regula a criação das Cadeiras de Instrução primária, o provimento e os ordenados dos Professores, entre outras. De acordo com o Art. 1º,

Art. 1º A Instrução primária consta de dois graus<sup>34</sup>: no 1º se ensinará a ler e escrever, e a prática das quatro operações aritméticas; e no 2º a ler, escrever, aritmética até as proporções, e noções gerais dos deveres morais e religiosos. (MINAS GERAIS, 1835).

Ou seja, podemos ver que a Instrução Primária se dá em dois graus, sendo o primeiro onde se aprenderia a ler, escrever e as quatro operações. No segundo, se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções e noções gerais de moral e religiosidade.

Art. 3º O Governo poderá estabelecer também Escolas para meninas nos lugares em que as houver do 2º grau, e em que, atenta a população, puderem ser habitualmente frequentadas por vinte quatro alunas ao menos. Nestas Escolas se ensinarão, além das matérias do 1º grau, ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos (MINAS GERAIS, 1835).

No que se refere às meninas, o artigo 3º incide sobre a criação de escolas nos lugares em que houver 2º grau e no mínimo vinte e quatro alunas. Sobre o programa de ensino, a Lei prevê que: “Nestas Escolas se ensinarão, além das matérias do 1º grau, ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos” (MINAS GERAIS, 1835).

No Artigo 12, pela primeira vez, se vê a obrigação escolar, que, em caso de descumprimento, gera multa de dez a vinte mil réis que pode ser dobrada em caso de reincidência. No entanto, a obrigação não se estende às meninas. Somente aos meninos de 8 a 14 anos, como se pode ver:

Art. 12 Os pais de famílias são obrigados a dar a seus filhos a instrução primária do 1º grau ou nas Escolas Públicas, ou particulares, ou em suas próprias casas, e não os poderão tirar delas, enquanto não souberem as matérias próprias do mesmo grau.

A infração deste Artigo será punida com multa de dez a vinte mil réis, uma vez que aos infratores se tenham feito três intimações no espaço de seis meses, e não tenham eles apresentado razões, que justifiquem o seu procedimento, ou as apresentadas tenham sido julgadas inatendíveis pelo Governo, à vista de informações dos Delegados. Nas reincidências a multa será dobrada. Considera-se reincidência a continuação da falta dois meses depois da condenação.

Art. 13 A obrigação imposta no Artigo precedente aos pais de famílias começa aos oito anos de idade dos meninos; mas estende-se aos que atualmente tiverem quatorze anos de idade (MINAS GERAIS, 1835).

A obrigação, mesmo que não estendida às meninas, é um fator pertinente nos Relatórios e fundamental dispositivo de frequência de alunos nas escolas, principalmente nas classes mais

---

<sup>34</sup> Escolas de 1º grau, são as que têm sede nas freguesias e distritos e escolas de 2º grau, são aquelas cuja sede se encontra em vilas e cidades.

pobres, onde os alunos, por motivos diversos, como falta de condições econômicas, afazeres diários, trabalhos domésticos, não compareciam às aulas. Abaixo, um trecho do Relatório de 1882 e outro de 1885.

O ensino obrigatorio é o alicerce da civilização, a pedra fundamental do verdadeiro progresso. Banir a ignorancia, reputar o analphabeto como um leproso, procurar a criança nos esconderijos do lar domestico e chamai-a à escola, vencer a indifferença dos paes, é sem duvida a mais gloriosa legenda do ensino. (MINAS GERAIS [THEOPHILO OTTONI, 1882], p. 26)

Tem-se querido ver na obrigatoriedade do ensino o meio mais eficaz de promover a instrucção; o meo illustrato antecessor, em seo relatorio, pronuncia-se neste sentido, juntando considerações, de que nenhum modo contestarei, antes, reconhecendo, que quando importantes direitos políticos são entre nós exercidos sob cominação de penas, não sera muito procurar-se tambem vencer pela coerção a reluctancia que a incuria, desleixo ou ignorância dos chefes de família impoem à difusão do ensino pela mocidade descuidosa e descuidada; faça-se o bem, ainda que à força (MINAS GERAIS [D'AQUINO E CASTRO], 1885, p. 18).

Por meio desta fala, podemos perceber que o processo de inserção do alunado não se dá de forma tranquila e muito menos com grande adesão. Foi preciso – e em Minas Gerais desde 1828<sup>35</sup> – o estabelecimento de Leis de obrigatoriedade escolar, com pena para os pais que ele chama de desleixados e ignorantes. Logo, podemos verificar que o processo de escolarização não foi um processo sem lutas e pacífico. Aliado à essa dificuldade de conscientização da população, temos uma província de grande extensão territorial com uma densidade demográfica mal distribuída e as escolas se encontram ao alcance de poucos.

A população com poucos recursos e com outras preocupações teria que buscar as escolas causando muito trabalho para quem já não dava a tanta importância à instituição e a infrequência de alunos poderia acarretar fechamento de escolas que prejuízo para os que ainda iam à escola, aos professores que seriam removidos. Por isso, possivelmente, as estatísticas de alunos podem ter sido manipuladas em alguns momentos, visto que a inspeção e fiscalização das escolas do território não eram realizadas na maior parte da província. Em alguns Relatórios de Presidente, identifica-se certa insatisfação com relação aos Conselhos Paroquiais<sup>36</sup>, que seriam as responsáveis por fiscalizar se os pais estavam enviando seus filhos à escola, como pode-se observar nos trechos abaixo. Segundo o Presidente da Província, de 1884:

<sup>35</sup> Mariana, MG, tem a primeira lei de obrigação escolar do Brasil em 1828. Ver mais em Veiga (2013).

<sup>36</sup> Segundo o Regimento n. 84 de 1879, art. 49, “O concelho parochial incumbe fazer e publicar o arrolamento dos menores sujeitos á obrigação do ensino, e averiguar e decidir quaisquer reclamações dentro do prazo de 15 dias, ou por conhecimento próprio ou em vista das informações que sobre este assumpto lhe forem ministradas” (MINAS GERAIS, 1879, p. 16)



Mas fragil e incompleta falhará aos fins de sua criação senão assentar-se sobre as bases largas do ensino obrigatorio, o qual, por emquanto, não passa de um programma deslumbrante, de seductora theoria decretada em o Regulamento n. 100.

[...] organizada nos nossos Regulamentos ris. 84 e 100, a obrigação escolar não passa, entre nós, de mera aspiração[...] (MINAS GERAIS, [ANTÔNIO GONÇALVES CHAVES], 1884, p. 15)

Parece que o unico remedio proficuo para tão deploravel estado de cousas seria a efectividade do ensino obrigatorio. Temos, porem, de attender ainda neste assumpto á disseminação da população e a falta de boas vias de communicação, pois que não poderíamos, sem offensa aos dictames da hu- manidade, coagir creanças á viagens quotidianas em longas distancias e por pessimos nhos para se transportarem .cami- de suas habitações ás escolas (MINAS GERAIS [CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO], 1887, p. 21-22).

No Relatório de 1887, seguindo o trecho citado acima, há uma estatística sobre a quantidade de cadeiras masculinas, femininas e mistas, sendo que haveria uma escola para cada 141 meninos e uma para quase 203 meninas. Logo após, é possível observar um tom de cuidado e preservação das estudantes, pelo Inspetor geral, quando ele analisa os dados. Para tal funcionário, as escolas deveriam ser iguais os números de cadeiras para cada sexo, visto que há igualdade no número de estudantes.

Opina o digno funcionario em vista destes dados:

2.º Que sendo quasi sempre igual o numero de alumnos de ambos os sexos, devem existir tambem em igualdade de numero as escolas para cada um delles (MINAS GERAIS [CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO], 1887, p. 22)

O referido funcionário atenta para o fato de que a falta de cadeiras para as estudantes seria algo observado por ele como insatisfatórios na província e viu-se na obrigação de chamar a atenção do presidente. Logo, pode-se supor que elas frequentavam as escolas em grande número e fazia-se necessário uma quantidade maior de cadeiras, incluindo as que não teriam acesso.

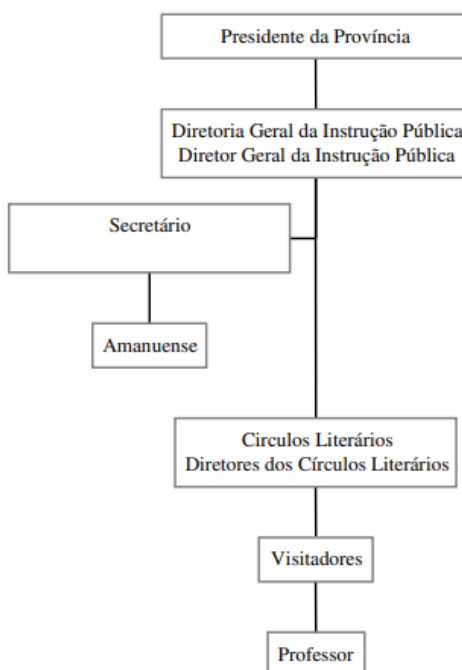
### **3.4 Estrutura administrativa do ensino mineiro na segunda metade do XIX**

Quanto à estrutura administrativa da educação na província mineira, segundo Andrade (2007) a Província era dividida em Círculos Literários, adotados desde a Lei n.13 de 1835, que eram definidos pelo Presidente, e do tamanho que fossem necessários para uma maior fiscalização do cumprimento da legislação.

Da perspectiva hierárquica, o modo como se estruturava o Poder e a organização do ensino, na segunda metade do XIX, estrutura que se manteve até o Regulamento n. 100, de 1883. Modificando em alguns momentos alguns cargos, como o Regulamento n. 28, de 1854, que dura até 1857, a hierarquia seguia a seguinte ordem: Presidente de Província é o topo da administração pública; logo abaixo a ele estava o Diretor Geral da instrução pública com o

suporte composto pelo Secretário e seu subordinado, o Amanuense; Diretores dos Círculos Literários; visitantes; e, por último, o professor, aquele que estava mais próximo da realidade escolar, mais fiscalizado.

FIGURA 1 - Organograma administrativo de 1854



Fonte: Andrade, 2007, p. 89.

Já a partir de 1857, a hierarquia sofre modificações na quantidade de funcionários através do Regulamento n. 41, onde a estrutura fica a seguinte: No topo permanece o Presidente de Província e logo abaixo o Diretor Geral da instrução pública agora com o suporte composto pelo Secretário, como seu subordinado, 1 e 2 oficiais e subordinados a esses, o Amanuense, o Porteiro, o Contínuo; e o restante permanece o mesmo, o Diretor do Círculo Literário, Visitador e Professor.

Além dessas mudanças na estrutura hierárquica, outro Regulamento n. 44, de 1859, divide Minas Gerais em três grandes sedes: central (Ouro Preto), sul (São João Del-Rei) e norte (Diamantina), onde seriam instaladas as Delegacias da Agência Geral do Ensino Público e deveriam ter escolas de ambos os sexos.

Cada Círculo se subdividiria em duas freguesias sob a denominação de Agências Parciais do Ensino Público. Em cada uma das Agências, uma escola primária para o sexo feminino e outra de segundo grau para o masculino deveriam ser criadas (ANDRADE, 2007, p. 93).

Por meio desse Regulamento, a Secretaria, subordinada à Agência Geral do Ensino Público, passa a ser composta de um Revisor, um Redator, três Amanuenses, um Porteiro, um Contínuo e um servente. No entanto, ele só vigora até o ano seguinte, revogado pela Lei n.1.064, que estabelece um organograma muito menos complexo que os anteriores: Presidente de Província. Inspetor Municipal; Inspetor Paroquial; Comissões Locais; professores. O Regulamento n. 49 dessa Lei, aumenta a responsabilidade de fiscalização e administração do Presidente de Província utilizando a divisão do território em municípios, paróquias e povoações para ajudar na inspeção, pois cada cidade teria um Inspetor Municipal.

Já o Regulamento n. 56, reestabelece a Diretoria Geral da instrução pública e, não diferente, sob responsabilidade do Presidente. O Último Regulamento aqui citado, o Regimento n. 100, de 1883, mostra um organograma mais complexo, com o Presidente de Província; seguido do Inspetor Geral da instrução pública, que tem como sua responsabilidade o Secretário, Chefe de Sessão, 1º e 2º oficiais, arquivista, Porteiro e Contínuo; Conselho Diretor. Inspectores Municipais; Delegados Literários; Conselhos Paroquiais; Inspectores Extraordinários; E. ao final, os Professores.

Para Andrade (2007), essas modificações nos organogramas de fiscalização e administração da instrução se dava por causa da ampliação e complexidade da instrução pública, num movimento de centralização e descentralização, o que pode ser explicado pelas constantes mudanças na Presidência da Província<sup>37</sup>. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, período que compreende o recorte temporal de sua pesquisa,

17 presidentes publicaram 19 Regulamentos. Desses, 9 se dedicaram a legislar sobre a administração e fiscalização da instrução. Essa constante publicação poderia impedir a execução da legislação, pois pouco tempo tiveram essas Leis para se efetivarem, impossibilitando identificar de forma mais concreta os aspectos que impediam o desenvolvimento da Instrução Primária (ANDRADE, 2007, p. 108).

Por outro lado, Nogueira e De Paula (2018, p. 632) defendem que a mudança constante na Presidência da Província não é motivo para desordens no projeto da instrução pública, pois a responsabilidade pela elaboração das leis que determinavam o modo de organização do ensino era competência do legislativo, além disso, durante a ausência ou vacância no cargo de

---

<sup>37</sup> Em Minas Gerais, ao longo de 65 anos, foram 59 presidentes e 63 vice-presidentes em exercício. Segundo os autores, o Brasil teve 919 políticos que ocuparam a presidência e a maioria governou mais de uma. Ver mais em Nogueira e De Paula (2018).

presidente, sempre assumia um legislador na condição de interino. O Presidente de província seria mais uma figura importante no processo de manutenção de uma política centralizadora e na estabilidade política interna, preocupação pessoal do Imperador:

O presidente de província era o representante direto do Poder Central e, mais, significava a consolidação de uma estrutura político-institucional, construída nos moldes constitucionais, indispensável à garantia da unidade e estabilidade política da Nação imperial (NOGUEIRA; DE PAULA, 2018, p. 634).

Segundo Nogueira (2019), essas mudanças constantes, seriam para ganho de experiência no cargo e confiança do Imperador. O cargo de Presidente de Província era de uma conotação mais política no sentido diplomático da palavra que de ações, que ficava a cargo de seus subordinados. Logo, essas mudanças constantes no cargo, pouco poderia ter influenciado na organização da educação provincial.

### 3.5 Expedientes legais para administrar e organizar o ensino na Província

Enquanto na primeira metade do século XIX, o principal ordenamento legal que orientou a organização do ensino em Minas Gerais foi a Lei n. 13, de 1835, na segunda metade, momento em que as províncias avançam nas discussões e elaboração de uma legislação voltada para a instrução pública, em Minas Gerais houve uma profusão de atos administrativos com objetivo de avançar no processo de estruturação do ensino. Em meio às medidas, observa-se a preocupação com a escolarização feminina que vai se materializando nos pedidos de criação de cadeiras, por exemplo.

Como se pode observar, além dos principais Regulamentos, o governo mineiro também lançava mão de outros expedientes legais para administrar o ensino na Província. Nesse sentido, a atenção se volta para os dispositivos complementares com objetivo de conhecer as ações voltadas para a educação feminina, no período estudado.

Para efeitos de organização, apenas, apresento os atos administrativos relativos à instrução pública primária na segunda metade do século XIX

QUADRO 1 - Principais atos administrativos sobre instrução pública - Segunda metade do século XIX em Minas Gerais

<b>Instrumento legal</b>	<b>Assunto</b>
Lei n.. 516 de 10 de setembro de 1851	Autorizava o governo mineiro a reorganizar o ensino.
Regulamento n. 28, Lei n. 516 de 10 de setembro de 1851	Legisla sobre a administração da Instrução e cria o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública em Ouro Preto.

<b>Instrumento legal</b>	<b>Assunto</b>
Regulamento n. 41 de 16 de maio de 1857	Suprime o emprego do Vice-Diretor Geral da Instrução Pública e o Diretor do 1º Círculo Literário pode substituir o Diretor Geral quando esse estivesse ausente.
Regulamento n. 44, de 03 de abril de 1959.	Descreve os vencimentos dos funcionários da instrução pública e a Divisão da Província em 3 Delegacias, 20 Círculos Literários e 44 Agências de Ensino. Cria os cargos de Agente Geral, Fiscais de Agência e Visitadores. Ensino primário e secundário.
Lei n. 1.064 de 04 de outubro de 1860	Escola de 1º grau em cada freguesia/ paróquia; Permissão para aulas particulares desde que localizadas das povoações 1 légua (6,6 km).
Lei n. 1.064 de 04 de outubro de 1860	Suprime a Agência e cria uma Secretaria de governo. Criação do Cargo de Inspetor Municipal em cada vila e cidades.
Lei n. 56/1867	Instrução Primária elementar – mais de 600 habitantes livres; Instrução primária superior mais de 800 habitantes livres.
Regulamento n. 56, de 10 de maio de 1867	Cria a Diretoria Geral de Instrução; cargo de Diretor Geral/ Delegados literários (que também seriam visitadores)
Regulamento n. 60, de 26 de abril de 1871	Criação da Inspeção Geral de Instrução Pública; criação do cargo de Inspetor Geral; Inspetor dos Círculos literários; Delegados literários (15 visitadores); Criação de 01 (um) Conselho paroquial: Inspetor, Pároco, um Juiz de Paz, 02 pais de família.
Lei n. 1.769 de 04 de abril de 1871	Reforça Lei n. 13 e cria exceção para não obrigação – no caso meninos residentes num raio de 2km de distância da escola e meninas, 1km. Subvenção para aula particular - Colégio de meninas; gratuitas para meninas pobres, órfãs e alforriadas.
Regulamento n. 62, de 11 de abril de 1872	Cria cargos de Inspetor da comarca e Inspetor paroquial. Ensino Primário 1º entrância (freguesia e outros) para o público feminino - Instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções práticas de gramática portuguesa, princípios elementares de aritmética e suas operações fundamentais em números inteiros e decimais, noções de práticas do sistema métrico, bordados e trabalhos de agulha.
Lei n. 2.476 de 9 de novembro de 1978	Ficam suprimidas escolas de menos de 20 alunos; ficam suprimidas escolas de menos 15 alunas. Meninos de 07 a 12 anos, se morassem a mais de 2km da escola, não tinham obrigação de frequência e caso não tivessem instrução no seio da família ou frequentassem escola particular. No caso de meninas esta obrigatoriedade ficava na dependência da existência na localidade de professoras e cadeiras do sexo feminino. Uma escola para cada freguesia.
Regulamento n. 84, de 21 de março de 1879	Mantém Inspeção Geral de Instrução Pública; criação do Conselho Diretor com 05 membros (nomeados pelo Presidente da Província) – composto por professores sob a indicação do Inspetor Geral; Substitui Inspetor Paroquial por Delegados. Escola primária 1º grau (freguesia e distrito) – instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções de gramática, elementos de aritmética, sistema de pesos e medidas, trabalhos de agulha e economia doméstica. Cita que as meninas entre 7 e 12 anos seriam obrigadas a frequentar escolas, desde que esta ficasse há um raio de, no máximo, um quilômetro.
Regulamento n. 100, de 19 de junho de 1883	Mantém estrutura anterior; Estabelece o número de circunscrições literárias de acordo com as cidades que tinham sede de Escolas Normais

Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de Veiga (2002, p. 11-14).

Observa-se, a partir dos dados do Quadro 1 uma intensa elaboração de Regulamentos voltados para a instrução pública na segunda metade do século XIX. Era preciso uma reorganização da instrução pública e podemos ver que há uma reorganização também da administração escolar.

Alguns Relatórios mostram certos descontentamentos com algumas medidas estabelecidas pelas legislações, como destaca a fala de 25 de setembro de 1880 no que se refere a dificuldade do cumprimento da obrigatoriedade escola:

Não é que tenha faltado o trabalho e a atenção d'aquelles a quem incumbe inelhoralo e dirigil-o. Muitas leis, e ultimamente o regulamento n. 84, consagrão disposições adiantadas; mas a exiguidade da quota e a inexecução da obrigatoriedade são obstaculos serios. Nenhum resultado tem produzido a obrigatoriedade, que, confiada

a comissões parochiaes, continuará a ser simplesmente uma propaganda salutar, mas não a realidade que almejamos (MINAS GERAIS, 1880, p. 10-11).

Aqui, faz-se uma reclamação sobre a dificuldade de cumprimento da determinação de obrigação escolar, que não era cumprida, especificamente, cita o Regulamento n. 84, que deveria exigir o cumprimento da frequência obrigatória por meio da ação das comissões paroquiais.

Geralmente, essas reclamações são seguidas de pedidos de investimentos financeiros para a educação ou a criação de um novo imposto e diminuição das cadeiras, mas, por outro lado, chama a atenção um número cada vez maior de cadeiras, o que nos leva a crer que as localidades cada vez mais solicitavam a criação de novas escolas, mas não há possibilidade de saber se por haver realmente alunos suficientes para preenchê-las.

### **3.6 Os Regulamentos em vigência em fins do século XIX: desdobramentos para a instrução feminina**

Para uma análise mais aprofundada acerca dos dispositivos que regulavam a instrução pública mineira, no curso do recorte desta pesquisa, com especial atenção aos dispositivos e orientações que regulam a presença feminina nas escolas, nos debruçamos sobre os Regulamentos vigentes, isso é, o Regulamento de n. 84, de 1879<sup>38</sup>, e o de n. 100, de 1883<sup>39</sup>.

De modo geral, ambos apresentam estrutura parecida, contemplando desde a fiscalização e administração do ensino primário e secundário pelos inspetores aos deveres da Secretaria de inspeção. A administração e fiscalização seguem a hierarquia da Inspeção geral, Conselho diretor, inspetores municipais, Delegados literários, Conselhos paroquiais, Diretores do Liceu Mineiro, externatos e escolas normais, congregações dos professores e Inspetores extraordinários, o que nos mostra um maior número de profissionais envolvidos, em 1883, mas alguns eram os mesmos que foram mantidos.

Tanto em 1879, quanto em 1883, o Regulamento estabelecia que toda freguesia tivesse uma escola pública primária para ambos os sexos, o que não era obrigatório, no entanto, em distritos mais populosos. Com relação ao programa de ensino, Andrade e Carvalho (2012) fazem um

---

<sup>38</sup> Ele possui 39 páginas e ao final, apresenta uma tabela com os vencimentos dos empregados da Inspeção Geral da Instrução Pública e dos professores. O documento regulamenta questões de fiscalização, administração e inspeção do ensino, que deverá ser feito pelo Inspetor Geral, membros do conselho diretor, delegados e membros dos conselhos paroquiais. O capítulo traz informações sobre o ensino particular (MINAS GERAIS, 1879).

<sup>39</sup> Regulamento n. 100, aprovado em 19 de junho de 1883 (MINAS GERAIS, 1883).

comparativo que nos ajuda a compreender que há muitas permanências com relação às matérias dos dois Regulamentos. Segundo os autores,

Algumas disciplinas mudam de lugar na ordem numérica ou são escritas de forma diferente, mas de forma geral não sofre alterações, visando melhorar a estrutura curricular das escolas primárias. Outros artigos, que legislam sobre a instrução primária seguem essa mesma linha, não alterando de forma substancial o ensino elementar (ANDRADE e CARVALHO, 2012, p. 287).

Essa distribuição pode ser vista no Quadro seguinte:

FIGURA 2 - Comparativo entre os Regulamentos n. 84, de 1879 e n. 100, de 1883 no que se refere às matérias ofertadas

REGULAMENTO N.º 84 DE 1879	REGULAMENTO N.º 100 DE 1883
Art. 27 As escolas primárias serão divididas em dous grãos, sendo consideradas de 1º grão as que tiverem, suas sedes em freguesias e districtos, e de 2º as de villas e cidades. Nas primeiras o ensino compreenderá: 1º Instrucção Moral e religiosa	Art. 44 As escolas primárias serão divididas em dous grãos sendo consideradas de 1º grão as que tiverem suas sedes em freguesia e districtos, e de 2º as de villas e cidades. Nas primeiras o ensino compreenderá: I. Instrucção Moral e religiosa
2º Leitura e escripta 3º Noções essenciaes de grammatica 4º Princípios elementares de arithmetica e systema comparado de pesos e medidas Nas segundas, além daquellas matérias, compreenderá: 5º Toda a arithmetica com suas applicações praticas 6º Elementos de geografia, historia do Brasil, principalmente de Minas 7º Leitura explicada do evangelho e historia sagrada 8º Noções praticas de geometria e desenho linear Nas escolas do sexo feminino o ensino comprehendera também os trabalhos de agulha e economia doméstica.	II. Gramatica portuguesa III. Arithmetica elementar IV. Leitura e escripta Nas segundas, além destas, o ensino comprehenderá: V. Toda a arithmetica com suas applicações praticas VI. Noções de geografia geral, e historia do Brasil VII. Noções praticas de geometria e desenho linear VIII. Historia sagrada Nas do sexo feminino o ensino comprehenderá também os trabalhos de agulha e economia doméstica

Fonte: Andrade e Carvalho, 2012

Nas aulas para o sexo feminino, observa-se que eram acrescentadas as matérias de Trabalhos de Agulha e Economia doméstica. Pode-se observar que nas escolas estavam presentes práticas consoantes às representações veiculadas na sociedade imperial, de que as meninas não deveriam aprender mais do que lhes era cabido, mas apenas o que lhes tornariam excelentes mães e donas de casa, como se expressa nas matérias que a elas são ofertadas como diferencial junto com o ideal de uma mulher moralmente correta, baseado nos preceitos da fé católica.

A respeito das aulas para ambos os sexos em relação ao magistério feminino<sup>40</sup>, vale recuar um pouco no tempo para acompanharmos algumas das mudanças que foram se processando. A Lei

<sup>40</sup> Sobre feminização do magistério, ler: Chamom (1996), Durães (2002), Louro (1996) e Muniz (2003).

mineira n. 1400, de 9 de dezembro de 1867, permitia que as professoras ministrassem aulas nas escolas masculinas e que as meninas, que se encontrassem em região desprovida de professoras, pudessem frequentar cadeiras ministradas por homens, desde que eles fossem casados, separassem fisicamente ambos os sexos em sala de aula e suas esposas ensinassem às meninas, os trabalhos manuais. A partir de 1872<sup>41</sup>, as turmas não precisavam estar totalmente separadas e passa-se, então, a aceitar meninos e meninas, com até nove anos, em turmas mistas (VEIGA, 2008, p.12).

Em 1879, de acordo com o Regulamento de n. 84, as idades para turmas mistas se modificam e os meninos poderiam frequentar as turmas de meninas no limite de dez anos e, a partir de 1883, pelo último Regulamento provincial, as turmas mistas poderiam receber alunos e alunas com até doze anos de idade, ou seja, a idade, como estabelecido no Regulamento vigente.

No geral, observa-se que as turmas mistas deveriam existir somente até os alunos entrarem na idade máxima em coeducação, pois quando crianças, ambos os sexos seriam praticamente iguais. Ocorre aqui, uma preocupação com a puberdade masculina, pois a convivência afetaria a preservação moral das meninas. Por isso, era preciso que não se ultrapassasse o limite estabelecido pela idade, na qual os corpos ainda teriam aparência infantil.

Ainda acordo com o Regulamento de n. 84, as cidades que tivessem escolas públicas femininas e o número de alunos do sexo masculino fosse inferior a sessenta, não seriam criadas escolas para meninos, eles estudariam nas escolas femininas, seguindo a mesma regra etária. As matrículas das escolas primárias permaneciam abertas o ano todo, conforme ambos os Regulamentos, o que nos leva a crer que, poucas crianças frequentavam as escolas, ou que o Estado queria incentivar os estudos primários.

Ambos os Regulamentos mantêm a obrigatoriedade escolar, embora observe-se também a distinção entre os sexos, pautada, provavelmente, na fragilidade feminina, pois em 1879, essa obrigatoriedade recai sobre meninos que moram a dois quilômetros de distância da escola e um quilômetro para as meninas. Não se fala em obrigação de frequência, mas os pais, tutores, educadores, avós e protetores devem apresentá-los na escola pública, salvo os alunos e alunas com impedimento físico e moral, indigentes e os que recebem ensino em casa. A distância da escola permanece a mesma, no raio máximo de um quilômetro para as meninas e dois

---

<sup>41</sup> Pelo Regulamento n. 62, de 11 de abril de 1872 (VEIGA, 2008).



quilômetros para os meninos. Caso contrário, os pais e responsáveis seriam advertidos e até punidos por multa:

Baldados os meios suasórios, o delegado parochial o intimara finalmente para apresentar o menor na escola publica, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de 10\$000 a 30\$000, que será repetida tantas vezes, quantas forem as reincidências, as quaes se verificarão de dous em dous mezes a contar do último dia daquelle prazo (MINAS GERAIS, 1879, p. 17).

Quanto às condições e exigências para as mulheres exercerem o magistério, já em 1861<sup>42</sup>, os dispositivos reguladores determinavam que para as mulheres serem professoras, seriam necessárias as seguintes características: ser maior de 21 anos, bom comportamento civil e moral, ser católica, ter o conhecimento necessário à disciplina e estar livre de delitos. Se fossem casadas ou viúvas, deveriam apresentar os documentos correspondentes e se separadas, seria analisado o motivo. A idade para ingresso no magistério é alterada no último Regulamento, de 1883, passando para vinte anos para a mulher e dezoito para os homens. A idade mínima para se lecionar aumenta, mas as exigências relativas à moralidade ainda são mais importantes que a capacidade profissional, que deveria ser comprovada em documento pelo vigário da freguesia, juiz de paz e subdelegados. Um dado interessante é que às casadas, viúvas e separadas, exigisse os mesmos documentos do Regulamento n. 84, mas às solteiras, só poderiam exercer o magistério público se provassem, além da sua moralidade, a moralidade de seus pais ou parentes com os que vivessem.

No Regulamento de 1879 (MINAS GERAIS, 1879, p. 16), para as professoras, ainda é solicitada, se casada, a certidão de casamento, se viúva, a certidão de óbito, se separada, a certidão de teor da sentença que julgou a separação para ser avaliado o motivo. Ainda, nos exames para professora, deveriam demonstrar as habilidades com agulha. Observa-se aqui que a mulher tem que ter sua moral preservada – “ser de costumes puros”<sup>43</sup> – para ser uma normalista, o que nos leva a crer que ela era o tempo todo questionada sobre sua vida pessoal e religiosa. Isso nos mostra a preocupação com uma mulher com a moral mais próxima de Maria, afinal ela usaria seu ‘instinto maternal’ para cuidar dos filhos de outras mulheres.

Ao tratamos dos Regulamentos n. 84, de 1879, e o Regulamento n. 100, de 1883, os dois da última década do século XIX, que tratavam acerca da instrução pública primária em Minas

<sup>42</sup> Refiro-me ao Regulamento n. 49, de 1861 (MINAS GERAIS, 1861) (da Lei n. 1.064, de janeiro de 1860 (MINAS GERAIS, 1860)).

<sup>43</sup> Regulamento n. 84, de 1879 (MINAS GERAIS, 1879, p. 27)

Gerais, percebemos como era definida a instrução para as meninas que deveriam frequentar as escolas. Vimos que sua moral deveria ser vigiada, tendo ela que aprender, diferentemente dos meninos, a costurar e fazer trabalhos diversos de agulhas, além de economia doméstica, nos levando a crer que a escola desenvolveria práticas culturais consoante às representações presentes na sociedade, reforçando os papéis domésticos, como se a escola fosse uma extensão da sua casa, preparando as meninas para o casamento, reforçando, assim, o pensamento de separação intelectual e social entre os dois sexos.

Após a análise dos principais ordenamentos legais que orientavam a organização da instrução pública, nos interessa conhecer o modo como a autoridade máxima da província se referia ao tema discutido nesta pesquisa, por meio dos Relatórios presidenciais.

### **3.7 Os discursos dos Presidentes de Província acerca da instrução pública primária feminina**

Para a análise da abordagem sobre a escolarização feminina nos documentos que tratam da administração provincial, nos valem dos Relatórios de Presidente de Província dos anos 1880 a 1889<sup>44</sup>. Apesar de toda uma retórica, ou seja, toda uma formalidade e escolha das palavras, a fala dos Presidentes era livre e eles sempre utilizavam discursos que exaltassem seus feitos ou, às vezes a figura do seu sucessor no cargo.

A exemplo, a fala do Presidente D’Aquino e Castro tem uma clara exaltação de seus feitos enquanto Presidente da Província. Percebe-se que ele fez um discurso bem retórico, com palavras bem escolhidas, onde diz o que podia para o desenvolvimento e progresso da – exaltando como adiantada e bela, mas provida de poucos recursos – província mineira enquanto fora presidente.

Animado pelo desejo de corresponder à confiança com que fui distinguido pelo governo imperial, e tendo por dever cooperar no limite das minhas forças para o desenvolvimento e progresso desta belíssima e adiantada província, tão notável pela sua grandeza e belezas naturaes, quanto pelos elevados e patrioticos sentimentos que ennobrecem seus distinctos filhos, não poupei esforços para que fossem devidamente atendidos os legítimos e vitaes interesses da província durante os 8 mezes incompletos de minha administração. Se mais não fiz, foi porque não o permitirão os recursos de que dispunha, as circumstancias do momento, a estreiteza do tempo e as conhecidas dificuldades de situação (MINAS GERAIS, 1885, p. 5).

---

<sup>44</sup> Foram analisados dez Relatórios: 1880(1), 1881(3), 1882(1), 1885(1), 1886(1), 1887(2), 1888(1); e 8 Falas à Assembleia Provincial: 1880(1), 1882(1), 1883(1), 1884(1), 1885(1), 1886(1), 1887(1), 1888(1).

Concordando com Faria Filho (2001, p. 83), as palavras eram aparentemente bem escolhidas para influenciar e persuadir o leitor, que geralmente eram os deputados. Mas não só isso. Em muitos discursos, mesmo não se tratando de um panfleto ou jornal com ideias republicanas e mesmo que não se atente contra o governo monárquico, os relatórios contêm de palavras ligadas à ideia republicana, como ‘progresso’, ‘ciência’, ‘ilustração’, e a ideia de futuro. Os republicanos caracterizavam a monarquia como algo atrasado e velho. Segundo Mello, em seu artigo “A modernidade republicana” (2008), principalmente a partir de 1870, o progresso só seria alcançado se houvesse investimento na civilização do povo, assim,

Nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado.

Para essa renovação da linguagem foi de especial valia a ação da propaganda – em lato senso – que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, montando com os dois termos um par antônimo assimétrico, recurso de grande força persuasiva [...] (MELLO, 2008, p. 16).

E essas ideias de tornar o Brasil uma nação moderna, forte, civilizada está intrinsecamente ligada à instrução pública, pois essa seria a responsável pela retirada do país de um nível de atraso. Assim, com uma leitura voltada para a relação progresso X atraso, foi possível observar que os políticos não mediam esforços para exaltar a importância da instrução pública nesse processo, como nos mostra o item “Instrução Publica” apresentado no Relatório de 1885:

Este importante ramo do serviço publico, objecto constante das lucubrações e estudo de todos quanto vivamente se interessão pelo **desenvolvimento** moral e intelectual do nosso paiz, não corresponde ainda, e especialmente no que se respeita à instrucção primaria, às vantajosas condições em que se acha a província, em mais de um ponto, nem guarda as tradições gloriosas que enobrecem a pátria de tantos homens notáveis pela sua *ilustração* e saber.

Não ha quem desconheça a **directa influencia que exerce a instrucção publica sobre os destinos da nação.**

Temos dado ao povo, diz um notável escriptor de França, a emancipação, a **liberdade**, a gloria; pois bem, tudo isso se resume n’uma so palavra: - a instrucção -. Soberano pelo direito, escravo pela ignorancia, **o unico instrumento da salvação de um povo é a ideia**, é o livro; Queres que os costumes estejam de accordo com as leis, que a **civilisação progrida** e o direito seja uma realidade? Eis todo o segredo: - Povo, instrue-te! (MINAS GERAIS, 1885, p. 17, grifos nossos).

A’ instrução popular está preso indissolovelmente o *futuro* politico e economico do paiz.

E’ condição fundamental da **liberdade**, uma garantia social (MINAS GERAIS, 1884, p. 9, grifos nossos).

Aqui podemos observar a genuína escolha das palavras, chamando a atenção do povo para a importância da instrução pública quando ele cita que não há direitos ou liberdade, palavras sociais importantes, para quem não optar por se instruir ou ter consciência de que a educação é

um dos pilares na construção de uma sociedade avançada e desenvolvida. Não havia outro caminho, nesse sentido, a não ser instruí-se.

Assim como no Relatório de 1885, o tema da instrução pública como aporte fundamental na construção de uma Nação forte, aparece na maioria dos Relatórios de Presidente de Província, o que o torna um assunto de grande relevância e isso pode ser confirmado pelo aumento constante de criação de cadeiras e pelo aumento no número de matrículas (ANEXO A, p. 97). Mesmo que alguns desses dados não sejam de total confiança, como Faria Filho (2001, p. 88) chama a atenção, tais informações são uma “certa” imagem da realidade, mesmo que inexatos, os números de matriculados e frequentes são continuamente crescentes, o que deve ser levado em conta. No trecho abaixo os próprios presidentes chamavam a atenção para a dificuldade de obtenção de dados:

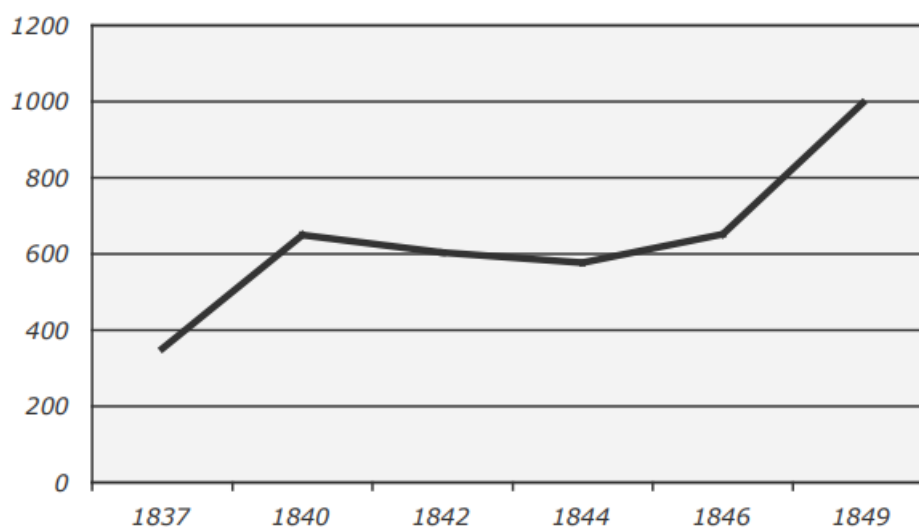
Não creio, como a alguns se affigura, que nesta materia a provincia tenha retrogradado, baixando o nivel da instrucção do grau a que attingira nos tempos da nossa independencia. Na falta de dados estatisticos, vasto campo se abre à imaginação para taes apreciações (MINAS GERAIS [LUIZ EUGENIO HORTA BARBOSA, 1888], p.9)

Como pode-se perceber, os Relatórios são documentos muito importantes para se entender a estruturação político-social da Província de Minas Gerais. Para além da sua importância como documento oficial, ele aponta para uma exaltação da instrução pública como um direito do cidadão e a única forma de se alcançar o progresso. Com palavras bem escolhidas, os relatórios apresentam os motivos pelos quais a instrução ainda está com certo atraso por causa da extensão do território e a não efetivação da obrigação escolar, e sugerem mais recursos financeiros para que a instrução seja efetivada de maneira a atingir a todos.

### **3.8 A presença feminina nas escolas mineiras**

Fonseca (2007), ao comentar sobre o crescimento da presença das mulheres nas escolas do século XIX, destaca que, desde o início da organização do ensino pela província, a curva do gráfico é ascendente, enquanto a dos homens é contínua. Como se pode ver na figura abaixo, em 1837 haveriam, segundo os Relatórios de Presidente de Província, 352 alunas matrículas e em 1849, o número sobe para 996, num momento em que o ensino para elas não era obrigatório. Mesmo que haja desconfiança dos números.

FIGURA 3 – Número de alunas matriculadas nas escolas da província de Minas Gerais (1837-1849)



Fonte: Fonseca, 2007, p. 144.

Segundo o autor, assim como Faria Filho (2001) também é importante considerar que os dados não podem ser considerados como indiscutíveis:

Há que se considerar a imprecisão dos dados em relação a uma outra dimensão e que está relacionada ao interesse dos professores públicos em conservar suas cadeiras. O número mínimo de alunos para garantir a existência de uma aula pública era de vinte e quatro e isto quer dizer que havia sempre a possibilidade de os professores apresentarem dados que não correspondiam à realidade de suas escolas (FONSECA, 2007, p. 146).

De qualquer modo, esses dados nos revelam a entrada massiva das mulheres nas escolas mineiras, mostrando certa importância que as famílias estariam dando à educação feminina. Isso pode ser constatado pela crescente criação de cadeiras para o sexo feminino no decorrer dos anos.

TABELA 1 – Estatística sobre de cadeiras femininas na última década do século XIX

Ano do Relatório	N. de cadeiras femininas
1883	564
1884	567
1885	592
1886	591
1887	616
1888	639
1889	638

Fonte: elaborada pela autora, 2020, a partir de dados dos relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais.

Além disso, por meio do Anexo 1, é possível acompanhar a frequência às aulas e constatar, nesse sentido, que em 1878 a porcentagem de frequência de alunos com relação às matrículas é mais alta entre as mulheres. Nesse ano, dos 17.912 homens matriculados, 9.440, ou seja, 52,70% frequentavam as aulas, enquanto das 7.170 mulheres matriculadas, 4.155 eram frequentes, uma porcentagem de 57,95%. Em 1880, a porcentagem de mulheres frequentando as aulas é de 57,66% e de homens de 50,30%.

De acordo com os dados do quadro<sup>45</sup> - e do Anexo 1 - , pode-se observar que ano após ano, há um aumento na quantidade de cadeiras para ambos os sexos, mesmo com as reclamações com relação à frequência dos alunos. Em 1884, apesar de haver um aumento de três cadeiras em relação a 1883, a porcentagem das mulheres frequentes é menor, sendo 18,10%, enquanto os homens são de 53,56%. Sem um motivo aparente, Faria Filho (2001, p. 93) diz que

Não encontramos razões que justificassem a grande queda da frequência no ano de 1884, determinada, sobretudo, pela diminuição acentuada, ao que tudo indica, da frequência das meninas naquele ano. Talvez seja mais verdadeira uma taxa de frequência em torno de 50 e 60%, conforme aquela apresentada no período de 1862 a 1885.

Em 1885, 58,60% das mulheres frequentavam as aulas enquanto 55,05% dos homens são frequentes. Mas o dado mais relevante que pudemos constatar é o expressivo aumento da quantidade de matrículas das mulheres, especialmente durante a segunda metade do século XIX, de 7.170 alunas em 1878, para 15.168 em 1889. Ou seja, 111,55%, enquanto os homens, na mesma época, as matrículas aumentaram 58,65%, pouco mais metade da matrícula das alunas e isso é um dado que não se pode deixar de notar. Sobre esse aumento de matrículas, Faria Filho (2001, p. 92) nos diz que:

Entretanto, parece-nos que este fato revela, também, ao longo do período, um crescimento da importância da educação escolar na província e, mais ainda, uma crescente tomada de consciência para com a educação das meninas, com a conseqüente criação de (algumas) condições para que a mesma se efetivasse.

Essa observação é importante se levarmos em conta o aspecto da obrigação escolar para as meninas, ou mesmo para os meninos, como as autoridades já chamavam a atenção há algum tempo, como é possível ver no Relatório de 1881:

A obrigação de mandar os filhos à escola não tem sido cumprida pelos pais, apesar de estabelecida nos Regulamentos desde o ano de 1834, e as penas impostas tornarão-se inapplicaveis, em vista da falta do alistamento dos meninos na idade escolar.

[...] O regulamento n. 84 incumbio aos conselhos parochiaes, compostos dos delegados e mais concidadãos, de pôr em execução o ensino obrigatorio. Nenhum

---

<sup>45</sup> Não se incluem aqui as cadeiras mistas, que têm mulheres matriculadas, mas não podemos identificar quantas.

delles, porem, até hoje foi organizado, por terem sido recusadas as nomeações feitas para esses cargos (MINAS GERAIS, 1881, p. 37).

Assim, vale ressaltar que à instrução das meninas, haveria algumas características que poderiam afugentá-las da escola, como não serem, por lei, obrigadas a frequentar as aulas, como era obrigatório para os meninos. Elas deveriam ter obrigação com algumas matérias, mas estas poderiam ser ensinadas em casa. Outra característica é que na maioria das vezes, as meninas participavam ativamente dos trabalhos domésticos desde pequenas, o que poderia ser um obstáculo à Instrução. De qualquer forma, não seriam criadas novas cadeiras se não houvesse uma demanda de alunas na província.

### **3.9 As condições do ensino público mineiro**

Vimos, até o momento que a presença das meninas nas escolas era uma realidade, embora os dados estatísticos não possam ser tomados como transposição real do que ocorria nas escolas mineiras. Mas, outras indagações nos ajudam, também a buscar conhecer um pouco mais das condições dessas escolas e do ensino que a elas era ofertado pela província. Assim, indagamos aos Relatórios acerca dos problemas enfrentados nas escolas.

Um dos principais problemas, diz respeito à qualidade da instrução pública. De acordo com os discursos dos Presidentes de Província, os problemas estariam ligados a vários motivos, entre os quais: ao vasto território, ao professorado de má qualidade, à falta de frequência e à falta de verbas. Esses apontamentos estão presentes em quase todos os relatórios, como se pode observar:

Por estes dados vê-se que ainda é um problema a resolver-se o desenvolvimento do ensino. Não é que tenha faltado o trabalho e a atenção d'aquelles a quem incumbe melhora-lo e dirigi-lo. [...] É tempo de estabelecer um meio mais efficaz para desenvolver-se o ensino (MINAS GERAIS [CÔNEGO JOAQUIM JOSÉ DE SANT'ANNA], 1880, p. 10)

O estado actualmente do ensino publico não corresponda ainda á solicitude e ao sacrificio que se faz em favor do seu desenvolvimento. Ainda que as ideas aceitas e postas em pratica nos paizes mais adiantados tenham sido adoptadas na provincia, muito ha ainda a fazer-se, e neste ramo de serviço nunca é por demais a atenção desvelada e o estudo dos melhoramentos confirmados pela experiencia (MINAS GERAIS [JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELLOS], 1881, p.37).

Em todos os paizes o ensino é hoje o alvo principal da atenção dos poderes publicos. De effeito prompto e duradouro, a propagação dos conhecimentos humanos transforma a sociedade, abrindo-lhe de par em par as portas do engrandecimento moral e intellectual. A esse respeito, como à muitos outros, a provincia de Minas nunca foi retardataria, nem pertenceu á ultima fila. (MINAS GERAIS [THEOPHILO OTTONI], 1882, p. 25)

Este importante ramo do serviço publico, objecto constante das lucubrações e estudos de todos quantos vivamente se interessão pelo desenvolvimento moral e intellectual do nosso paiz, não corresponde ainda, e especialmente no que respeita a instrucção primaria, ás vantajosas condições em que se acha a provincia, em mais de um ponto, nem guarda as tradições gloriosas que ennobrece a patria de tantos homens notaveis pela sua illustração e saber (MINAS GERAIS [D'AQUINO E CASTRO], 1885, P. 17).

O discurso dos esforços do governo provincial sempre se mostra muito presente, no último trecho, o inefetivo desenvolvimento intelectual tradições gloriosas da pátria. Ou seja, a construção do progresso estaria ameaçada pela falta de uma educação de qualidade. Não instruir o povo era assinar o fracasso da Nação. Portanto, dada a importância dessa instituição, esse discurso geralmente era acompanhado ou pela sugestão de criação de um novo imposto para se promover a organização do ensino ou o fechamento de cadeiras nas cidades com menos frequência dos alunos, justificando a necessidade de mais financiamento. Assim, vê-se que, mesmo com a fala de importância da instrução, ela é dispendiosa, um lugar de muitas tensões e de difícil governança:

Lembra a inspeccoria geral a conveniencia de um **imposto** especial para a instrucção, com cujo produto se possa organizar sob novas bases O ensino publico. Occorre-lhe tambem, como melhor expediente, a **reducção** das cadeiras existentes, de modo que com o orçamento augmenta para ellas possa estabelecer-se um serviço restricto, mas efficaz (MINAS GERAIS [CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO], 1887, p. 15).

A falta de edificios apropriados para escolas é, como bem pondera o inspector geral, um outro obstaculo para o progresso do ensino publico, e mesmo o credito destinado a alugueis de casa para cilas funcionarein fui supprimido pela vigente lei de orçamento: pelo que fui obrigado a mandar suspender todas as despezas nesse sentido. Julgo de necessidade que se retabeleça esse credito na futura lei de orçamento (MINAS GERAIS [CÔNEGO JOAQUIM JOSÉ DE SANT'ANNA 1880], p. 11).

Outro problema recorrente estava relacionado à problemática obrigação escolar, como já dito, Minas Gerais, a começar por Mariana, em 1828, foi a primeira província a implementar uma lei, para que, de forma repressiva sob pena de multa e prisão, se mantivesse os alunos frequentando as escolas. A Lei de 13 de outubro de 1835, a primeira da província voltada para a instrução, diz que a obrigação recai sobre o os meninos em idade escolar de 8 a 14 anos de idade<sup>46</sup>. Em seu artigo 12 que

Os pais de famílias são obrigados a dar seus filhos a instrucção primaria de 1º grão ou nas Escolas Publicas, ou particulares, ou em suas próprias cazas, e não os poderão tirar delas, em quanto não souberem as materias próprias do mesmo grão.

A infração deste artigo sera punida com multa de dez a vinte mil reis, uma vez que nos infractores se tenham feito três intimações no espaço de seis mezes, e não tenham eles apresentado rasões, que justifiquem o seu procedimento, ou as apresentadas

<sup>46</sup> Essas idades para a obrigação escolar vão se modificando ao longo do século. Segundo Veiga (2008), a Lei n. 13, de 1835, a idade era de 8 a 14 anos; a Lei n. 2476, de 1878, idade de 7 a 12.



tenham sido julgadas inatendíveis pelo Governo vista de informações dos Delegados. Na reincidência a multa será (ilegível). Considera-se reincidência a continuação da falta de dois meses depois da condenação. (MINAS GERAIS, 1835)<sup>47</sup>.

Se faz importante destacar, que obrigação da instrução, pode se dar no âmbito doméstico, mas esse era espaço das famílias mais abastadas, que além de condições para contratar um professorado particular, não queriam que seus filhos se misturassem à população mais pobre. Do outro lado, os pais de camadas mais populares, pouco instruídos, com afazeres domésticos diários e pouco ou nenhum dinheiro para pagar um professor particular, teriam que enviar seus filhos para a escola. Segundo Fonseca (2007, p. 282),

[...] foram muitas as tensões para a implantação da obrigatoriedade escolar. Os conflitos podem ser pensados num imaginário de sociedade constituída de população rude a ser educada.

Para o cumprimento da lei da obrigatoriedade da frequência escolar, foram instituídos vários dispositivos com significativa repercussão na população. Isso porque diferentes motivos contribuíram para a situação geral de infrequência dos alunos e evasão da escola e, mesmo com a previsão em lei de punições, o problema esteve longe de se resolver.

A obrigação escolar seria, para os deputados, e de acordo com os dois Regulamentos vigentes do período a melhor forma de manter as cadeiras em funcionamento. Por outro lado, as tensões e a infrequência da população em idade escolar, poderiam ser vistas como formas de resistência ao que não é de sua natureza, ou seja, a escola e a sua obrigatoriedade nesse momento é como “arrancar” os indivíduos da sua condição natural fazendo com que eles incorporem aquilo que é socialmente aceito como um conjunto das regras.

Devido às dificuldades de implementação, à falta de material, prédios adequados, mobiliário precário e professores inabilitados, a falta de fiscalização (e coerção), a obrigação escolar é um discurso teórico e mesmo os deputados tinham a noção disso, como pode-se verificar nos trechos abaixo.

Muitas leis, e ultimamente o **regulamento n. 84**, consagrão disposições adiantadas; mas a exiguidade da quota e a inexecução da obrigatoriedade são obstaculos serios. Nenhum resultado tem produzido a obrigatoriedade, que, confiada a commissões parochiaes, continuará a ser simplesmente uma propaganda salutar, mas não a realidade que almejamos (MINAS GERIAS [CÔNEGO JOAQUIM JOSÉ DE SANT'ANNA], 1880, p. 11)

Uma das causas que contribuem para este resultado é, sem duvida, a inxequibilidade do ensino primario obrigatorio, admittido em quasi todos os paizes. A obrigação de mandar os filhos à escola não tem sido cumprida pelos pais, apesar de estabelecida nos Regulamentos desde o anno de 1834, e as penas impostas tornarão-se inapplicaveis, em vista da falta do alistamento dos meninos na idade escolar (MINAS GERAIS [JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELLOS], 1881, p. 37)

<sup>47</sup> Ver lei completa em: Arquivo Público Mineiro. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis\\_mineiras\\_docs/photo.php?lid=1253](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=1253). Acesso em: 15 jul. 2020.

Nesse plano de disposições, nessa toada do progresso, o regulamento n. 84, que presente. incute vigora, não è nem podia ser uma excepção aos principios adiantados. Elle não é perfeito, nem completo. Não é a ultima palavra da pedagogia moderna, mas incontestavelmente honra quem o elaborou, e coinsubstancia algumas das idéas mais ousadas do systema de ensino, que està transformando o mundo. Abri-o, e encontrareis em suas paginas, alem do ensino obrigatorio [...] O ensino obrigatorio é o alicerce da. civilização, a pedra fundamental do verdadeiro progresso (MINAS GERAIS [THEOPHILO OTTONI], 1882, p. 26).

Mas fragil e incompleta falhará aos fins de sua criação senão assentar-se sobre as bases largas do ensino obrigatorio, o qual, por emquanto, não passa de um programma deslumbrante, de seductora theoria decretada em o Regulamento n. 100. [...] *obrigação escolar não passa, entre nós, de mera aspiração*[...] (MINAS GERAIS [ANTÔNIO GONÇALVES CHAVES], 1884, p. 15).

A obrigação tinha a intenção de “retirar o povo da ignorância”, mas também era uma forma de manter um conjunto de um dos pilares do Império. A condição de instrução da menina das classes mais pobres era a mesma. Elas só vão ser obrigadas a frequentar as matérias de “instrução moral e religiosa, leitura e escripta, operações praticas de arithmetica e systema legal de pesos e medidas” (MINAS GERAIS, 1879) a partir do Regulamento n. 84, de 1879, e só teriam condições de fazê-lo nas escolas públicas. Mesmo assim, as cadeiras para elas são crescentes a cada ano, desde o início do século XIX. Mesmo que esse número, na prática seja crescente, é preciso lembrar que a ocupação do cargo de professor como a manutenção das escolas dependia diretamente da quantidade de alunos frequentes.

Sendo assim, não é possível saber se esse número de cadeiras era de fato preenchido com alunas frequentes, visto os diversos obstáculos que o sexo feminino enfrentava para se manter na escola, como já citado anteriormente, como os afazeres domésticos, a distância da escola, a falta de obrigatoriedade. Por outro lado, há, na sociedade, uma defesa social – que poderemos ver nas análises dos periódicos, no item seguinte – da necessidade da instrução da mulher.

## **4 REPRESENTAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DA MULHER NOS JORNAIS MINEIROS**

Nos capítulos anteriores, abordamos sobre as ideias que circulavam na sociedade imperial e que forjavam representações acerca das mulheres e dos homens, além disso evidenciamos a presença feminina nas escolas de instrução pública e discutimos sobre o modo como essas escolas se organizavam para recebê-las. Neste capítulo, buscamos por meio da análise dos jornais mineiros, observar quais as representações sobre a população feminina e sua relação com a instrução e educação na Província. Para essa análise, categorizamos os assuntos mais evidentes nos jornais, elegendo os três mais relevantes e presentes nos textos. Assim, organizamos este capítulo em quatro seções. Na primeira, problematizamos a imprensa mineira. A segunda discute sobre as mudanças que a instrução pública poderia promover na vida da mulher. Em seguida, discutimos a respeito da representação da mulher como a mãe e sua responsabilidade na criação dos futuros cidadãos da pátria e, por último, destacamos a categoria de comportamento da mulher.

### **4.1 A imprensa mineira**

Numa sociedade patriarcal, como a mineira do século XIX, a relação entre a mulher e o homem pode se expressar também nos textos dos jornais que abordam, de alguma forma, sobre a educação. Chartier e Cavallo (1998), advertem que a compreensão e o uso do que está escrito, depende também da prática da leitura, do tipo de impresso e o tempo e a comunidade em que ela circula. É preciso saber que um mesmo trecho ou texto lido em outro tempo e hoje são lidos de forma diferente, é preciso estar atento à isso, como a temporalidade dos jornais do século XIX, por quem foram escritos e quem, não só os lia, mas que sujeitos alcançava. A partir deles, podemos adentrar nas relações sociais e tensões que se constituem, pois não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias ou em confronto, pelas quais os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo que é deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).

O que se percebe é que eles<sup>48</sup> acabam as regras para o sexo feminino de comportamento, de usos e costumes, indicando o que elas devem ler, o que devem vestir, o que não é adequado às moças ou que o matrimônio é o caminho de uma mulher respeitável, ou seja, produzem modos

---

<sup>48</sup> Digo eles porque são homens a maioria dos autores dos artigos analisados, e não só por isso, pois nos artigos com autoras femininas, também há indícios desse patriarcalismo.

de ser, de se comportar e de existir. Para Chartier, “é preciso também detectar os gestos que eles recomendam ou estigmatizam” (CHARTIER, 2003, p. 172).

O jornal é, desse modo, um bom exemplo da via de mão dupla que se constitui o campo das práticas e das representações, como vimos anteriormente. Ele é a materialização da prática social vigente, mas também pode gerar novas práticas. Oscar e Oliveira (2011), chamam a atenção para o fato de o jornal ser “Índice medidor de novas sensibilidades”:

Os jornais carregam em suas páginas indícios de práticas e pensamentos considerados relevantes por um grupo social, em determinado tempo e contexto. Não são quaisquer práticas que ocupam suas páginas, mas práticas selecionadas para serem registradas e compartilhadas (OSCAR E OLIVEIRA, 2011, p.2).

Ao mesmo tempo em que boa parte da população era analfabeta e sem acesso (ou não) à leitura, os jornais também tinham um efeito educador, com textos exaltando os esclarecidos e ao mesmo tempo, trazendo ideais de liberdade e civilidade, ou ditando o que deveria ser lido e ou que deveria ser considerado uma má leitura. Isso quer dizer que até mesmo os hábitos e as formas de leitura são capazes de interferir nas mesmas, pois “a leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros” (CHARTIER ; CAVALLO, 1998, p. 8).

Partindo dessas premissas, os jornais de Minas Gerais foram umas das fontes mais importantes para o entendimento do funcionamento da sociedade, das representações sobre o feminino e de sua relação com a educação.

Numa Província tão complexa – como já apontado anteriormente – onde novas ideias de progresso circulam, ao mesmo tempo em que a religiosidade era algo muito arraigado e o patriarcalismo muito marcante, pode-se observar o uso recorrente de adjetivos que colocavam a mulher em uma condição de inferioridade e que precisava de um homem forte que, por meio do matrimônio, seria o responsável por defendê-la. Mas também é possível ver um discurso de que as mulheres eram sensivelmente fortes para a criação de seus filhos, considerados o futuro da pátria. Essa dicotomia presente nos jornais era resultado desse século em transformação que, também se fazia acompanhar da presença feminina à frente da imprensa periódica.

De acordo com o que Jinzenzi (2012) nos diz, na primeira metade do século XIX, no Brasil, a escrita feminina se restringia a escrita de correspondência familiar, privada, e que os periódicos, a partir de 1850, são as primeiras produções, de âmbito público, dirigidas e redigidas por

mulheres. Um deles, *O Sexo Feminino* (1873-1874), circulou na cidade de Campanha, na província de Minas Gerais, e teve quarenta e quatro edições. O Jornal não terminou, só foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro devido à mudança de D. Francisca Senhorinha, a fundadora do jornal, se muda para lá com suas filhas. Segundo Nascimento e Oliveira (2007, p. 431) o jornal chegou a atingir uma tiragem de quatro mil exemplares, numa cidade em que apenas 7% das mulheres sabia ler (cerca de 1.458). Muitas vezes, o *Sexo Feminino* denunciou e criticou o estado de submissão e repressão que vivia a mulher da primeira metade do XIX e foram precisos muitos esforços para tirá-las do lugar de “traste da casa”, para um lugar de importância no ambiente doméstico.

A autora chama a atenção para um aumento das publicações femininas após anos 1870, tendo que se levar em conta que poucas tinham acesso à escola e até 1889, o montante não passava de 35% das meninas (MUNIZ, 2002 *apud* JINZENJI, 2002), no entanto, a imprensa conseguia chegar a um número maior de mulheres do que as que frequentavam as escolas, visto que havia práticas de leitura em voz alta e as meninas de classe mais elevada, aprendiam a ler e escrever em casa, mas somos incapazes de precisar um número de leitoras.

De acordo com Carvalho (2019, p. 27), na província de Minas da segunda metade do século XIX,

a maneira de ler relaciona-se com o reaparecimento e a expansão da imprensa, com a criação de cadeiras que franquearam o acesso às primeiras letras à mocidade, mas também com a compreensão de que o ato de ler constitui um instrumento de aproximação dos leitores — portanto da sociedade — de um certo ideal de cidadão, civilizado, absorvido de modelos externos, capaz de servir de molde aos comportamentos que se desejava imprimir no tecido social.

Outra situação, a destacar é que nos anos de 1880, diversos eram os jornais mineiros, com diferentes funções, desde periódicos que relatavam os acontecimentos gerais da região, como “O Patriota”, de Itapecerica, que se dizia “[...] recreativo e noticioso dedicado aos interesses dos habitantes d’este município”<sup>49</sup> ou o Liberal Mineiro, de Ouro Preto, que tratava das sessões parlamentares, como se vê noticiada a convocação para a Corte:

O novo ministério perante a câmara dos deputados – Sessão do sai o de 24 de janeiro de 1882” – o Sr. Martinho Campos – (presidente do Conselho e ministro da fazenda, profundo silencio): - Senhor presidente, na sexta-feira, 20 do corrente mez, recebi por intermédio do senhor Visconde de Paranaguá ordem de ir a São Christovão, a chamado do Imperador (O LIBERAL MINEIRO, 1882).

---

<sup>49</sup> O Patriota (1887, p. 1).

As representações acerca do feminino ou sobre as mulheres que circularam em Minas, também teriam o potencial de induzir as práticas culturais, influenciar nos modos de ser, de pensar e de agir daquelas mulheres, inclusive no meio escolar. É preciso, ainda, lembrar que já havia uma onda de uma redefinição do papel da mulher na modernidade, que pode ser visivelmente comprovado em jornais antes da última década dos oitocentos. E no que se refere à instrução da mulher, abordada nos artigos jornalísticos sobre o assunto, isso não seria diferente.

## 4.2 Educação e instrução como instrumento de mudanças

As discussões sobre a instrução feminina perpassam por várias dimensões, como a social, a religiosa, a imprensa, a escolar. Era um assunto escrito por clérigos, políticos, filósofos, jornalistas. O discurso progressista republicano está presente, mas também o rousseauiano de separação dos sexos biológicos e seus papéis sociais na imposição de uma figura materna importante na educação do futuro da pátria, os comportamentos da boa moça e a dicotomia católica de Maria/Eva.

A imprensa periódica, compreendida no seu potencial de induzir as práticas culturais, era, nesse sentido, um meio de comunicação eficaz que podia influenciar costumes, comportamentos e discussões políticas. Em suas páginas discutia-se de tudo e a instrução era assunto recorrente, como se pode ver no excerto seguinte, de um jornal que circulou por Minas à época, discutindo sobre o tipo de leitura recomendada às mulheres, contendo implicações no comportamento feminino:

**Pedagogia - A educação e a instrução** - Pois então evitemos aos educandos das leituras perigozas, ímpias, más; e lhe inculquemos as boas, pias e salutareas, segundo aquillo de Descartes: Disse eu no meu discurso à respeito do Methodo – que a leitura dos bons livros, é como a conversação com as pessoas mais doctas e honestas dos séculos passados, os quaes escreveram esses livros, e mesmo uma conversação meditada e illustrada, em que nos não descobrem elles, senão a flor de seus pensamentos e a fragrância dos seus sentimentos.

Pela razão dos contrários, poder-se-hia dizer que a leitura dos livros maus é quazi tão pernicioza como a frequentação das más sociedades (O BAEPENDYANO, 1880, p. 1).

Nesse trecho, podemos observar que o jornal traz uma intenção educativa, informando o que se deve ou não ler, o que é boa ou má leitura (influência) para as mulheres. Mas sob o ponto de vista de quem escreve o jornal, os livros ditos maus são comparados às más sociedades. Já os bons livros seriam como o melhor dos sentimentos dos seus autores, pessoas mais qualificadas

e honestas. Ou seja, o autor, apresenta o caráter vulnerável da mulher, que não poderia ler certos livros inapropriados para a sua pureza.

Desde o começo do século o debate acerca da educação feminina estava presente nas páginas dos jornais, mas é preciso entender que nem sempre era um verbete ligado à instrução escolar, podendo também estar ligado à educação moral da mulher ou às virtudes, ou seja a forma de educar. Essa transição pode ser vista em alguns textos jornalísticos da segunda metade do XIX, alguns dos quais analisamos nesse estudo, onde a mulher seria a responsável pela criação moral, social e cristã do homem e por isso deveria ser mais bem tratada. Ou que ela é a mais pura e amorosa face do próprio Cristo. “Discursos diversos tentavam conformar a mulher como importante agente civilizatório, tendo no seio familiar seu principal espaço de intervenção social, na condição de esposa e mãe” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p. 434).

Num século marcado por mudanças em todos os sentidos, mais ainda acentuadas na última década às vésperas da República, é possível encontrar nas páginas dos jornais elementos que apontam para a mudança que a instrução pública podia promover na vida da mulher. A esse respeito, no trecho seguinte, educar a mulher é tirá-la de uma situação de conforto, talvez uma metáfora relacionada à mulher mais reclusa do século XVIII, para a nova fase:

Educar a mulher é arrancar-a na infancia ao seu berço fofo e tépido de beijos, e levá-la por caminhos de uma majestade austera que ella nunca trilhou. É prepará-la para a grande moral que é a vida, com os cuidados com que Sparta, a guerreira cidade antiga, preparava os seus filhos para as lutas do corpo, para as victorias da destreza physica. É associá-la pela compreensão e pela sympatia a todos os trabalhos e investigações do homem moderno. É dar-lhe ao lado deste um lugar honroso e definido, não igual, pois que são diversas as attribuições de ambos mas equivalentes em direitos e deveres. (O PHAROL, 1885, p. 2).

A palavra Educação foi empregada no sentido de instrução escolar, pois era um lugar que ela nunca teria pisado, o espaço público, enquanto a casa e a família, seria o seu “berço fofo”. Por meio dos estudos, seria possível entender que ela, embora com atribuições bastante definidas, se equipararia ao homem, em termos de cidadania. É um discurso mais incomum do que os demais, pois não a coloca apenas como complemento do homem, mas no mesmo patamar de direitos e deveres. Esse excerto foi publicado na coluna Litteratura sob o título “Educação da mulher” e talvez tenha um tom diferente, de igualdade entre homem e mulher, porque ele é assinado por uma mulher, Maria Amália Vaz de Carvalho, escritora portuguesa, ativista feminina e escreveu para diversos jornais, muitas vezes com temáticas voltadas para elas, principalmente ética e educação. Além de escritora, foi a primeira mulher a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa (1912).

Mas, mais adiante, como uma mulher de seu tempo, o artigo traz a mesma linha de pensamento de que a mulher deveria ser educada para melhor cuidar de sua família, mas é possível enxergar traços de exaltação da educação para a mudança na vida da mulher e essa mulher do século XIX, não a mulher do futuro:

Educar a mulher é levá-la a compenetrar-se do seu papel providencial na *família*, e achá-la grande, útil, elevada, digna de saciar as mais levantadas ambições, e também – o que é de uma importância capital – de pezar como uma responsabilidade tremenda num animo mais altivo.

É dar-lhe uma idéia perfeita do dever e da justiça, um ideal que tendão incessantemente as aspirações de seu espírito, uma religião que a hipocrisia e os cálculos interesseiros não macolem nem a mesquinhem, que se resuma para ella ao sacrifício sem voluptosidades dissolventes e amor sem extasis hystericos e sem raptos de paixão [...]

Não basta, porém, exprimir tudo o que se ousa esperar da mulher de amanhã, é preciso lançar também um olhar demorado e justo ao que é a mulher de hoje.

Só assim poderão compreender os erros que é preciso desarraigat, os preconceitos que é indispensável destruir, a distancia enorme que temos que transpor para chegar ao momento da sua completa e salutar transformação (O PHAROL, 1885, p. 2).

O Pharol, produzido pela imprensa publicista a partir de 1885, se torna um dos mais importantes de Minas Gerais<sup>50</sup>. Segundo Goodwin Júnior (1997, p. 196), “nenhuma publicação exerceu tanta influência sobre a mentalidade dos habitantes juiz-foranos”. Nesse momento, Juiz de Fora se destaca devido à produção cafeeira e se torna grande centro econômico mineiro, com uma imprensa de desenvolvida até 1930.

O trecho seguinte é parte do Jornal “O Cataguazense”, na coluna “Noticiário”, sob título “A educação da mulher”, sem autoria. O texto aponta que a mulher deve se elevar a virtudes que a tornem forte e aperfeiçoar o que a cerca e, para isso, precisa ter uma boa educação. No próprio nome o jornal se dizia imparcial, o que pode pressupor um jornal desvinculado de um partido político, mas que, como todos os outros, não são imparciais ao falar das representações acerca das mulheres e do que seja o feminino:

A mulher não deve possuir sómente as qualidades do attractivo, ella deve ellevar-se ás virtudes que a tornem forte; deve ocupar-se, incessantemente de aperfeiçoar tudo o que a cerca, de tirar partido de todos os espíritos de empregar intelligentemente todas as horas, de se manter sempre ao nivel de sua situação.

A mulher não faz o seu destino, elle sobrevivem inesperadamente; é preciso, pois, que ella se prepare por uma boa educação, para a infeliz ou feliz sorte [...]. Para as emergencias da vida só ha uma providencia – o cultivo da intelligencia.

Uma solida educação é hoje muito mais necessaria pelas novas obrigações que á mulher deu o estado actual da sociedade, onde todos, sem distincção de classe, querem compartilhar do mesmo bem estar (A EDUCAÇÃO, 1887, p. 2).

---

<sup>50</sup> Sua tiragem era diária e, por causa da orientação política de seus proprietários, de 1885 a 1888 tinha influências conservadoras. Depois desse ano, se dizia imparcial, até 1891, quando se tornou monarquista.



No trecho acima, a mulher não leva os adjetivos de fragilidade, ou se ela os possui, deve mudar o que a cerca, para ter atrativos de virtudes fortes. O que pode levar a entender uma certa equiparação entre os gêneros. Ela deve ter as rédeas da sua vida, deve ter autonomia, não ficar à sombra de um homem e isso deve ser feito à luz da intelectualidade, ou seja, da instrução. O que torna esse artigo, um tanto quanto peculiar e controversos às ideias rousseanianas de desigualdade intelectual entre os sexos. Não claramente, mas se convida a mulher a mudar ou aperfeiçoar o que a cerca, é por que o autor a reconhece capaz.

Ela deve estar preparada para enfrentar os problemas com coragem. Vê-se então, que a leitura do

jornal propicia uma análise das simbologias de gênero, entendendo a condição de ser mulher como uma das formas de se estar no mundo, evitando o sujeito essencializado no feminino (assim como no masculino), mas em constante relação, sendo construído e, portanto, instável (Soihet, 1997). Nesse processo, o feminino é compreendido como sujeito e sujeitado, entre alianças e desavenças, em nome da mudança, mas também da manutenção. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p. 432)

E a educação não é mais uma dúvida, mas uma necessidade para a sociedade moderna na qual ela se insere.

### **4.3 A mulher e os futuros cidadãos da pátria**

Uma outra categoria, talvez a mais presente, tenha sido a representação da mulher como a mãe que tinha a responsabilidade de criar os futuros cidadãos da pátria, muito próximo do pensamento iluminista de Rousseau. No jornal de 1883, ‘Aurora Aterradaense: Folha Religiosa, Litteraria, Noticiosa, Agricola e comercial’, um artigo sob autoria de “D.” apresenta uma grande discussão a respeito da “A civilização do genero humano pelas mulheres”<sup>51</sup>.

O artigo criticava alguns filósofos e elogiava Rousseau<sup>52</sup>, considerado o único que se preocupava com o povo e em dar cidadãos à pátria e, para ele, seria missão da mulher mudar a situação social a qual ela pertencesse. Rousseau, que também não concordava com as ideias

<sup>51</sup> Esse jornal era impresso na freguesia de Nossa Senhora das Dores do Aterrado (Ibiraci), no Sudoeste Mineiro. O artigo encontra-se na edição 15 de 28 de janeiro de 1883, na coluna “Litteratura”, na Parte I: O verdadeiro director das crianças, nas páginas 2 e 3, onde o artigo trata do pensamento de Rousseau sobre a missão da mulher de gerar filhos da pátria, cidadãos.

<sup>52</sup> O texto inicia com uma crítica ao reinado de Luiz XV (século XVIII) e todos os nobres daquela época dizendo que só seriam filósofos pela graça de Diderot, que não sabiam nada sobre o que trazia a Enciclopédia, que pouco pensavam no povo e ainda critica Voltaire (que defende a monarquia absoluta). Mas o povo estava lá, mesmo que pouco lembrados, ficavam de seu lugar a observar a nobreza. Mas que se algo não fosse feito na França, se tornariam mais bárbaros numa nação que se dizia civilizada

daquele século, defendeu um modelo de educação que teria influenciado a educação da mulher, mas com o intuito de que ela teria a missão de criar os filhos para a pátria. Dizia o jornal:

Um homem, um só, pensava no futuro do paiz. Entretanto este homem nem era francêz; era filho de um pobre relojoeiro de Genebra, era J. J. Rousseau. Discípulo de Plutarco, republicano moderado pelo Evangelho; a sua miséria o aproximara do povo. [...] O seu fim (da mulher) era dar cidadãos à patria. [...] Neste pano tão vasto, o genio de Rousseau abrange tudo o que póde formar um povo grande.

E qual seria o mobil desta grande evolução?

No coração da mulher, comprehende elle que ha uma idéa, que a leva a heroismo e à dedicação: é nesse coração que Rousseau procura apoio; é nesse coração que elle acha a força.

[...] Antes da mãe que apresenta á adoração do mundo, assentada ao pé de um berço com uma linda creança ao peito. – Quadro maravilhoso e arrebatador que revela ás mulheres um poder divino - o que de nos tornar felizes pela virtude.

Não! Nunca, em tempo algum, a humana palavra, comprio missão tão santa! À voz de Rousseau cada mulher se torna mãe, cada mãe se torna esposa, e cada filho quer ser cidadão.

Dest'Arte foi temperada a familia, e pela familia a nação da epocha.

[...] Tal foi a influência de J. J. Rousseau sobre a educação da mulher, e mais tarde sobre a nação: obteve quanto lhes pedio; conseguiu fazel-as esposas e mães. Confiando-lhes a educação moral, como lhes havia confiado a physica, elle fazia do amor maternal o mais poderoso mobil da sociedade (D., 1883, p. 2-3)

A mulher seria dedicada e heroica para gerar filhos cidadãos e, por meio da família, é que nasceria a nação, não sem se esquecer que ser mãe também seria uma missão ‘santa’, como Maria, a mãe de Cristo, corajosa mulher que mudou os rumos da história.

Também sob o título “A educação da mulher”, sem autoria, na coluna “Instrução Pública”, o jornal *Echo do Povo*, traz uma discussão em que a mulher é colocada como um dos maiores problemas a ser enfrentado pelos “pedagogistas” do século, pois ela seria “influência incontestável no progresso da sociedade”. O autor usa como argumento que desde a Antiguidade ela é peça chave politicamente e usa como exemplo a mulher espartana, que é parte do Estado.

A mulher do século XIX, também deveria ser importante e a forma de preparar as gerações futuras, seria pela instrução. Ela seria fundamental para a evolução e “introduzir novas fontes de desenvolvimento na ordem social.” Sua posição mais “elevada” na sociedade, seria a de mãe que “que tem que dar filhos à sociedade” e para isso ela deveria estar preparada física e moralmente, para educar os “homens futuros sobre quem recahem as esperanças da pátria”. Dizia o jornal:

[...] um dos mais diffíceis problemas que actualmente occupam a maior parte dos pedagogistas do século, é o systema da educação da mulher.

Parte integrante desse centro se chama humanidade, a mulher exerce uma influencia incontestável no progresso da sociedade.

[...] Correm os tempos, a pratica social mostra à evidencia a necessidade da educação a mulher. Desde que completou os estudos preliminares que fez na escola primaria, é a verdadeira compreensão dos conhecimentos que sejam para si de immediata utilidade que lhe convem ministrar.

[...] a civilização moderna proclama o aperfeiçoamento no futuro. Assim, a humanidade conscia de si na actualidade, traça com toda a evidencia as leis de seu desenvolvimento. Essas leis são dictadas pela instrucção que é o processo único de preparar as gerações para continuarem cada vez mais velozmente na serie de seu aperfeiçoamento.

A mulher é para nós o maior factor physico e moral desse aperfeiçoamento, e como tal lhe reclama uma educação que lhe faculte acelerar a educação futura, introduzir novas fontes de desenvolvimento na ordem social.

Considerando a mulher na posição mais elevada que ella pode atingir, isto é, na posição de mãe que tem de dar filhos á sociedade, é necessario que ella esteja perfeitamente habilitada para formar physica, e moralmente seus filhos, os homens futuros sobre quem recahem as esperanças da patria (A EDUCAÇÃO, 1882, p. 1)

Ou seja, aqui a mulher é importante, mas a educação não seria para ela própria evoluir, se tornar autônoma, não para a política ou para a ciência, mas para criar bem os filhos, esses sim, seriam os que teriam um papel de mudanças no futuro da nação. Mais adiante o autor cita que não só aprender para instruir bem os filhos, mas a ela também cabe as artes, onde ela poderá sonhar, assim, não precisará buscar no passado os “ideais acadêmicos da forma grega ou romana”. Ou seja, ela deveria ser uma mãe para educar filhos que, estes sim, seriam o futuro da pátria, mas ela não deve ultrapassar o limite de querer se ocupar das questões do Estado, não deveria almejar ser uma “mulher do Estado”, um ser político. Os filhos seriam o aperfeiçoamento da mulher, a sua melhor expressão, o aperfeiçoamento do futuro, o desenvolvimento da nação e da ordem social.

#### **4.4 O comportamento da mulher**

Por último, destaco a categoria de comportamento da mulher, ligada à dicotomia Maria/Eva e suas características como ser vulnerável, difundidas pelas ideias médicas, naturalistas e evolutivas abordadas anteriormente. Nesse aspecto, pode-se destacar, sob o título “Educação da mulher”, na Coluna “Variedades”, do jornal “O Baependyano”, um artigo sobre as ideias de duas norte-americanas, Anna Dickinson e Grace Greenweoa sobre o que se deveria ensinar à mulher. São ideias que, por meio da imprensa, chegavam de um país considerado avançado e moderno e que, certamente, influenciariam no comportamento das mulheres mineiras.

As autoras, Anna Elizabeth Dickinson e Grace Greenweoa<sup>53</sup>, defendiam uma reforma social e o direito das mulheres. O texto das escritoras, elenca uma série de comportamentos que as mulheres deveriam seguir com relação ao seu trabalho doméstico, à forma de se vestir, à forma de pensar, a forma com a qual deveriam se comportar em sociedade, sobre seus relacionamentos amorosos e à organização do seu dinheiro. Assim, o artigo se apresentava:

[...] dizem as referidas litteratas, o seguinte: A confiar-se em si propria e a ser independente. A cosinhar e a fazer o bom pão. A fabricar camisas. A não usar cabelo postiço. A não se pintar e não usar pós de arroz. A usar calçado commodo e de sola grossa. A lavar e engommar.

A fazer os seus vestidos. A conhecer o valor do dinheiro. A pontear as meias e pregar botões. A dizer sim ou não como Christo nos ensina, e a dizel-o com o coração ao mesmo tempo que com os lábios. Usar vestidos de percale e não envergonhar-se delles. O que é preferível mil vezes correr e saltar do que tornar-se tisica. A preferir a boa reputação do seu noivo a seu dinheiro; A ter uma casa bem arranjada e cada cousa no seu lugar. A comprehender que quanto mais subordinam as despezas aos meios de que se dispõe, mas se junta. A não tratar com rapazes viciosos e libertinos. A que deveria prohibir-se aos jovens o apertarem-se demasiadamente a mão. A que quem mais afasta da economia mais se avizinha da pobreza. A que um mancebo trabalhador e de bom procedimento vale mais do que uma duzia de petimetres vestidos com elegância.

[...] Ensinai-lhe que a pressão das ligas e a dor dos calos não embellezam as formas. Dai-lhe, se é possível, uma boa e solida educação com todos os acessórios que vos permite a vossa posição, mas nunca deixeis de ensinar-lhes os seus deveres domesticos (EDUCAÇÃO, 1881, p. 3).

Apesar de incitarem mudanças comportamentais avançadas e modernizantes, as autoras citam que é preciso dar à mulher uma sólida educação, cada qual de acordo com a sua posição social, mas que elas não se esqueçam dos seus deveres domésticos, ou seja, a mulher moderna, deveria ser uma mulher dupla, uma mais moderna, de acordo com o século XIX, com traços de uma mulher mais independente, que participa mais da sociedade, que teria mais liberdades de se vestir ou ao tratar com seu dinheiro, mas que também está associada à mulher do século XVIII. Com obrigações domésticas, ou seja, que ainda está ligada ao lar, com traços de obediência quando ela deve falar sim ou não como Cristo. Também é possível entender uma nova forma da beleza feminina, aquela que fosse moral e educadamente formada, que desse importância não à estética, mas ao caráter.

Outras ideias que se fizeram presentes na sociedade mineira, circularam por meio do jornal ‘A província de Minas Gerais’, do partido Conservador, da cidade de Ouro Preto, na Coluna

---

<sup>53</sup> Anna Dickinson nasceu na Filadélfia (Estados Unidos), em 1842, professora e escritora, defensora dos direitos da mulher e primeira a fazer um discurso perante o Congresso Americano (ANNA, 2020). Grace Greenweoa, provavelmente, seria Grace Greenwood, nova-iorquina, pseudônimo de Sara Jane Lippincott, escritora e uma das primeiras mulheres a ter acesso à imprensa do Congresso americano (SARA, 2020).

“Educação”, sob o título “A mulher”, de autoria Escrich, no ano de 1855. O texto representa a mulher como bela e delicada, um oásis do lar, espécie da qual descendem todos os homens. Já o homem é egoísta, fazendo leis em proveito próprio. De acordo com o artigo:

Os escriptores em geral calunião sempre as mulheres, esquecendo que de’llas nascerão e que por ellas forão amamentados.

Que **symbolisa a mulher no lar domestico**? A palmeira que verdeja no deserto, oferecendo às cançadas caravanas a sua sombra e o seu fructo.

Eu, humilíssimo escriptor, sem mais patrimonio que a minha pena, sem mais executoria que a minha honradez, prestei sempre o culto a **essa bela e delicada** metade do genero humano.

O homem, sempre egoísta, sancionou leis em proveito seu, concedendo ao seu próximo o que negava à sua carne, quer dizer, esquecendo a mulher de quem descende, de quem é viva encarnação (ESCRICH, 1855, p. 2, grifos nossos).

Mas essa defesa é baseada no Cristianismo, em que apenas dentro do casamento cristão poderia haver um laço de homem e mulher e formar uma família. A mulher só anseia amar e ser amada, nada mais que isso seria importante. Prosseguindo:

Quando Jesus Chisto visitou essa esphera mutilada, olhou suave e compassivamente para as mulheres e disse: “- Que sejam abolidas as leis barbaras, iniquas e egoístas dos homens!”

“A família só pode existir consolidando-se o **matrimonio chistão**, esse **laço santo, sublime, que vincula homem e mulher**.

**Que pede a mulher durante a sua peregrinação na terra? Amor.** Qual é o seu mais vivo, mais ardente e mais constante anhelos? **Amar e ser amada.**

De onde emana esse doce effluvio, inexplicavel, que embelleza a nossa existência, sem o qual a vida seria árdua e secca como os tetricos montes da Judéia? O amor. (ESCRICH, 1885, p.2, grifos nossos).

O artigo vai apresentando diversos motivos pelos quais as mães sofrem pelos filhos, ressaltando que ela deve aguentar tudo com um sorriso nos lábios. E que o homem cresce e não lhe dá a devida importância. O tempo caminha e os cuidados delas sempre caminham junto. É ela quem ampara na velhice e ela quem vai chorar junto à sepultura. Aqui podemos ver que se trata de um texto voltado para as mulheres, que além de serem casadas, belas, sublimes, deveriam ser brancas, ou seja, representava um segmento da população distinto, a elite mineira:

[...] Deus nos deu essa paixão tão sublime, tão santa, paixão que a mulher nos faz compreender com um olhar, uma phrase, um sorriso.”

“Esse suspiro (do homem que nasce), esse gemido, vibra dolorosamente no coração da mulher, a mãe; e esta apresenta-lhe então o peito ubérrimo e **branco** que o há de alimentar nas doces alvoradas da infância.”

“da sublime mãe dos Machabeus e da perola fulgente de Nazareth, essa immortal joia do Evangelho, a divinal Maria, a qual, só por si, redime todos os erros do seu sexo. [...] A mulher pode ser calumniada, mas ella foi e sempre será o anjo benefico do lar; por isso sempre a procurão os mesmos que a despresão. e se encontra na (ESCRICH, 1885, p.2, grifos nossos).

Com um discurso extremamente religioso, em uma comparação bíblica, o autor fala que todas as mulheres deveriam ser perdoadas, quando exemplifica mulheres que não tivessem grandes virtudes – e não instruídas – como Dallilla, Aspasia, Thamar, Messalina, porém destacando que não se poderia esquecer das virtudes de Esther, de Débora, de Suzana e Maria. Observa-se, nesse caso, a relação do comportamento da mulher com os papéis femininos religiosos, como algo próprio da sociedade patriarcal, marcada pela hierarquia entre a mulher e o homem, sendo que ela seria um ser delicado e só buscaria o amor.

O mesmo jornal apresenta, na coluna Educação Popular, em 1885, a continuação<sup>54</sup> de um artigo denominado “O caracter” (capítulo II), no qual segue a mesma linha de representações sobre a mulher, destacando a sua importância na criação dos filhos, ou seja, apenas a mulher mãe, como Nossa Senhora. O artigo cita o historiador francês Michelet, naturalista, que vê sua mãe como uma mulher sublime, que o acompanhou em sua pobreza e que aguentou os seus rompantes de um filho irresponsável em sua juventude que não soube dar a devida importância. O historiador reconhece sua importância e louva sua mãe através de um protesto que ele faz a favor das mulheres.

Com base nessas ideias, o autor do artigo, argumenta que a mãe é a responsável pelo bom ou mal caráter do filho,

[...] assim como a mãe pode influir muito no genio poetico ou artístico do seu filho, também pode dar-lhe ma tendência; e a prova está em que os característicos de lord Byron, a extravagancia de seus impulsos, seu humor desconfiado e constrangido, o excesso de seu ódio e a precipitação de seus ressentimentos, erão devidos em grande parte á influencia que desde o berço exercêra-lhe sobre o espírito a sua caprichosa, violenta e indócil mãe (O CHARACTER, 1885, p.3).

Segundo o artigo, uma boa mãe também seria uma mãe com tino para os negócios, colocado para a mulher, não o comércio, mas a administração da casa, o que garantiria a felicidade da família. Os negócios são de exclusividade dos homens, mas defende que o aprendizado matemático tornaria as mulheres perfeitas para os afazeres domésticos, reforçando a desigualdade social entre os dois sexos:

Sempre tem prevalecido a idéa de que a direção dos negócios não compete às mulheres, e sim exclusivamente aos homens, e sim exclusivamente aos homens; mas, para prova do contrario, tomemos para exemplo o conhecimento dos algarismos. O Sr. Bright disse: ‘ensine-se perfeitamente a um menino a arithmetica?’ e ele sera um homem feito.’ E porque? Porque ensina-se-lhe o methodo, atençaõ, o valor, as proporções e as relações; mas quantas meninas sabem bem a arithmetica? Mui poucas: e qual é a consequencia disto? É que, quando as meninas tornão-se mulheres,

<sup>54</sup> O texto começa da edição n. 286, p. 2, mas não foi encontrado o autor.

desconhecendo os algarismos, ignorando a adição e a multiplicação, não podem comparar as despesas com as rendas, donde resultarão enganos que necessariamente não de ser causa de alterações domésticas. Si a mulher não estiver no caso de cumprir os seus deveres, isto é, de dirigir os negócios domésticos de conformidade com os simples princípios da arithmetica, por causa desta méra ignorancia, ha de commetter muitas extravagancias, prejudiciais á paz e tranquillidade de sua família (O CHARACTER, 1885, p.3).

Apesar da aparente educação estar voltada para os afazeres domésticos, que caberia exclusivamente à mulher, podemos ver que o discurso, em detrimento ao de que elas fossem menos capazes intelectualmente que o homem, é de que elas são tão capazes de aprender quanto o homem.

Essa nova forma de ver a mulher é uma grande mudança na percepção do feminino, como capaz não só de aprender, mas de ser a responsável pela felicidade e sucesso da família, que é necessário para a formação da nação e que pode ser autônoma financeiramente. Todas essas mudanças seriam possíveis através da educação escolar, e, não por acaso, a realidade social é a inserção cada vez maior no número de mulheres nas escolas e o ensino para a formação de professores se tornando cada vez mais feminino em fins do século XIX.

A ideia de complementaridade entre os sexos, divulgada pelos positivistas, também se fez presente circulando pela imprensa mineira. No mesmo jornal, em sua edição de 1887, vemos um texto explicitando a importância do casamento, de Ramalho Ortigão, e não especificamente sobre a educação, há trechos em que a mulher é dada como complemento ao homem, e não inferior – apesar de ainda insinuar certa inferioridade física -, reforçando o caráter moderno de igualdade de capacidades. De acordo com o artigo:

A questão da desigualdade dos dois sexos foi julgada com lucidez inexcedível por Proudhon<sup>55</sup> e por Augusto Comte. A mulher não é igual, nem inferior, nem superior ao homem; é-lhe equivalente. A fórmula proudhoniana é a seguinte: o homem tem oito em força e dois em beleza, a mulher tem oito em beleza e dois em força; de sorte que o homem vale oito mais dois; a mulher vale dois mais oito.

[...] Qual é a família em que a educação da mulher não tenha sido completada pela educação do homem? E em que o homem, por mais eminente que ele seja, não deva lições profundas e serviços relevantes ao espírito de economia, ou aos hábitos de ordem, ou a sagacidade de scintillante da mulher que, em certo dia, ou em muitos dias, o salvou com um dito, com uma idéia, com um repente, de uma conjuntura difícil, dando-lhe a solução do problema que ele debalde procurara resolver sozinho? (ORTIGÃO, 1887, p. 2).

---

<sup>55</sup> Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo político e econômico francês do século XIX, foi membro do Parlamento Francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do Século XIX. Sobre as mulheres, inicialmente era muito conservador, e que a mulher não deveria participar da vida política e toda mulher que se emancipa, teria perdido a saúde da alma e a lucidez da mente.

O artigo mostra que o homem sem a mulher é levado a uma amputação das faculdades mentais, levando a crer em certa admiração pela capacidade intelectual feminina. Só ela seria capaz de fazer o homem entender o mundo e andar de acordo com a moral, restringindo suas impulsividades, suas brutalidades e suas perversidades.

Como visto, as representações sobre a mulher e a educação feminina, apresentadas pelos jornais analisados estão de acordo com as ideias que permeiam o século XIX no Brasil, tais como a biologização, o naturalismo, a religiosidade com o ideal de mãe salvadora da nação, Maria/Eva, com regras comportamentais, num ambiente marcadamente patriarcal, complexo, de grande discussão em torno da Instrução e em profunda transformação. Ao mesmo tempo em que há um discurso de libertação, de mudanças de comportamento em sintonia com outros países mais avançados, percebe-se, também, a forte presença de representações religiosas marcadas pela construção de um lugar de inferioridade, de submissão e de dedicação à família. São construções que indicam as disputas entre as diferentes representações acerca do ideal de mulher construídas no contexto da sociedade mineira de fins de século.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a compreender a instrução pública e as representações acerca do feminino na década de 1880, em Minas Gerais. Entendemos que elas tiveram um papel muito importante em Minas Gerais em um período de grandes transformações, onde mudanças puderam ser observadas. Em fins do século XIX, é posto em dúvida a questão das diferenças biológicas entre os sexos (biológico) que leva às desigualdades de gênero (cultural), o que nos leva a pensar que é o começo da mudança da estrutura da sociedade com relação ao que se apresentava entre homens e mulheres. Saímos de um passado minerador com grande concentração de uma população local de forasteiros, mas que, com a diminuição da atividade, muitos ficam desocupados e não são absorvidos pela atividade agropecuária que se segue. A representação das mulheres, leva à prática de que elas frequentam as escolas, não só frequentam, mas frequentam cada vez mais, poderia ser indício de uma nova visão e identidade feminina. Durante o século, de muitas mudanças sociais, educacionais, políticas, entre outras, a mulher também passa a ser vista como uma cidadã que tem o papel fundamental de ensinar aos seus filhos, e mais tarde aos filhos dos outros como professora, que seriam o futuro de um país em construção.

Pudemos ver que a presença feminina nas escolas torna-se efetiva e gradualmente crescente, uma das mais importantes mudanças para as mulheres do século XIX que nos XVIII se encontravam estritamente nos ambientes domésticos.

Através da educação, as mulheres encontram um mecanismo de maior visibilidade e afirmação social como suporte na luta pelos seus interesses, e conseguem muito ao longo dos oitocentos, sendo que a última década foi o momento de consolidação dessa mudança do olhar social sobre a mulher.

É evidente que se estabelece certa ideia de superioridade intelectual, e por isso, social dos homens na sociedade mineira e isso é bem claro em todas as fontes analisadas, mas a partir do século XIX, há uma mudança na identidade da mulher, ela agora é representada como responsável por criar bem os filhos, futuros cidadãos brasileiros.

Com o crescimento dessa conscientização do papel da mulher, num cenário patriarcal, ela passa a ter o papel não só de educar seus filhos, mas todas as crianças e adolescentes da província por meio do ofício de professora. Ou seja, ela sai da posição de inferior, incapaz intelectualmente,

para uma posição de certo prestígio social, fazendo parte de uma nação em progresso. É nesse contexto que começam a frequentar as salas de aula, sendo necessário cada vez mais a criação de cadeiras femininas e através da abertura de diversos cursos de normalistas pelas cidades de toda a província. É aqui que se faz pertinente o pensamento Chartiano de representação quando ele defende que a representação é uma prática social, uma percepção do real produzida a partir de categorias em um grupo social, inseridas num tempo e num momento histórico determinado.

Dessa forma, entre várias, uma das representações da mulher mineira as estudantes de primeiras letras e as normalistas não se dissociam da História econômica, política e social essencialmente masculina, construída por homens. É preciso perceber que a história da educação feminina apreendida em certos documentos, como os Relatórios de Presidente da Província de Minas Gerais, é lida e vista pelos olhos dos deputados e pouco se fala da importância delas na ocupação de cadeiras em todo o território. Em sua maior parte, os relatórios trazem criação de cadeiras. Não se pode perceber uma preocupação com os direitos de educação, ao contrário, às mulheres não era obrigatório frequentar escolas, provavelmente por ainda se pensar em sua ‘incapacidade intelectual’, ou para não atrapalhar seus trabalhos domésticos.

Por meio da educação, seja como aluna ou como professora, a realidade poderia se transformar, mesmo que a passos lentos. É nos jornais – até então um lugar predominantemente masculino – que podemos ouvir a voz da mulher e eles percebem que as mulheres estão cada vez mais no âmbito público, antes reservado somente aos homens.

As fontes aqui adotadas, os Relatórios de Presidente de Província e os periódicos mineiros, nos deram uma dimensão do que era a mulher em fins do século XIX. Principalmente neste último, pudemos presenciar explicitamente um novo discurso sobre o que a mulher, considerada frágil e incapaz intelectualmente, que agora deveria ser instruída e que ganha cada vez mais espaço na imprensa e nos espaços público, modificando seu comportamento, seus costumes, no seu modo de agir, de pensar, enfim, modificando o seu cotidiano, mesmo que ainda devesse manter o papel de mãe e esposa ao exemplo de Maria. Trabalhar a imprensa mostrou como são ricas as representações do feminino e trouxe uma ideia próxima das que circulavam na sociedade mineira do período analisado.

As políticas de instrução pública elementar para as meninas traçaram um novo panorama a partir do momento que cadeiras são constantemente criadas para o sexo feminino. As escolas tiveram que se adaptar, professoras foram sendo contratadas para ofertar mais cadeiras, as

matérias foram sendo organizadas e modificadas de acordo com a necessidade e as Leis foram se adaptando ao público feminino, mesmo que sutilmente.

Estas mudanças, mesmo que tenham sido pouco percebidas, estão entrelaçadas à sociedade, à imprensa, à educação e diversos outros setores em que elas se inserem como representantes ou não, como a política. É um período onde a mulher muda e ela muda através não só do que acontece em seu entorno, mas pela educação que lhe é possibilitada. Talvez, pode-se levar em conta que as lutas pelos direitos políticos e sociais femininos passam a ser uma temática mais presente a partir dessas novas práticas, haja vista as conquistas que se seguem no começo do século XX.

Mas o que nos faz importante destacar é que a educação pública escolar, que se dirige às camadas mais populares da província mineira, é papel fundamental na transformação das representações das mulheres durante todo o século XIX, fator imprescindível para a luta de igualdade de gêneros que se segue até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ANNA Elizabeth Dickinson. *In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre* [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2020. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Anna\\_Elizabeth\\_Dickinson](https://en.wikipedia.org/wiki/Anna_Elizabeth_Dickinson). Acesso em: 15 jul. 2020.

A EDUCAÇÃO da mulher. **O sexo feminino**: semanário dedicado aos interesses da mulher, Campanha, ano 1, n. 1, 7 set. de 1873. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868> Acesso em 20 de agosto de 2019.

A EDUCAÇÃO da mulher. **O eco do povo**, edição 24, 28 set. 1882, p. 1.

A EDUCAÇÃO da mulher. **O Cataguazense**, edição 27, 30 jan. 1887, p. 2.

A PROVINCIA DE MINAS: órgão do partido conservador. Ouro Preto, ed. 295, 1885.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 jul. 2020.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. CARVALHO, Carlos Henrique de. Civilidade, legislação e escolarização primária em minas gerais: a organização da instrução pública (1835-1889). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, p. 278-292, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640086>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. **Organização da instrução na província de Minas gerais**: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

MINAS GERAIS. **Regulamento n. 100, de 1883**. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis\\_mineiras/brtacervo.php?cid=4144](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=4144). Acesso em 15 jul. 2020.

MINAS GERAIS. **Regulamento n. 84, de 1879**. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis\\_mineiras\\_docs/photo.php?lid=72027](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=72027). Acesso em 15 jul. 2020.

BARRETO, Tobias. **Um discurso em mangas de camisa**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/site/public/storage/Livros/40.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BARROS, José. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v. 1, n. 1-2. 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27855/23944>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BASTOS, Maria Helena Camara. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886). *In: Simpósio Nacional de História*, 22, 2003, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa ANPUH, 2003. Disponível em:

<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.471.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BICCAS, Maurilane de Souza. Roger Chartier: contribuições para história da educação. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **Pensadores Sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica. 2012. p. 269 – 296.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854**. Reforma Couto Ferraz.

BRASIL. **Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma Leôncio de Carvalho. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a\\_34.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020.

CHAMON, Magda Lúcia. **Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)**. Belo Horizonte, MG. 1996. FaE/UFMG (Tese de Doutorado)

CARVALHO, Mária Amália Vaz de. Educação da mulher. **O Pharol**, Litteratura, n. 218, 26 set. 1885.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. *In*: SHUWARCZ, Lilia Moritz (dir.). **A construção Nacional (1830 -1889)**. História do Brasil Nação: 1808-2010. Madri: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. p. 83-129.

CARVALHO, Rosana Areal. Corpo e alma de o Mentor das Brasileiras. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n. 2, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982012000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000200019). Acesso em: 15 jul. 2020.

CASTANHA, André Paulo. Os métodos de ensino no Brasil do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 4, p. 1054-1077, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i4.8651232>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40828/21301>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista de Estudos Avançados**, n. 11, abril 1991. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/250983425\\_O\\_mundo\\_como\\_representacao](https://www.researchgate.net/publication/250983425_O_mundo_como_representacao). Acesso em: 19 ago. 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel. 1990.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, G. (org.) **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escritas)

COELHO, Fabiano. O conceito representação e sua contribuição à análise do jornal Sem Terra. **Revista Fronteiras e Debates**, Macapá, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/2007/1089>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)**. 2002. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/157498511/Escolarizacao-das-diferencas-qualificacao-do-trabalho-docente-e-genero-em-Minas-Gerais-1860-1906>. Acesso em: 13 jul. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 82.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fontes para a História da Educação Mineira do Século XIX: uma introdução. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 163-174, 1997a. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/faria.html>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. **História da Educação**, Pelotas, v.1, n.2, 111-125, set. 1997b. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30668/pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

GATI, Hajnalka Halász; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p.1146-1169, set.- dez. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316849284\\_Educacao\\_e\\_docencia\\_feminina\\_no\\_Brasil\\_do\\_Seculo\\_XIX\\_avancos\\_e\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/316849284_Educacao_e_docencia_feminina_no_Brasil_do_Seculo_XIX_avancos_e_desafios). Acesso em 17 set. 2019.

GOODWIN JÚNIOR, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: O jornal Pharol nas décadas de 1870-1880. **Rev. Varia História**, Belo Horizonte, n. 17, p. 195-219, mar. 1997.

JINZENJI, Mônica Yumi. Educar ou instruir as mulheres? Dilema do Século XIX. *In*: LOPES; CHAMON (org.). **História da Educação em Minas Gerais**: da colônia à república. EDUFU: Uberlândia. 2019.

JINZENJI, Mônica Yumi; PINTO, Vinícius Antunes de Aguiar. Imprensa e educação em O Recompilador, ou Livraria dos Meninos: Jornal moral, Instructivo e Miscellanico (1837-1838). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42910/751375137726>. Acesso em: 23 out. 2019.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Caderno Pagu**, Campinas, n.38, jan./jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332012000100013&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332012000100013&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 3 ago. 2019.

JINZENJI, Mônica Yumi. As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas às práticas. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 169-197, jan./abr. 2010

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **ESCRITAS**, v. 7, n.1, p. 3-17, 2015.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone. Aspectos da Educação na Província de Minas Gerais. *In*: CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (coord.). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 5 – 12.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. P. 443-481.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**, 2009, v. 13, n. 26, p. 15-31. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 5 de out. de 2019

MENDES, Jairo Faria. O nascimento e a consolidação da imprensa informativa em Minas Gerais. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 1-13, jul./dez. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316703505\\_O\\_nascimento\\_e\\_a\\_consolidacao\\_da\\_imprensa\\_informativa\\_em\\_Minhas\\_Gerais](https://www.researchgate.net/publication/316703505_O_nascimento_e_a_consolidacao_da_imprensa_informativa_em_Minhas_Gerais). Acesso em: 5 de out. de 2019

MENEZES, Cristiane Souza de; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Revista UNISINOS**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./abril 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4927>. Acesso em: 5 de out. de 2019

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. **Lei n. 13, de 28 de março de 1835**. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13&comp=&ano=1835> Acesso em 11 de maio de 2019. Acesso em: 5 de out. de 2019

MINAS GERAIS. **Decreto n. 1.387, de 28 de abril 1854.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Acesso em: 5 de out. de 2019

MINAS GERAIS. **Decreto 1331, de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 5 de out. de 2019

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Gênero e educação: corpos e comportamentos modelados em formas civilizadas e forjas generizadas.** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, Brasília, 2002. **Anais [...].** Brasília: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0519.pdf>. Acesso em 5 out. 2019.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892).** Brasília. Editora Universidade de Brasília. FINATEC, 2003. 257 p.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; WRIGHT, Antônia Fernanda de Almeida Pacca. **Do lar para a escola e da escola para o lar: mulher e educação em Minas Gerais no século XIX (1834-1889).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cad. Pagu**, n. 29, p.429-457, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332007000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000200017&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 jul. 2019.

NASCIMENTO, Célia Siqueira Xavier. **Formas de ver e viver a infância nas escolas públicas mineiras (fins do século XIX-início do século XX): práticas, espaços e tempos.** Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-858QZW/disserta\\_\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-858QZW/disserta__o.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 out. 2019.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira - 1873-1932.** 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA6X6LAR/1/disserta\\_\\_o\\_completa\\_\\_kelly\\_nascimento.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA6X6LAR/1/disserta__o_completa__kelly_nascimento.pdf). Acesso em: 3 de set. 2019.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Administração provincial e instrução pública em Minas Gerais (1834/1850). **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 15, p. 249-270, jul./set. 2019.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; DE PAULA, Dalvit Greiner. A presidência de província e a instrução pública como fatores de ampliação do espaço público no Império brasileiro. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 627-649, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/46015/24600>. Acesso em: 13 set. 2019.

OSCAR, Luísa Cecília Belotti; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Periódicos e imprensa como fontes para o estudo da educação dos sentidos em Minas Gerais: o tempo livre como possibilidade de formação (entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX).** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, Belo Horizonte,



2011. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/PERIODICOS%20E%20IMPRESA%20COMO%20FONTES%20PARA%20O%20ESTUDO%20DA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 2, jul./dez./2001, p. 87-88. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38743/20273>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 19, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2003000800002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800002). Acesso em 17 nov. 2019.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Viana. **Dicionário Histórico das Minas Gerais: Período Colonial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Em Debate** (PUCRJ. Online), v. 8, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14404@1>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Gênero na teoria social papéis, interações e instituições**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTOS, Simone Maria dos; MOURA, Nayara Aparecida de. O feminismo de primeira onda no interior de Minas Gerais pelas mãos de Maria de Lourdes Teixeira. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE, v.1, n. 2, mai./ago. 2018.

SARA Jane Lippincott. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2020. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Sara\\_Jane\\_Lippincott](https://en.wikipedia.org/wiki/Sara_Jane_Lippincott). Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lília. O Olhar Naturalista: Entre a Ruptura e a Tradução. **Revista de Antropologia** n. 35, p. 149-167, dez. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111334>. Acesso em 15 jun. de 2020.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. **Revista HISTEDBR On-Line**, n. 14, v. 57,

p. 230-267, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i57.8640414>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, Genildo Ferreira da; COSTA, Maria do Socorro Gonçalves da. O lugar da mulher na literatura filosófica de Jean-Jacques Rousseau. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 3, número especial, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/viewFile/7756/4807>. Acesso em: 13 set. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Mauad: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 13 set. 2019.

SOUZA, Cristiane Aquino de. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2015. Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos). Acesso em: 13 set. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. O processo escolarizador da infância em minas gerais (1835- 1906): geração, gênero, classe social e etnia. *In: Reunião Anual da Anped*, 31., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPED, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-4524-int.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019;

VEIGA, Cynthia Greive. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em minas gerais no século XIX e a produção da profissão docente. *In: Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal, RN: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. A qualidade da Escola Pública no Brasil: uma perspectiva histórica. *In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; VIANA, Fabiana da Silva; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FONSECA, Nelma Marçal Lacerda; LAGES, Rita Cristina Lima (org.) A qualidade da escola pública no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 97-118. (Pensar a educação, pensar o Brasil)

VEIGA, Cynthia Greive. Obrigatoriedade escolar em Minas Gerais no século 19: coerção externa e autocorreção. *In: VIDAL, Diana Gonçalves; FIGUEIREDO DE SÁ, Elisabeth; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: UFMT, 2013. p. 135-152.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. *In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.) Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2007

ZAFALON, Míria; ZOLIN, Lúcia Hosana. A representação/(des) construção da submissão feminina em “A tia”, de Helena Parente Cunha. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, p. 183-196, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/56767>. Acesso em: 23 ago. 2019.

**APÊNDICE A – Lista de Teses e Dissertações da CAPES selecionadas para estudo primário.**

Título	Autor	Tese	Dissertação.	Ano de Publicação	Universidade	1ª metade do XIX	2ª metade do XIX	Resumo	Link	
Entre a “tiramnyia cruel” e a “pedra fundamental”: A obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais'	Almeida, Cintia Borges de.		X	2013	UERJ			Analisa o tema da obrigatoriedade do ensino a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade. Problematizando a ideia de que universalizar o acesso à educação representava apenas uma iniciativa de garantia de direitos, a hipótese que defendemos consiste na ideia de que o ensino obrigatório pode ter sido perspectivado enquanto uma estratégia de governo dos outros, de controle dos sujeitos.	<a href="http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2010_1-644-ME.pdf">http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2010_1-644-ME.pdf</a>	Foca no transformar o estudante em civilizado através do vigiar, controlar e obedecer, mas fala sobre a obrigatoriedade da educação em MG.
Estado Nacional, debate público e instrução primária: Mariana/Minas Gerais 1816 -1848	Viana, Fabiana da Silva	X		2012	UFMG	X		Compreende a relação estabelecida entre alguns dos habitantes da província de Minas Gerais, destacadamente alguns daqueles que moravam na cidade de Mariana, e as escolas públicas primárias, num momento em que ocorreram importantes transformações políticas e sociais no Brasil (décadas de 1820 a 1840).	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-935LV5">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-935LV5</a>	Pode ser que tenha algo sobre mulheres na IP
Organização da instrução na província de Minas gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889)	Andrade, Renata Fernandes Maia de.		X	2007	UFU		X	Analisa o desenvolvimento da IP na Província de MG de 1850 a 1889. Tem um viés político. Instrução vista como moralizadora e civilizadora da sociedade.	<a href="https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14068/1/RFMAndradeDISPRT.pdf">https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14068/1/RFMAndradeDISPRT.pdf</a>	Para se entender a IP em MG
Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)	Viana, Fabiana da Silva		X	2006	UFMG	X		Diante das tensões e agitações sociais que marcaram aqueles anos, a instrução pública apresentou-se como um importante instrumento para a coesão social e unidade nacional. Da forma como foi pensada pelas elites	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83WRHZ">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-83WRHZ</a>	Sobre organização da IP

								mineiras, a escola elementar serviria à formação dos cidadãos e à difusão de civilidades. Era necessário, portanto, organizar o serviço de instrução pública e generalizar o ensino das primeiras letras a toda sociedade.		
Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX	Fonseca, Marcus Vinícius.	X		2007	USP	X		Analisa o nível de relação entre a escolarização e a população negra livre dentro da estrutura demográfica de MG	<a href="http://www.teses.usp.br/teses/dispo_niveis/48/48134/tde-08112007-143618/pt-br.php">http://www.teses.usp.br/teses/dispo_niveis/48/48134/tde-08112007-143618/pt-br.php</a>	Trabalha alguns censos do século XIX onde aparecem famílias em que as mulheres iam para a escola.
A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)	Jinzenji, Mônica Yumi		X	2002	UFMG	X		Investiga os discursos sobre a escolarização da infância pobre em circulação em Minas Gerais, abarcando o período compreendido entre 1825 e 1846	<a href="https://www.researchgate.net/publication/266329081_A_escolarizacao_da_infancia_pobre_nos_discursos_educacionais_em_Minhas_Gerais_1825-1846">https://www.researchgate.net/publication/266329081_A_escolarizacao_da_infancia_pobre_nos_discursos_educacionais_em_Minhas_Gerais_1825-1846</a>	Importante para o entendimento de infância em MG no século XIX
Processo de escolarização e ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)	INÁCIO, MARCIL AINE SOARES	X		2003	UFNG			Investiga o processo de escolarização em Minas Gerais entre 1825 e 1852, privilegiando o ensino de primeiras letras, ou instrução elementar.	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-85VMUZ">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-85VMUZ</a>	Ajuda a entender como era o ensino de primeiras letras em MG
A educação feminina nos séculos XVIII e XIX: intenções dos bispos para o recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas	Rocha, Adair José dos Santos		X	2008	UFMG			Estudo sobre a educação feminina no Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas nos séculos XVIII e XIX. Numa perspectiva descritiva, as propostas educacionais (planos, prescrições e intenções) de dois bispos - D. Frei Manuel da Cruz (1745-1764) e D. Viçoso (1843-1875)	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84WPU3">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84WPU3</a>	Traz elementos para uma melhor compreensão deste espaço educação das filhas de famílias mais abastadas e qual era o tipo de formação que elas deveriam receber. Por fim, este trabalho mostra um ideário favorável à educação do sexo feminino, no século XVIII, antes do processo de escolarização das mulheres e da feminização do magistério no século XIX.
O debate sobre a educação no segundo reinado e a reforma Leôncio de Carvalho, de 1879	Basso, Sílvia Eliane de Oliveira		X	2005	UEM		x	Estudo sobre a Educação no 2º reinado brasileiro; por meio de uma reforma de ensino - A Reforma Leôncio de Carvalho; de 1879.	<a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&amp;co_obra=119620">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&amp;co_obra=119620</a>	Pode auxiliar a compor a história da educação em MG em fins do século XIX

Cultura impressa e educação da mulher. Lições de política e moral no periódico mineiro o mentor das brasileiras (1829-1832)	Jinzenji, Mônica Yumi.	X		2008	UFMG			Analisa a imprensa periódica como instrumento educativo. Para tanto, investiga a produção, circulação e recepção do periódico O Mentor das Brasileiras, impresso em São João del-Rei MG no período entre 1829 e 1832. O jornal estabelecia também uma interessante interlocução com a educação escolar, instituição ainda incipiente no início do século XIX. É por meio dele que a temática da instrução pública e algumas atividades escolares ganhavam ampla circulação, o que auxiliava na legitimação da escola enquanto instância educativa e de O Mentor como promotor da educação feminina. Este estudo busca, portanto, contribuir para uma melhor compreensão das propostas educativas voltadas para o público feminino, nas primeiras décadas do século XIX.	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-7D9PET">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-7D9PET</a>	Sobre mulheres no começo do século XIX, visto que é importante entender o processo de escolarização das mulheres antes do período proposto
O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)	Nascimento, Cecília Vieira do.		X	2004	UFMG		X	Tendo como fonte de análise o jornal O Sexo Feminino (1873-74), objetiva-se, em uma perspectiva histórica, dar centralidade à atuação da mulher no processo de feminização do magistério.	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-85VJJKG">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-85VJJKG</a>	Apesar de fazer menção ao magistério, o jornal traz uma preocupação com o aprendizado das mulheres, num tom feminista, para que essas sejam autônomas e não dependam de seus familiares e maridos.
"Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes": a proposta de educação para mulheres no Jornal O Mentor das Brasileiras (São João Del Rey, Minas Gerais, 1829-1832)	Calsavara, Eliane de Lourdes.		X	2007	UFMG		X	Discutir a proposta de educação política presente no periódico O Mentor das Brasileiras, que esteve em circulação entre os anos de 1829 e 1832, na Vila de São João Del-Rei. Onde se propuseram a educar as mulheres por meio de diferentes conteúdos relacionados sua moral e aos seus costumes. Porém, o que de mais importante	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84ZGZM">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84ZGZM</a>	Informações sobre a educação feminina.

								verificamos neste jornal é fato de os responsáveis por sua edição trazerem consideráveis matérias com ensinamentos políticos para a formação do bello sexo.		
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

**APÊNDICE B - Relatórios dos presidentes de Província analisados<sup>56</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>
1880	<b>Fala que à Assembleia legislativa Provincial de Minas Gerais dirigiu ao Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º vice-presidente, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura em 25 de setembro de 1880.</b>
1880	<b>Relatório de Manoel José Gomes Rebello Horta, que passa a administração da província para o Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º vice-presidente e, deste, ao Graciliano Aristides do Prado Pimentel em 22 de janeiro de 1880.</b>
1881	<b>Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, pelo Senador João Florentino Meira de Vasconcellos por ocasião de ser instalada a mesma assembleia para a 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881.</b>
1881	<b>Relatório que ao Senador João Florentino Meira de Vasconcellos apresentou José Francisco Netto no ato de passar-lhe a administração da Província de Minas Gerais em 4 de maio de 1881.</b>
1881	<b>Relatório que ao Conselheiro Conego Joaquim José de Sant'anna, 2º vice-presidente, apresentou João Florentino Meira de Vasconcellos no ato de passar-lhe a administração a província em 12 de dezembro de 1881.</b>
1882	<b>Fala de Theophilo Ottoni dirigida à Assembleia Provincial de Minas Gerais, ao instalar-se a 1ª sessão da 24ª legislatura em 1º de agosto de 1882.</b>
1882	<b>Relatório que ao Theophilo Ottoni, apresentou ao passar-lhe a administração a Conego Joaquim José de Santa'anna em 31 de março de 1882.</b>
1883	<b>Fala que Antônio Gonçalves Chaves dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da 24ª legislatura em 2 de agosto de 1883.</b>
1884	<b>Fala que Antônio Gonçalves Chaves dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 1ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1884.</b>
1885	<b>Fala que o desembargador José Antônio Alves de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1885.</b>
1885	<b>Relatório que Olegário Herculano d'Aquino e Castro passou a administração da província de Minas Gerais ao 1º vice-presidente Desembargador José Antônio Alves de Brito em 13 de abril de 1885.</b>
1886	<b>Fala que o desembargador Francisco de Lima Lemos dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 1ª sessão da 26ª legislatura em 4º de maio de 1886.</b>
1886	<b>Sem informação de troca de administração, presidente machado Portella. O relatório se inicia na página 19. 13 de abril de 1886.</b>

<sup>56</sup> Não aparecem na ordem cronológica, mas na ordem de acordo com o site: Center for Research Libraries. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/1711#?c=0&m=89&s=0&cv=2&r=0&xywh=558%2C1667%2C1117%2C786>. Acesso em: 15 jul. 2020.

1887	<b>Fala que Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da 26ª legislatura em 5 de julho de 1887.</b>
1887	<b>Relatório que Antônio Teixeira de Souza Magalhães apresentou Francisco de Faria Lemos ao passar-lhe a administração da província de Minas Gerais ao 1º vice-presidente Desembargador José Antônio Alves de Brito em 1º de janeiro de 1887.</b>
1887	<b>Relatório que Luiz Eugenio Horta Barbosa passou a administração da província de Minas Gerais ao 1º vice-presidente Antônio Teixeira de Souza Magalhães em 20 de agosto de 1887.</b>
1888	<b>Fala que Eugenio Horta Barbosa dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 1ª sessão da 27ª legislatura em 1º de junho de 1888.</b>
1888	<b>Relatório que o Barão de (ilegível) passou a administração da província de Minas Gerais ao 1º (ilegível) Gonçalves Ferreira, em 7 de setembro de 1888.</b>
1889	<b>Fala que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª sessão da 27ª legislatura em 2º de junho de 1889.</b>



## APÊNDICE C– Artigos dos jornais analisados

PERIÓDICO	OCORRÊNCIAS
1) A Província de Minas: Órgão do partido Conservador	<p>O jornal traz três ocorrências:</p> <p>1.1) Edição n. 269 de 9 de julho de 1885, página 2, na Coluna “Educação”, sob o título “A mulher”, de autoria Escrich.</p> <p>1.2) O mesmo jornal apresenta, na ed. N. 295/1885, na coluna Educação Popular, a continuação<sup>57</sup> do texto <i>O caracter</i> (capítulo II)</p> <p>1.3) O terceiro artigo analisado neste mesmo jornal é o de edição n. 505, do mesmo ano, 1887.</p>
2) Pharol	<p>O jornal traz três ocorrências:</p> <p>2.1) Edição 83 de 1882, Sob o título de “Condições de alguns grandes sábios”.</p> <p>2.2) Edição n. 218 de 26 de setembro de 1885, na coluna Litteratura e apresenta o título “Educação da mulher”. Esse artigo é assinado por uma mulher, Maria Amália Vaz de Carvalho.</p> <p>2.3) Reperte o texto anterior na ed 271 de 1888.</p>
3) O Baependyano: Folha Científica, Literaria e noticiosa	<p>O Jornal apresenta duas ocorrências:</p> <p>3.1) Edição n. 216 de 6 de novembro de 1881, página 3, na Coluna “Variedades”, sob o título “Educação da mulher”, de autoria Ext.</p> <p>3.2) A segunda ocorrência aparece na edição n.448 de 13 de fevereiro de 1887, página 1, na coluna Gazetilha, sob o título Gremio Litterario “Baependyano”.</p>
4) Liberal Mineiro	<p>O Jornal apresenta duas ocorrências:</p> <p>4.1) A edição 004 de 10 de janeiro de 1884. Coluna Secção Livre, sob o título Forquim, página 2, traz um texto de 10 de dezembro de 1883, de autoria do codinome “o viajante”.</p> <p>4.2) A segunda ocorrência faz parte da edição 45 de 18 de abril de 1885, página 1, e se trata de um trecho de um romance brasileiro de Aluizio Azevedo, onde o título seria “Memorias de um condenado”.</p>
5) Echo do Povo	<p>O Jornal apresenta duas ocorrências:</p> <p>5.1) A edição 24 de 28 de setembro de 1882, página 1, traz na coluna “Instrução Pública”, sob o título “A educação da mulher”, sem autoria.</p> <p>5.2) A segunda ocorrência, está na página 1 da edição 25 de 1 de outubro de 1882 e é a continuação do artigo anterior.</p>
6) A Actualidade: Órgão do Partido Liberal	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>Na edição 71 de 29 de julho de 1881, página 3, o jornal traz o mesmo artigo já citado na edição 216 de o Baependyano, descrito acima.</p>

<sup>57</sup> O texto começa da edição n. 286 p. 2, mas não encontrado o autor.

7) O Cataguazense	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>A edição 27 de 30 de janeiro de 1887, página 2, na coluna “Noticiário”, sob título “ A educação da mulher” e sem autoria.</p>
8) O Arauto de Minas: Hebdomadario Político, Instructivo e Noticioso	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>A edição 38 de 11 de março de 1888, página 1, na coluna “Educação”, sob o título “A mulher”, está dividido em três partes.</p>
9) Correio de Barbacena: Propriedade da Associação jornalística Barbacenense	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>Edição 27 de 23 de dezembro de 1886, página 3, sem coluna, sob título “Collegio Piedade”, autoria de Frederico Salgado.</p>
10) Monitor Uberabense: Orgam politico, Litterario, Noticioso e commercial	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>A edição 273 de 29 de fevereiro de 1886, página 2, sob o título de “Festividade”.</p>
11) Aurora Aterricense: Folha Religiosa, Litteraria, Noticiosa, Agricola e comercial.	<p>O Jornal apresenta uma ocorrência:</p> <p>A edição 15 de 28 de janeiro de 1883, na coluna “Litteratura”, sob autoria de “D.”</p>

## ANEXO A - Número de cadeiras providas, matrícula e frequência em Minas Gerais 1826/1889

Anos	Nr.de cadeiras providas	Matriculados				Frequentes			
		Meninos	Meninas	Total	Média Alunos/cadeira	Meninos	Meninas	Total	Média Alunos/cadeira
1826	62			1500	24.1				
1830	75			2130	28.4				
1831		2714	138	2852					
1833	130							3256	25.0
1838	116								
1839	134			8000	59.7	5918	589	6507	48.5
1840	141			8000	56.7	5844	650	6494	46.0
1841	171			9000	52.6	6468	605	7073	41.3
1844	146					5234	576	5810	39.7
1845	130					4691	569	5260	40.4
1846								5953	
1847	82					3927	687	4614	56.2
1848	113			6000	53.0	4540	781	5321	47.0
1849	153					4527	996	5523	36.0
1850						6284	799	7083	
1852	159					6869	673	7542	47.4
1854	203					10706	1095	11801	58.1
1856	215	9386	1331	10717	49.8				
1857	220	10769	2092	12861	58.4			10417	47.3
1858	247			21226	85.9			18099	73.2
1859	245			16017	65.3			12235	49.9
1861	268			11926	44.5				
1862	283	10668	2250	12918	45.6	5835	1248	7083	25.0
1863	356	10561	3098	13659	38.2	6626	1138	7764	21.7
1864	340	11515	1747	13262	39.0	8102	1411	9513	27.9

Anos	Nr.de cadeiras providas	Matriculados				Frequentes			
		Meninos	Meninas	Total	Média Alunos/cadeira	Meninos	Meninas	Total	Média Alunos/cadeira
1868	296			14083	47.5			8648	29.2
1869	314			13428	42.7			6778	21.5
1870	344			14667	42.6			8365	24.3
1871	279			15620	56.0			9615	34.4
1872	327			18450	56.4			10008	30.6
1873	503			21182	42.1			11475	22.8
1874	484			20706	42.7			11330	23.5
1875	517			23319	45.1			12793	24.7
1876	516			27104	52.5			13400	25.9
1877	620			26074	42.1			14500	23.3
1878	743	17912	7170	25082	33.7	9440	4155	13595	18.3
1879	756			32297	42.7			18331	24.2
1880	791	23714	9518	33232	42.0	11929	5488	17417	23.3
1881	816			35580	43.6			20074	24.6
1882	984	Ver relatório p 16		39755	40.4			24700	25.1
1883	930			41180	44.2			24087	25.9
1884	941	26536	11287	37823	40.2	14212	2044	16256	17.2
1885	993	26611	12411	39022	39.0	14649	7274	21923	21.9
1886	1080								
1889		28418	15168	43586					

Fonte: Resende e Faria Filho, 2001.